



Governo do Distrito Federal
Departamento de Trânsito do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

Regido pelas Leis nºs 14.133/2021 e 13.709/2018, pela Lei Distrital nº 4.770/2012, pelos Decretos Distritais nºs 44.330/2023 e 39.860/19, bem como pela Instrução Normativa SGD/ME nº 73/2022, e, no que couber, pelas demais normas legais aplicáveis, assim como pelas disposições elencadas neste Edital e nos seus anexos.

OBJETO

Contratação de empresas especializadas para execução de serviços de sinalização viária horizontal nas vias urbanas do Distrito Federal, compreendendo a implantação, manutenção, revitalização, remoção e adequação de marcas viárias no pavimento, bem como a instalação e substituição de dispositivos auxiliares de sinalização, a ser realizada por meio de Licitação Pública (Pregão Eletrônico), do tipo menor preço por lote, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME

**INÍCIO DA SESSÃO DE
DISPUTA DE PREÇOS:**

Às 09:00 horas do dia 26/06/2026 (horário de Brasília/DF).

**ENDEREÇO
ELETRÔNICO:**

www.gov.br/compras

PROCESSO:

00055-00006561/2026-42

ESTIMATIVA:

R\$ 96.345.403,93 (noventa e seis milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e três reais e noventa e três centavos).

TIPO:

MENOR PREÇO / LOTE

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

**CRITÉRIO DE
JULGAMENTO:**

PREGÃO ELETRÔNICO

UASG:

926142

**PREFERÊNCIA
ME/EPP/EQUIPARADAS**

NÃO

**LEGISLAÇÃO
APLICÁVEL**

- Lei nº 14.133/2021;
- Lei nº 5.061/2013 - proibição de mão de obra infantil;
- Lei nº 5.448/2015 - proibição de conteúdo discriminatório contra a mulher;
- Lei nº 6.128/2018 - reserva de vagas para pessoas em situação de rua;
- Lei Distrital nº 4.770/2012 - Sustentabilidade nas licitações do DF;
- Decreto nº 44.330/2023 - Recepciona a Lei nº 14.133/2021; e
- Decreto nº 11.462/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

	ENDEREÇO: SEPS 713/913, Asa Sul, Bloco D, CEP 70.390-135. EMAIL: licitacao@detran.df.gov.br
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÕES	Até às 23h59 do dia 23/06/2026.
OBSERVAÇÃO: O Edital estará disponível gratuitamente no site www.detran.df.gov.br (clicar em “ <i>Transparência Pública/Licitações/Pregão Eletrônico</i> ”) e no endereço eletrônico www.gov.br/compras . Respostas a pedidos de esclarecimento ou de impugnações, bem como avisos de ordem geral, deverão ser consultados no sítio www.gov.br/compras , não ensejando, portanto, qualquer responsabilização ao Detran/DF por fatos oriundos da não realização de consultas por parte dos licitantes ao referido sítio. <u>Todas as referências de horários neste Edital correspondem ao horário oficial de Brasília/DF.</u>	

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do DETRAN pelo endereço www.gov.br/compras, selecionando no menu: **Acesso à informação > Consulta Detalhada > (Pregões) Em Andamento > Cód. UASG (926142)**.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – Detran/DF, entidade autárquica de administração superior integrante do Sistema Nacional de Trânsito, excluído da obrigatoriedade de adoção do regime de centralização das licitações de compras, obras e serviços de que trata a Lei nº 2.340/99, pelo Decreto nº 32.227/2010, por meio de seu Pregoeiro, servidor designado pela Portaria nº 273, publicada na p. 41 do DODF nº 198, de 16/10/2025, **torna público**, para conhecimento dos interessados, que, às **09:00 horas do dia 26/06/2026 (horário de Brasília/DF)**, realizará sessão pública de abertura de licitação, modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, do tipo **MENOR PREÇO, LOTE**, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#) e do [Decreto nº 44.330/2023](#), bem como das demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e nos seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresas especializadas para execução de serviços de sinalização viária horizontal nas vias urbanas do Distrito Federal, compreendendo a implantação, manutenção, revitalização, remoção e adequação de marcas viárias no pavimento, bem como a instalação e substituição de dispositivos auxiliares de sinalização, a ser realizada por meio de Licitação Pública (Pregão Eletrônico), do tipo menor preço por lote, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1.2. A licitação será composta por LOTES de acordo o anexo IX do Termo de Referência (Anexo A do Edital).

QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV I (LOTE 01)					
Itens	Especificação	Und	Qtde	Valor unitário (A+B)	Valor Total (A+B)*QTD
1	Acrílica – Automática	m²	113.000	R\$ 34,14	R\$ 3.857.820,00
2	Acrílica – Manual	m²	133.250	R\$ 42,94	R\$ 5.721.755,00
3	Acrílica – Automática temporária 0,3mm	m²	56.500	R\$ 22,19	R\$ 1.253.735,00
4	Acrílica – Manual temporária 03,mm	m²	66.625	R\$ 27,91	R\$ 1.859.503,75
5	Termoplástico – Extrudado e= 3,00mm	m²	26.250	R\$ 88,29	R\$ 2.317.612,50
6	Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray	m²	5.300	R\$ 260,00	R\$ 1.378.000,00
7	Termoplástico - Hot Spray e= 1,50mm	m²	55.500	R\$ 50,00	R\$ 2.775.000,00
8	Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo e= 1,50mm	m²	3.250	R\$ 169,52	R\$ 550.940,00
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	20.624	R\$ 46,90	R\$ 967.265,60
10	Remoção de Tachas	un	375	R\$ 7,22	R\$ 2.707,50
11	Remoção de Tachões	un	1.375	R\$ 7,59	R\$ 10.436,25
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	17.750	R\$ 27,97	R\$ 496.467,50
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	5.875	R\$ 33,69	R\$ 197.928,75
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	7.500	R\$ 43,04	R\$ 322.800,00
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	3.500	R\$ 44,94	R\$ 157.290,00
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	1.800	R\$ 254,17	R\$ 457.506,00
17	Confecção de projeto “as built”	m	703.460	R\$ 0,91	R\$ 640.148,60
ASV I - Total					R\$ 22.966.916,45
QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV II (LOTE 02)					
Itens	Especificação	Und	Qtde	Valor unitário (A+B)	Valor Total (A+B)*QTD
1	Acrílica – Automática	m²	66.750	R\$ 34,14	R\$ 2.278.845,00
2	Acrílica – Manual	m²	81.250	R\$ 42,94	R\$ 3.488.875,00
3	Acrílica – Automática temporária 0,3mm	m²	33.375	R\$ 22,19	R\$ 740.591,25
4	Acrílica – Manual temporária 03,mm	m²	40.625	R\$ 27,91	R\$ 1.133.843,75

5	Termoplástico – Extrudado e= 3,00mm	m²	20.625	R\$ 88,29	R\$ 1.820.981,25
6	Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray	m²	4.125	R\$ 260,00	R\$ 1.072.500,00
7	Termoplástico - Hot Spray e= 1,50mm	m²	25.125	R\$ 50,00	R\$ 1.256.250,00
8	Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo e= 1,50mm	m²	5.250	R\$ 169,52	R\$ 889.980,00
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	9.588	R\$ 46,90	R\$ 449.677,20
10	Remoção de Tachas	un	1.750	R\$ 7,22	R\$ 12.635,00
11	Remoção de Tachões	un	3.188	R\$ 7,59	R\$ 24.196,92
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	29.500	R\$ 27,97	R\$ 825.115,00
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	13.375	R\$ 33,69	R\$ 450.603,75
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	14.813	R\$ 43,04	R\$ 637.551,52
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	5.875	R\$ 44,94	R\$ 264.022,50
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	1.175	R\$ 254,17	R\$ 298.649,75
17	Confecção de projeto “as built”	m	638.414	R\$ 0,91	R\$ 580.956,74
ASV II - Total					R\$ 16.225.274,63
QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV III (LOTE 03)					
Itens	Especificação	Und	Qtde	Valor unitário (A+B)	Valor Total (A+B)*QTD
1	Acrílica – Automática	m²	89.625	R\$ 34,14	R\$ 3.059.797,50
2	Acrílica – Manual	m²	100.913	R\$ 42,94	R\$ 4.333.204,22
3	Acrílica – Automática temporária 0,3mm	m²	44.812	R\$ 22,19	R\$ 994.378,28
4	Acrílica – Manual temporária 03,mm	m²	50.456	R\$ 27,91	R\$ 1.408.226,96
5	Termoplástico – Extrudado e= 3,00mm	m²	27.500	R\$ 88,29	R\$ 2.427.975,00
6	Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray	m²	5.500	R\$ 260,00	R\$ 1.430.000,00
7	Termoplástico - Hot Spray e= 1,50mm	m²	23.250	R\$ 50,00	R\$ 1.162.500,00
8	Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo e= 1,50mm	m²	5.000	R\$ 169,52	R\$ 847.600,00
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	21.375	R\$ 46,90	R\$ 1.002.487,50
10	Remoção de Tachas	un	1.415	R\$ 7,22	R\$ 10.216,30
11	Remoção de Tachões	un	1.963	R\$ 7,59	R\$ 14.899,17
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	25.000	R\$ 27,97	R\$ 699.250,00
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	11.875	R\$ 33,69	R\$ 400.068,75
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	8.000	R\$ 43,04	R\$ 344.320,00
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	5.500	R\$ 44,94	R\$ 247.170,00
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	900	R\$ 254,17	R\$ 228.753,00
17	Confecção de projeto “as built”	m	1.030.212	R\$ 0,91	R\$ 937.492,92
ASV III - Total					R\$ 19.548.339,60
QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV IV (LOTE 04)					
Itens	Especificação	Und	Qtde	Valor unitário (A+B)	Valor Total (A+B)*QTD
1	Acrílica – Automática	m²	75.500	R\$ 34,14	R\$ 2.577.570,00
2	Acrílica – Manual	m²	78.975	R\$ 42,94	R\$ 3.391.186,50
3	Acrílica – Automática temporária 0,3mm	m²	37.750	R\$ 22,19	R\$ 837.672,50
4	Acrílica – Manual temporária 03,mm	m²	39.488	R\$ 27,91	R\$ 1.102.110,08
5	Termoplástico – Extrudado e= 3,00mm	m²	14.875	R\$ 88,29	R\$ 1.313.313,75
6	Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray	m²	2.975	R\$ 260,00	R\$ 773.500,00
7	Termoplástico - Hot Spray e= 1,50mm	m²	20.750	R\$ 50,00	R\$ 1.037.500,00
8	Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo e= 1,50mm	m²	5.625	R\$ 169,52	R\$ 953.550,00
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	9.563	R\$ 46,90	R\$ 448.504,70
10	Remoção de Tachas	un	1.650	R\$ 7,22	R\$ 11.913,00
11	Remoção de Tachões	un	2.125	R\$ 7,59	R\$ 16.128,75
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	20.750	R\$ 27,97	R\$ 580.377,50
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	16.000	R\$ 33,69	R\$ 539.040,00
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	5.375	R\$ 43,04	R\$ 231.340,00
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	2.575	R\$ 44,94	R\$ 115.720,50
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	1.025	R\$ 254,17	R\$ 260.524,25
17	Confecção de projeto “as built”	m	948.309	R\$ 0,91	R\$ 862.961,19
ASV IV - Total					R\$ 15.052.912,72
QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV V (LOTE 05)					
Itens	Especificação	Und	Qtde	Valor unitário (A+B)	Valor Total (A+B)*QTD
1	Acrílica – Automática	m²	45.875	R\$ 34,14	R\$ 1.566.172,50
2	Acrílica – Manual	m²	52.650	R\$ 42,94	R\$ 2.260.791,00
3	Acrílica – Automática temporária 0,3mm	m²	22.938	R\$ 22,19	R\$ 508.994,22

4	Acrílica – Manual temporária 03,mm	m²	26.325	R\$ 27,91	R\$ 734.730,75
5	Termoplástico – Extrudado e= 3,00mm	m²	11.875	R\$ 88,29	R\$ 1.048.443,75
6	Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray	m²	2.376	R\$ 260,00	R\$ 617.760,00
7	Termoplástico - Hot Spray e= 1,50mm	m²	12.250	R\$ 50,00	R\$ 612.500,00
8	Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo e= 1,50mm	m²	2.500	R\$ 169,52	R\$ 423.800,00
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	4.250	R\$ 46,90	R\$ 199.325,00
10	Remoção de Tachas	un	1.250	R\$ 7,22	R\$ 9.025,00
11	Remoção de Tachões	un	1.700	R\$ 7,59	R\$ 12.903,00
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	6.125	R\$ 27,97	R\$ 171.316,25
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	13.750	R\$ 33,69	R\$ 463.237,50
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	4.500	R\$ 43,04	R\$ 193.680,00
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	2.500	R\$ 44,94	R\$ 112.350,00
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	801	R\$ 254,17	R\$ 203.590,17
17	Confecção de projeto "as built"	m	738.359	R\$ 0,91	R\$ 671.906,69
ASV V - Total					R\$ 9.810.525,83
QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV VI (LOTE 06)					
Itens	Especificação	Und	Qtde	Valor unitário (A+B)	Valor Total (A+B)*QTD
1	Acrílica – Automática	m²	49.750	R\$ 34,14	R\$ 1.698.465,00
2	Acrílica – Manual	m²	74.100	R\$ 42,94	R\$ 3.181.854,00
3	Acrílica – Automática temporária 0,3mm	m²	24.875	R\$ 22,19	R\$ 551.976,25
4	Acrílica – Manual temporária 03,mm	m²	37.050	R\$ 27,91	R\$ 1.034.065,50
5	Termoplástico – Extrudado e= 3,00mm	m²	16.028	R\$ 88,29	R\$ 1.415.112,12
6	Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray	m²	3.208	R\$ 260,00	R\$ 834.080,00
7	Termoplástico - Hot Spray e= 1,50mm	m²	17.875	R\$ 50,00	R\$ 893.750,00
8	Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo e= 1,50mm	m²	3.750	R\$ 169,52	R\$ 635.700,00
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	7.375	R\$ 46,90	R\$ 345.887,50
10	Remoção de Tachas	un	1.700	R\$ 7,22	R\$ 12.274,00
11	Remoção de Tachões	un	2.175	R\$ 7,59	R\$ 16.508,25
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	7.625	R\$ 27,97	R\$ 213.271,25
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	15.375	R\$ 33,69	R\$ 517.983,75
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	7.750	R\$ 43,04	R\$ 333.560,00
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	3.750	R\$ 44,94	R\$ 168.525,00
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	988	R\$ 254,17	R\$ 251.119,96
17	Confecção de projeto "as built"	m	700.332	R\$ 0,91	R\$ 637.302,12
ASV VI - Total					R\$ 12.741.434,70

1.3. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no sistema *ComprasGov* e as constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. *Nos casos de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, cujo item possua valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte (EPP), não se aplicam os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, conforme disposto no Artigo 4º, §1º da Lei 14.133/2021.*
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.6.2. autor do anteprojeto, do termo de referência, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de licitar e contratar com o Distrito Federal, em decorrência de sanção que lhe foi imposta (Parecer nº 160/2019 - PGDF);
 - 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme o § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2.6.11. Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);
 - 2.6.12. Executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);
 - 2.6.13. Agente Público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);
 - 2.6.13.1. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.
 - 2.6.14. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;
 - 2.6.15. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Pareceres nºs 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF);
 - 2.6.16. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):
 - 2.6.16.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); e
 - 2.6.16.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).
 - 2.6.17. A vedação de que trata o item 2.6.16. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.
 - 2.6.18. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º, do Decreto nº 32.751/2011).
 - 2.6.19. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência ou do projeto

básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

2.6.20. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação (Pareceres nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).

2.6.21. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.13 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.11. e 2.6.12. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.11. e 2.6.12. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.13. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. A falsidade da declaração de que trata os subitens 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) e neste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, **em campo próprio do sistema**, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e nos seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os subitens 3.4 e 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados, para acesso público, os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, quando do cadastramento da proposta, e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O Licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. **Valor unitário e total** para cada item ou grupo de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

4.1.2. **Marca, modelo e fabricante** de cada item ofertado (quando for o caso); e

4.1.3. **Descrição detalhada do objeto** indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.11. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e no horário indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado considerando-se o valor total do lote.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Será adotado para o envio de lances do pregão o **modo de disputa “aberto e fechado”**, pelo qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública **terá duração inicial de quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo **de até dez minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços **até 10% (dez por cento)** superiores àquela possam **ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em **até cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa, ora adotado, aberto e fechado.
- 5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133/2021](#), nesta ordem:
- 5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas nesta Lei;
- 5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; e
- 5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.18.2.2. empresas brasileiras;
- 5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

- 5.18.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.18.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.18.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.18.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.18.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação, acompanhada da documentação de habilitação que não constar no SICAF e, se for o caso, de planilhas de custos detalhadas.
- 5.18.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 5.20. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado por igual período.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante, pessoa jurídica provisoriamente classificada em primeiro lugar, atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) **SICAF**;
 - b) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis);**
 - c) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);**
 - d) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP); e**
 - e) **Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).**
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e **também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429/1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
 - 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.4.1. contiver vícios insanáveis;
 - 6.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.5. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.5.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 6.5.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.5.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.6. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.7. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob

pena de não aceitação da proposta.

6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço ou compensação de valores entre os itens que resulte em aumento dos valores dos itens que estão dentro do melhor valor.

6.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas; e

6.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA HOMOLOGAÇÃO DE AMOSTRA

7.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar amostra, conforme disciplinado no Anexo I-B do Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.2. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e o horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.3. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.5. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. O licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

8.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencido.

8.1.4. Considerando o art. 156, inc. III, da Lei nº 14.133/2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

8.2. **Para habilitação dos licitantes, será exigida a seguinte documentação:**

8.3. Qualificação Técnica

8.3.1. Será exigida de acordo com os itens 9.6.4.1 a 9.6.4.1.17 do Termo de Referência (Anexo A do Edital).

8.3.2. O pregoeiro suspenderá a sessão e solicitará manifestação da área demandante referente à documentação técnica.

8.3.3. Serão informados no *chat* data e horário de retorno para continuidade do certame.

8.4. Habilitação Jurídica

8.4.1. Cédula de identidade;

8.4.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.4.3. Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;

8.4.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.4.5. Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

8.4.6. Reprodução autenticada do registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade do licitante, visando comprovar a adequação da finalidade do licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei nº 14.133/21, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

8.5. Regularidade Fiscal e Trabalhista

8.5.1. Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

8.5.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440/2011;

8.5.3. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.4. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.5.4.1. **Todas as empresas licitantes (ainda que não sejam cadastradas no Distrito Federal)** deverão apresentar a certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida no *site* www.fazenda.df.gov.br.

8.5.5. a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.5.6. a regularidade perante a Justiça do Trabalho; e

8.5.7. o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.6. **Qualificação Econômico-Financeira**

8.6.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425));

8.6.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**;

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
SG =	<i>Ativo Total</i>
	<i>Passivo Circulante + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</i>
LC =	<i>Ativo Circulante</i>
	<i>Passivo Circulante</i>

d) Os licitantes que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverão comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

e) Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento dos índices econômicos previstos no item anterior.

f) A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.7. **Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:**

8.7.1. Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.

8.7.2. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.7.3. Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.

8.7.4. Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

8.7.5. Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

8.8. **Declarações enviadas juntamente com a documentação de habilitação:**

8.8.1. **Declaração para os fins de atender ao Decreto nº 39.860/2019 (Modelo 1 do Anexo VIII do Termo de**

Referência);

8.8.2. **Declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012 (Modelo 2 do Anexo VIII do Termo de Referência);**

8.8.3. **Declaração para atendimento à Lei Distrital nº 4.799/2012 (Modelo 3 do Anexo VIII do Termo de Referência);**

8.8.4. **Declaração para fins de atender à Lei Distrital nº 6.128/2018 (modelo 4 do Anexo VIII do Termo de Referência);**

8.8.5. **Declaração para os fins de atender ao Decreto nº 13.709/2018 (Modelo 5 do Anexo VIII do Termo de Referência);**

8.8.6. **Declaração de responsabilidade técnica (anexo V do Termo de Referência);**

8.8.7. **Atestado de vistoria (anexo VI do Termo de Referência); e**

8.8.8. **Dispensa de vistoria.**

8.8.9. Será verificado se o licitante assinalou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.9. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

8.9.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

8.10. Os órgãos e as entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770/2012.

8.11. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

8.12. Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.13. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço informado no *chat* do comprasgov.

8.14. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.14.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.15. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.16. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14133/2021.

8.16.1. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizado o subitem 8.4.3.

8.16.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º).

8.17. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

8.18. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.19. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.20. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.21. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

- 8.21.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.22. A verificação, pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.23. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.23.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.23.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.24. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 8.24.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.24.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.25. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.26. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 8.27. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DA CONTRATAÇÃO DE LICITANTE REMANESCENTE

- 9.1. Caso o licitante vencedor não assine o contrato no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, a Administração poderá convocar, sucessivamente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, conforme o disposto no art. 90, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.2. Os licitantes convocados deverão manifestar formalmente sua concordância no prazo de **dois dias úteis**, contados da convocação, por meio do e-mail: licitacao@detran.df.gov.br.
- 9.3. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato ou aceitar a nota de empenho implicará a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 9.4. O órgão poderá, a seu critério, revogar a licitação sem que caiba qualquer direito de indenização aos licitantes.

10. DOS RECURSOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, o que ocorrer primeiro.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
- 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.3.1.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico licitacao@detran.df.gov.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5. fraudar a licitação;

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento; e

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013](#).

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções, serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo do termo de referência, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos subitens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado; e

11.4.2. Para as infrações previstas nos subitens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e

impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às devidas penalidades, nos termos do [art. 45, § 4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica no e-mail licitacao@detran.df.gov.br, em arquivo editável ou em texto no corpo do e-mail, a fim de possibilitar a disponibilização do conteúdo no sistema Comprasnet.

12.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12.5.1. Na hipótese de a impugnação ser rejeitada, ficarão mantidas as condições originalmente previstas neste edital.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação e a homologação da licitação é de responsabilidade exclusiva da autoridade competente, quando não houver recurso ou, havendo, após sua decisão final.

13.2. **O licitante declarado vencedor do certame deverá promover, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da homologação, o cadastro no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, junto à Gerência de Documentação - GERDOC/DETRAN-DF (gerdoc@detran.df.gov.br), que será a responsável pelo recebimento da documentação necessária e a posterior habilitação junto àquele sistema.**

14. DA PROIBIÇÃO DE CONTEÚDO DISCRIMINATÓRIO CONTRA A MULHER E DE USO DE MÃO DE OBRA INFANTIL

14.1. Fica proibida a utilização de qualquer conteúdo discriminatório contra a mulher, nos termos da Lei nº 5.448/2015, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 38.365/2017.

14.2. É proibido o uso de mão de obra infantil, sob qualquer pretexto, nos termos da Lei Distrital nº 5.061/2013, sob pena de rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

14.3. A empresa contratada deverá observar as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual de que trata o Decreto Distrital nº 46.174/2024.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
- 15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e nos seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9. O Detran/DF poderá revogar este Pregão por motivos de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 15.10. A anulação do pregão induz à do contrato.
- 15.11. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 15.12. É terminantemente proibida a utilização de mão de obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará a rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital nº 5.061/2013.
- 15.13. O licitante vencedor fica obrigado a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448, de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 15.14. O licitante vencedor fica obrigado a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital nº 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.
- 15.15. As empresas vencedoras de processos licitatórios, como condição para assinatura de contrato, deverão comprovar ou assumir o compromisso de adotar mecanismos para garantir a equidade salarial entre homens e mulheres com o mesmo cargo, atribuições e tempo de serviço, e com grau de instrução igual ou equivalente, de acordo com a Lei nº 6.679, de 24 de setembro de 2020.
- 15.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.
- 15.17. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.
- 15.18. Havendo irregularidades neste instrumento, deve-se entrar em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.
- 15.19. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.
- 15.20. Este Edital e os seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.compras.gov.br/compras, bem como no site oficial do Detran/DF (www.detrان.df.gov.br/licitações).
- 15.21. **Caso haja divergência entre a especificação constante no sistema ComprasGov e no Termo de Referência, prevalecerá este último.**
- 15.22. Sempre que necessário, com fins de auxiliar a compreensão do Edital, o pregoeiro publicará avisos no sítio www.compras.gov.br/compras.
- 15.23. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente no ato da sessão pública.
- 15.24. Para os documentos de habilitação que não apresentarem expressamente o prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos da data de sua emissão, exceto se houver legislação em contrário.
- 15.25. Caso considere necessário, o pregoeiro suspenderá a sessão e solicitará parecer à área demandante referente à proposta de preço e/ou documentação.
- 15.26. Por motivo justificado, solicitado via *chat*, e acatado pelo pregoeiro e equipe de apoio, a proposta de preço e os documentos de habilitação poderão ser encaminhados via e-mail: licitacao@detrان.df.gov.br, devendo, nesse caso, ser

disponibilizados em sua íntegra no *site* oficial do Detran/DF.

15.27. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidade.

15.28. Aos casos omissos, aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

15.29. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.29.1. ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA.

15.29.1.1. ANEXO I – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

15.29.1.2. ANEXO II – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

15.29.1.3. ANEXO III – COMPOSIÇÃO DO BDI

15.29.1.4. ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

15.29.1.5. ANEXO V – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

15.29.1.6. ANEXO VI – ATESTADO DE VISTORIA

15.29.1.7. ANEXO VII – DISPENSA DE VISTORIA

15.29.1.8. ANEXO VIII – DECLARAÇÕES

15.29.1.9. ANEXO IX – PREÇOS UNITÁRIOS

15.29.2. ANEXO B - TABELAS DE PREÇO MÁXIMO ADMISSÍVEL

15.29.3. ANEXO C - MINUTA DO CONTRATO

MARCU ANTÔNIO DE SOUZA BELLINI

Diretor-geral

ANEXO A (DO EDITAL)

TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência nº 13/2026 - DETRAN/DG/DIREN/GEREN/NUMEQ
--

REFERÊNCIA: 00055-00006561/2026-42

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Objeto

1.1 Contratação de empresas especializadas para execução de serviços de sinalização viária horizontal nas vias urbanas do Distrito Federal, compreendendo a implantação, manutenção, revitalização, remoção e adequação de marcas viárias no pavimento, bem como a instalação e substituição de dispositivos auxiliares de sinalização, a ser realizada por meio de Licitação Pública (Pregão Eletrônico), do tipo menor preço por lote, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

1.1.1. O objeto contempla 06 (seis) lotes de serviços de sinalização horizontal, a saber:

a) O LOTE 1 (Área de Sinalização Viária – I) contemplará as Regiões Administrativas do Plano Piloto e Sudoeste/Octogonal.

b) O LOTE 2 (Área de Sinalização Viária - II) contemplará as Regiões Administrativas: Águas Claras, Arniqueiras, Cruzeiro, Guará, SIA, Scia (Cidade Estrutural/Cidade do Automóvel) e Vicente Pires.

c) O LOTE 3 (Área de Sinalização Viária - III) contemplará as Regiões Administrativas: Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Sol Nascente/Pôr do Sol e Taguatinga.

d) O LOTE 4 (Área de Sinalização Viária – IV) contemplará as Regiões Administrativas: Água Quente, Santa Maria, Gama, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas e Park Way.

e) O LOTE 5 (Área de Sinalização Viária - V) contemplará as Regiões Administrativas: Itapoã, Jardim Botânico, Lago Sul, Paranoá e São Sebastião.

f) O LOTE 6 (Área de Sinalização Viária - VI) contemplará as Regiões Administrativas: Arapoanga, Fercal, Lago Norte, Planaltina, Sobradinho I, Sobradinho II e Varjão.

A Área de Sinalização Viária (ASV) é composta por Regiões Administrativas do Distrito Federal, as quais foram assim definidas para melhor execução e acompanhamento do objeto.

1.1.1.1. CAT/SER: 2836 - Instalação / Manutenção de Sistema de Sinalização Trânsito Vertical / Horizontal

1.1.2 Quantidades a serem contratadas:

1.1.2.1. Quantidade geral e quantidade por Área/Lote

QUANTIDADE DE SERVIÇOS - GERAL			
Itens	Especificação	Und	Qtde
1	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Automática 0,6mm	m²	440.500,00
2	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Manual 0,6mm	m²	521.137,50
3	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Automática temporária 0,3 mm	m²	220.250,00
4	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Manual temporária 0,3 mm	m²	260.568,75
5	Fornecimento e Aplicação de tinta Termoplástico – Extrudado e= 3,00 mm	m²	117.153,00
6	Fornecimento e Aplicação de tinta Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray (Bicomponente)	m²	23.484,00
7	Fornecimento e Aplicação de tinta Termoplástico - Hot Spray e= 1,50 mm	m²	154.750,00
8	Fornecimento e Aplicação de Laminado Elastoplástico Retrorefletivo e= 1,50 mm	m²	25.375,00
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	72.775,00
10	Remoção de Tachas	un	8.140,00
11	Remoção de Tachões	un	12.526,00
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	106.750,00
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	76.250,00
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	47.938,00
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	23.700,00
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	6.689,00
17	Confecção de projeto “as built”	m	4.759.086,00
QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV I - LOTE I			
Itens	Especificação	Und	Qtde
1	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Automática 0,6mm	m²	113.000
2	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Manual 0,6mm	m²	133.250
3	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Automática temporária 0,3 mm	m²	56.500
4	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Manual temporária 0,3 mm	m²	66.625
5	Fornecimento e Aplicação de tinta Termoplástico – Extrudado e= 3,00 mm	m²	26.250
6	Fornecimento e Aplicação de tinta Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray (Bicomponente)	m²	5.300
7	Fornecimento e Aplicação de tinta Termoplástico - Hot Spray e= 1,50 mm	m²	55.500
8	Fornecimento e Aplicação de Laminado Elastoplástico Retrorefletivo e= 1,50 mm	m²	3.250
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	20.625
10	Remoção de Tachas	un	375
11	Remoção de Tachões	un	1.375
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	17.750
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	5.875
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	7.500
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	3.500
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	1.800
17	Confecção de projeto “as built”	m	703.460
QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV II - LOTE II			
Itens	Especificação	Und	Qtde
1	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Automática 0,6mm	m²	66.750
2	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Manual 0,6mm	m²	81.250
3	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Automática temporária 0,3 mm	m²	33.375

4	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Manual temporária 0,3 mm	m²	40.625
5	Fornecimento e Aplicação de tinta Termoplástico – Extrudado e= 3,00 mm	m²	20.625
6	Fornecimento e Aplicação de tinta Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray (Bicomponente)	m²	4.125
7	Fornecimento e Aplicação de tinta Termoplástico - Hot Spray e= 1,50 mm	m²	25.125
8	Fornecimento e Aplicação de Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo e= 1,50 mm	m²	5.250
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	9.588
10	Remoção de Tachas	un	1.750
11	Remoção de Tachões	un	3.188
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	29.500
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	13.375
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	14.813
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	5.875
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	1.175
17	Confeção de projeto “as built”	m	638.414

QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV III - LOTE III

Itens	Especificação	Und	Qtde
1	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Automática 0,6mm	m²	89.625
2	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Manual 0,6mm	m²	100.913
3	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Automática temporária 0,3 mm	m²	44.813
4	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Manual temporária 0,3 mm	m²	50.456
5	Fornecimento e Aplicação de tinta Termoplástico – Extrudado e= 3,00 mm	m²	27.500
6	Fornecimento e Aplicação de tinta Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray (Bicomponente)	m²	5.500
7	Fornecimento e Aplicação de tinta Termoplástico - Hot Spray e= 1,50 mm	m²	23.250
8	Fornecimento e Aplicação de Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo e= 1,50 mm	m²	5.000
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	21.375
10	Remoção de Tachas	un	1.415
11	Remoção de Tachões	un	1.963
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	25.000
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	11.875
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	8.000
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	5.500
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	900
17	Confeção de projeto “as built”	m	1.030.212

QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV IV - LOTE VI

Itens	Especificação	Und	Qtde
1	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Automática 0,6mm	m²	75.500
2	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Manual 0,6mm	m²	78.975
3	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Automática temporária 0,3 mm	m²	37.750
4	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Manual temporária 0,3 mm	m²	39.488
5	Fornecimento e Aplicação de tinta Termoplástico – Extrudado e= 3,00 mm	m²	14.875
6	Fornecimento e Aplicação de tinta Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray (Bicomponente)	m²	2.975
7	Fornecimento e Aplicação de tinta Termoplástico - Hot Spray e= 1,50 mm	m²	20.750
8	Fornecimento e Aplicação de Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo e= 1,50 mm	m²	5.625
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	9.563
10	Remoção de Tachas	un	1.650
11	Remoção de Tachões	un	2.125
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	20.750
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	16.000
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	5.375
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	2.575
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	1.025
17	Confeção de projeto “as built”	m	948.309

QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV V - LOTE V

Itens	Especificação	Und	Qtde
1	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Automática 0,6mm	m²	45.875
2	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Manual 0,6mm	m²	52.650
3	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Automática temporária 0,3 mm	m²	22.938
4	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Manual temporária 0,3 mm	m²	26.325
5	Fornecimento e Aplicação de tinta Termoplástico – Extrudado e= 3,00 mm	m²	11.875

6	Fornecimento e Aplicação de tinta Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray (Bicomponente)	m²	2.376
7	Fornecimento e Aplicação de tinta Termoplástico - Hot Spray e= 1,50 mm	m²	12.250
8	Fornecimento e Aplicação de Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo e= 1,50 mm	m²	2.500
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	4.250
10	Remoção de Tachas	un	1.250
11	Remoção de Tachões	un	1.700
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	6.125
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	13.750
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	4.500
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	2.500
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	801
17	Confeção de projeto “as built”	m	738.359
QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV VI - LOTE VI			
Itens	Especificação	Und	Qtde
1	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Automática 0,6mm	m²	49.750
2	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Manual 0,6mm	m²	74.100
3	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Automática temporária 0,3 mm	m²	24.875
4	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Manual temporária 0,3 mm	m²	37.050
5	Fornecimento e Aplicação de tinta Termoplástico – Extrudado e= 3,00 mm	m²	16.028
6	Fornecimento e Aplicação de tinta Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray (Bicomponente)	m²	3.208
7	Fornecimento e Aplicação de tinta Termoplástico - Hot Spray e= 1,50 mm	m²	17.875
8	Fornecimento e Aplicação de Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo e= 1,50 mm	m²	3.750
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	7.375
10	Remoção de Tachas	un	1.700
11	Remoção de Tachões	un	2.175
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	7.625
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	15.375
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	7.750
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	3.750
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	988
17	Confeção de projeto “as built”	m	700.332

Natureza da contratação

1.2. Os serviços da pretensa contratação são de qualidade comum, não superiores ao necessário para cumprir as finalidades às quais se destinam, conforme art. 20 da Lei Federal nº 14.133, 1º de abril de 2021, e art. 73 do Decreto Distrital nº 44.330, 16 de março de 2023.

1.3. Os serviços da pretensa contratação se enquadram como serviço comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, conforme previsão no inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/2021.

1.3.1. Os serviços a serem executados compreendem atividades rotineiras e padronizadas, tais como implantação, revitalização e manutenção de pinturas viárias, faixas de pedestres, linhas de divisão de fluxo, legendas, símbolos e demais dispositivos de sinalização horizontal, utilizando materiais, equipamentos e procedimentos técnicos amplamente difundidos e regulamentados pelos manuais do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

1.3.2. Ademais, trata-se de serviço executado de forma contínua e recorrente pela Administração Pública, inexistindo predominância de técnica singular ou metodologia exclusiva que justifique classificação diversa. A execução contratual pode ser aferida por critérios objetivos, tais como espessura da pintura, retrorrefletividade, durabilidade, metragem executada e conformidade com os padrões técnicos estabelecidos.

1.3.3. Dessa forma, verifica-se que os serviços pretendidos possuem características usuais de mercado, com ampla competitividade entre fornecedores especializados, permitindo a adoção da modalidade licitatória aplicável aos serviços comuns, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e competitividade. Trata-se de serviço muitas vezes contratados pelo próprio Detran há anos, com diversas empresas capacitadas para a sua prestação.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme inciso I, do art. 74 do Decreto n.º 44.330, de 16 de março de 2023.

1.5. Após análise técnica e econômica, foi verificado que o parcelamento do objeto da presente licitação se mostra viável e vantajoso para o DETRAN/DF, pelos seguintes motivos:

1.5.1. A divisão do objeto da licitação em lotes fundamenta-se no princípio do parcelamento da contratação, previsto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual as contratações públicas devem ser realizadas de forma a ampliar a competitividade, possibilitar a participação de um maior número de licitantes e assegurar a proposta mais vantajosa para a Administração, sempre que técnica e economicamente viável.

1.5.2. No caso da contratação de serviços de implantação e manutenção de sinalização viária, a divisão em lotes mostra-se adequada pelos seguintes motivos:

a) Ampliação da competitividade:

O parcelamento do objeto permite que empresas de diferentes portes participem do certame, evitando a concentração do mercado em poucos fornecedores e estimulando a concorrência, o que tende a resultar em propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

b) Adequação à capacidade operacional das empresas:

Os serviços de sinalização viária demandam equipes especializadas, equipamentos específicos e logística operacional. A divisão em lotes possibilita que empresas com capacidade operacional compatível com parte do objeto participem da licitação, ampliando a disputa.

c) Redução de riscos contratuais:

A existência de mais de um contratado reduz o risco de paralisação total dos serviços em caso de inadimplemento, dificuldades operacionais ou rescisão contratual de uma das empresas.

d) Melhor gestão operacional dos serviços:

A divisão em lotes, especialmente quando associada a critérios geográficos ou funcionais, contribui para a otimização da logística de execução, redução de deslocamentos e maior agilidade na prestação dos serviços.

e) Maior eficiência na execução simultânea dos serviços:

Considerando a extensão da malha viária e a necessidade constante de manutenção e implantação de sinalização, a divisão em lotes permite que os serviços sejam executados de forma simultânea em diferentes áreas, aumentando a eficiência operacional.

f) Conformidade com o planejamento da contratação:

O parcelamento do objeto foi analisado no planejamento da contratação, concluindo-se que não há prejuízo à economia de escala nem comprometimento da padronização técnica dos serviços, sendo, portanto, medida que favorece a eficiência administrativa.

1.5.3. Dessa forma, conclui-se que a divisão dos serviços de sinalização viária em 6 (seis) lotes é tecnicamente e economicamente justificável, contribuindo para o aumento da competitividade, a mitigação de riscos contratuais e a melhoria da eficiência na execução dos serviços, em conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade e da vantajosidade para a Administração Pública.

Vigência do contrato

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses contados de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que mantidas as condições exigidas na habilitação, devendo seu extrato ser publicado no DODF, às expensas do CONTRATANTE.

1.7. Os serviços são enquadrados como continuados, tendo em vista que são contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes (sinalização horizontal das vias urbanas), sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar (196578179).

Do Reajuste

1.8. Os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, aplicando-se a variação acumulada do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), apurado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), nos termos do Decreto nº 37.121/2016, ou outro índice que vier a substituí-lo, conforme previsão no inciso I do § 4º do art. 92, da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação Legal

2.1. O presente Termo de Referência possui como fundamentação legais normativos a seguir elencados, bem como aqueles que vierem a substituí-los, desde que preservados os interesses do DETRAN/DF e o seu direito de avaliação da conveniência e oportunidade:

2.1.1. Lei nº 14.133/2021;

2.1.2. Decreto Distrital nº 44.330/2023;

2.1.3. Instrução nº 532/2024 - Detran/DF.

2.2. A presente contratação justifica-se pelos seguintes motivos:

2.2.1. Nos termos do art. 22 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei n.º 9.503/97, o DETRAN/DF assume a natureza de Órgão Executivo Estadual de Trânsito executando as competências previstas em seus incisos e, por força do § 1º do art. 24, do mesmo CTB, assume também as competências de Órgão Executivo Municipal de Trânsito:

Art. 24 ...

...

§ 1º As competências relativas a órgão ou entidade municipal serão exercidas no Distrito Federal por seu órgão ou entidade executivo de trânsito.

Na execução do seu ofício de órgão/ente executivo municipal de trânsito o DETRAN-DF assume as seguintes competências:

(...)

II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais e promover o desenvolvimento, temporário ou definitivo, da circulação, da segurança e das áreas de proteção de ciclistas; (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

III - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

Significa dizer, compete ao DETRAN/DF prover toda a política de sinalização viária das vias urbanas do Distrito Federal, o que compreende o planejamento e programação, execução, manutenção, tanto da sinalização vertical como horizontal, o que se estende também aos equipamentos de fiscalização.

Em razão desse *munus público*, cabe ao DETRAN/DF manter-se permanentemente preparado para oferecer ao Distrito Federal as melhores soluções em sinalização de trânsito. Tal atuação visa assegurar a adequada fluidez do tráfego, bem como promover condições que garantam a máxima segurança a todos os usuários das vias, incluindo pedestres, condutores de veículos e ciclistas.

De acordo com o manual de sinalização de trânsito - Volume IV - Contran, a sinalização horizontal é um subsistema da

sinalização viária que se utiliza de linhas, marcações, símbolos e legendas, pintados ou apostos sobre o pavimento das vias.

A sinalização horizontal tem como função organizar o fluxo de veículos e pedestres, controlar e orientar os deslocamentos em situações com problemas de geometria, topografia ou frente a obstáculos; complementar os sinais verticais de regulamentação, advertência ou indicação, visando, sobretudo, aumentar a segurança dos usuários das vias.

É representada por linhas demarcadoras de faixas de tráfego, linhas de proibição de ultrapassagem, linhas de dispositivos de canalização, delimitação de faixas de aceleração e desaceleração, linhas de bordo, faixas de pedestres, paradas de ônibus, setas, números, símbolos e legendas pintados ou apostos sobre o pavimento.

Para o efetivo cumprimento de suas competências legais, especialmente no que se refere à manutenção do sistema de sinalização horizontal, o DETRAN/DF vem, há algum tempo, utilizando-se do instrumento legítimo e eficiente da contratação, mediante licitação pública, de empresa especializada para a execução desses serviços.

Portanto, a demonstração concreta do interesse público na presente contratação decorre da competência institucional do DETRAN/DF para administrar a sinalização horizontal das vias urbanas do Distrito Federal. Tal atribuição implica assegurar condições adequadas de circulação para veículos e pedestres, promovendo maior fluidez no tráfego e produzindo efeitos diretos na segurança viária do trânsito urbano.

Nas Regiões Administrativas abrangidas pelos contratos, foi possível restabelecer as marcas longitudinais (linhas de divisão de fluxos opostos, linhas de divisão de fluxo de mesmo sentido, linha de bordo e linha de continuidade), marcas transversais (linha de retenção, linhas de estímulo à redução de velocidade, linha de "dê a preferência", faixas de travessia de pedestres, marcação de cruzamentos cicloviários, marcação de área de conflito e marcação de área de cruzamento com faixa exclusiva), marcas de canalização (zebrados), marcas de delimitação e controle de estacionamento e/ou parada (linha de indicação de proibição de estacionamento e/ou parada, marca delimitadora de parada de veículos específicos e marca delimitadora de estacionamento regulamentado), inscrições no pavimento (setas direcionais, símbolos e legendas), bem como a implementação de novos projetos viários.

Ocorre, contudo, que, embora o processo licitatório tenha transcorrido sem qualquer intercorrência, a fase de execução contratual revelou-se irregular. Enquanto uma das contratadas executou os serviços com nível aceitável de qualidade, outras demonstraram desempenho insatisfatório, especialmente quanto ao cumprimento dos prazos estabelecidos para a execução das Ordens de Serviço (OS).

Ademais, em fase de consulta acerca da prorrogação contratual, conforme previsto nos normativos aplicáveis à matéria, as três empresas contratadas manifestaram-se pela não renovação de seus respectivos contratos. Diante desse cenário, mostra-se imperioso, em atenção ao interesse público, promover o replanejamento do processo licitatório com vistas a uma nova contratação.

Ressalta-se, nesse contexto, que os serviços em questão guardam estreita relação com a segurança viária e possuem natureza contínua e de elevada relevância pública, de modo que sua eventual interrupção poderia impactar negativamente os níveis de segurança no trânsito, com possível incremento nos índices de acidentes, com vítimas fatais e não fatais, nas vias urbanas do Distrito Federal.

Princípio da Padronização

2.3. Em relação ao princípio da padronização, disposto na Seção VI - Da Padronização - do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023 e artigos 40 e 47 da Lei n.º 14.133, de 2021, e ainda em atendimento ao princípio da eficiência, uma vez que a padronização gera ganhos para a administração em termos de economicidade, a presente contratação não consta do catálogo eletrônico de padronização, <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>.

Planos Estratégicos

2.4. Plano de Contratações Anual (PCA)

2.4.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme detalhamento a seguir:

2.4.2. Por se tratar de serviço de natureza contínua, o objeto desta contratação já está incluso no PCA – ID nº 33001 (198085388).

2.5. Plano Estratégico Detran/ DF

2.5.1. O objeto da contratação também está alinhado ao Plano Estratégico Detran/DF, conforme o demonstrado a seguir:

2.5.1.1. Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar as ações de educação, fiscalização e engenharia de trânsito; e

2.5.1.2. Promover a segurança no trânsito das vias do Distrito Federal.

Minuta Padronizada

2.6. Foi utilizada como minuta padronizada para confecção do presente termo de referência, no que coube, o modelo para compras aprovado pela Advocacia-Geral da União, enquanto não sobrevenha o modelo a ser aplicado no âmbito do Distrito Federal, tendo em vista o permissivo do inciso III, art. 36, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023 e Parecer Referencial SEI- GDF n.º 44/2023 - PGDF/PGCONS (198998099).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresas especializadas para execução de serviços técnicos de sinalização viária horizontal nas vias urbanas do Distrito Federal, contemplando a implantação, manutenção, revitalização, remoção e adequação das marcas viárias, bem como a instalação de dispositivos auxiliares de sinalização horizontal.

3.2. A contratação será realizada por meio de licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por lote, sob o regime de empreitada por preço unitário, considerando a natureza contínua e a demanda variável dos serviços.

3.3. A solução abrange a execução de todos os serviços necessários à adequada sinalização horizontal do sistema viário urbano, incluindo, mas não se limitando a:

a) aplicação de sinalização horizontal com tintas acrílicas, por processos manual e mecanizado;

b) execução de sinalização com materiais termoplásticos, inclusive extrudado e hot spray;

c) aplicação de plásticos a frio à base de resinas metacrílicas reativas;

d) instalação de laminados elastoplásticos retrorrefletivos;

e) execução de sinalização temporária para obras ou intervenções viárias e reforço da sinalização, principalmente nos períodos de estiagem, em que a sinalização fica encoberta por sujeira ou borracha dos pneus. A sinalização temporária garantirá o pleno

atendimento dos princípios da sinalização viária horizontal;

f) implantação de dispositivos auxiliares de sinalização, tais como tachas, tachões, segregadores e cilindros delimitadores;

g) remoção de sinalização horizontal existente, quando necessária à readequação da circulação viária;

h) remoção e reinstalação de dispositivos auxiliares;

i) elaboração de projetos “as built”, registrando as intervenções executadas no sistema viário.

3.4. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente as normas da ABNT, os manuais de sinalização de trânsito do Contran, bem como as especificações técnicas estabelecidas pelo DETRAN/DF.

3.5. A execução será realizada mediante Ordens de Serviço emitidas pela Diretoria de Engenharia de Trânsito, podendo ocorrer em qualquer Região Administrativa do Distrito Federal, nos períodos diurnos ou noturnos, inclusive aos finais de semana e feriados, conforme as necessidades operacionais do órgão e as condições de tráfego das vias.

3.6. Para melhor gestão operacional e logística dos serviços, o objeto será dividido em seis Áreas de Sinalização Viária (ASV), estruturadas a partir da distribuição geográfica das Regiões Administrativas e da extensão da malha viária urbana. Essa divisão permite maior equilíbrio na execução dos serviços, otimização dos deslocamentos das equipes e maior celeridade no atendimento das demandas.

3.7. As empresas contratadas deverão fornecer todos os materiais, equipamentos, maquinários, insumos e mão de obra necessários à execução dos serviços, garantindo que os materiais utilizados sejam devidamente certificados por organismos acreditados pelo Inmetro, assegurando qualidade, durabilidade e desempenho adequado da sinalização implantada.

3.8. A solução proposta visa garantir a manutenção contínua e a adequada implantação da sinalização horizontal nas vias urbanas do Distrito Federal, contribuindo diretamente para:

1) organização do fluxo viário;

2) orientação dos usuários da via;

3) redução de conflitos de circulação;

4) aumento da segurança viária para pedestres, ciclistas e condutores.

3.9. Dessa forma, a contratação permitirá que o DETRAN/DF cumpra de forma eficiente suas competências legais relativas à implantação, manutenção e operação da sinalização de trânsito, assegurando a continuidade dos serviços e a melhoria das condições de segurança e fluidez no trânsito do Distrito Federal.

3.10. Do ciclo de vida do objeto

3.10.1. A solução proposta considera o ciclo de vida da sinalização horizontal, compreendendo as etapas de implantação, utilização, manutenção, desgaste natural e eventual remoção ou substituição das marcas viárias e dispositivos auxiliares.

3.10.2. A sinalização horizontal está sujeita a fatores que influenciam diretamente sua durabilidade, tais como:

1. volume e tipo de tráfego;

2. condições climáticas;

3. características do pavimento;

4. incidência de intervenções viárias e obras urbanas.

3.10.3. Dessa forma, a contratação contempla não apenas a implantação inicial da sinalização, mas também serviços de manutenção, revitalização e substituição de elementos desgastados, garantindo a continuidade da eficiência da sinalização ao longo de seu ciclo de vida útil.

3.10.4. A utilização de diferentes tecnologias e materiais, como tintas acrílicas, termoplásticos e plásticos a frio, permite adequar a solução às diferentes condições de tráfego e durabilidade exigidas para cada tipo de via ou dispositivo de sinalização.

3.10.5. Especificação técnica dos materiais e serviços

3.10.5.1. Os materiais e serviços empregados na execução da sinalização horizontal deverão atender às especificações técnicas estabelecidas nas normas aplicáveis, especialmente:

a) manuais de sinalização de trânsito aprovados pelo Conselho Nacional de Trânsito – Contran;

b) normas técnicas da ABNT aplicáveis aos materiais e métodos de aplicação;

c) especificações técnicas adotadas pelo DETRAN/DF.

d) os materiais utilizados deverão apresentar características técnicas adequadas para garantir:

e) alta retrorrefletividade, proporcionando visibilidade adequada em condições noturnas ou de baixa luminosidade;

f) aderência ao pavimento, garantindo resistência ao tráfego e às condições climáticas;

g) durabilidade compatível com o volume de tráfego das vias;

h) segurança para os usuários da via, evitando irregularidades ou saliências que possam comprometer a circulação de veículos, ciclistas ou pedestres.

3.10.6. Adicionalmente, os materiais deverão ser acompanhados de laudos técnicos e certificados de conformidade emitidos por organismos acreditados, assegurando que os produtos atendam aos padrões de qualidade e desempenho exigidos para a sinalização viária.

3.10.7. Dessa forma, a solução proposta busca garantir eficiência operacional, qualidade técnica e sustentabilidade na manutenção do sistema de sinalização horizontal, contribuindo diretamente para a melhoria da segurança viária, organização do tráfego e orientação dos usuários das vias urbanas do Distrito Federal.

3.10.8. Por se tratar de serviços e não aquisição de bens de natureza divisível, nos termos do art. 48, inciso III, da Lei nº 123/2006, a futura contratação não terá tratamento preferencial para as microempresas e empresas de pequeno porte.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A Contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º, da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, em consonância com o art. 2º do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, a fim de estabelecer a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.2. Para atendimento aos termos da Lei Distrital n.º 4.770, de 2012, o licitante poderá apresentar documento probatório de que possui compromisso com a Sustentabilidade Ambiental, que poderá ser feito da seguinte forma:

4.2.1. Por Declaração, onde a licitante afirma possuir o compromisso e responsabilidade com a sustentabilidade ambiental, nos termos das exigências impostas pela Lei Distrital n.º 4.770, de 2012; ou

4.2.2. Com a apresentação de documento probatório (atestado, declaração, certificado, registro, credenciamento, etc.) emitido por órgãos públicos de qualquer ente da Federação que tenha competência legal na área ambiental que o produto ofertado ou comercializado, ou o fornecedor, distribuidor ou fabricante está devidamente cadastrado, registrado, etc. no respectivo órgão; ou

4.2.3. Com a apresentação de documentos que o fornecedor está em fase de implantação de práticas sustentáveis, informando, no referido documento, quais são as práticas já implantadas e quais as metas pretendidas a atingir na questão da sustentabilidade ambiental.

Participação de Consórcio

4.3. A participação de empresa por meio de consórcios **será admitida** nos termos do art. 15, da Lei nº 14.333/2021.

4.3.1. A formação de consórcio é permitida, pois a contratação envolve questões de alta complexidade, o que é aplicável neste caso. Permitir tal possibilidade não acarretará prejuízo à administração, nem comprometerá o caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação deste objeto, uma vez que poderá gerar outros instrumentos contratuais e consequentemente outras atribuições à administração pública. Deste modo, é vedada a subcontratação do objeto.

Da participação de Sociedade Cooperativa

4.5. Será permitida a participação de sociedades cooperativas no presente certame, nos termos do art. 16, incisos I ao IV, da Lei nº 14.133/2021, quando:

4.5.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

4.5.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

4.5.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas.

Garantia da Contratação

4.6. A Contratada, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do termo de contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento), de acordo com art. 98, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 podendo optar por qualquer das modalidades previstas no § 1º do Art. 96, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Vistoria

4.8. Há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.8.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h às 17h.

4.8.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.8.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8.4. A vistoria deverá ser agendada até 7 (sete) dias úteis antes da data de abertura e deverá ser realizada pelo Responsável Técnico ou Representante de Empresa, com documento comprobatório de seu vínculo com a empresa.

4.8.5. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8.6. A não realização da vistoria não poderá fundamentar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá as dinâmicas e rotinas estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente as previstas em seu Anexo I.

Manutenção de sigilo e normas de segurança

5.2. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

5.3. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, bem como Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação.

Das obrigações da contratante

5.4. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.5. Relacionar-se com a CONTRATADA somente por meio de pessoa por ela credenciada;

5.6. Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente Instrumento, no ato convocatório e demais anexos, exercendo a fiscalização contratual mediante a verificação da conformidade do objeto executado com as condições, quantidades e especificações estabelecidas;

- 5.7. Exigir da CONTRATADA, sempre que necessário, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de contratação;
- 5.8. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.9. Permitir, dentro das normas internas do DETRAN/DF, o acesso dos funcionários da CONTRATADA a suas dependências, para fins de cumprimento contratual;
- 5.10. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.11. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido;
- 5.12. Prestar os esclarecimentos e as informações necessárias pertinentes ao cumprimento contratual, que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA, por meio de seus empregados e representantes;
- 5.13. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as quantidades, condições e especificações definidas no presente instrumento;
- 5.14. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

Das obrigações da contratada

- 5.15. Prestar os serviços com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos no presente instrumento;
- 5.16. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- 5.17. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.18. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 5.19. Responder, integralmente, e reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.20. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.21. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de contratação, durante o período de vigência contratual;
- 5.22. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do art. 125, da Lei nº 14.133/2021;
- 5.23. Recolher, no prazo estabelecido, os valores referentes a penalidades de multas que lhe sejam aplicadas por meio de procedimentos administrativos, decorrentes do não cumprimento das obrigações contratuais;
- 5.24. Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, transportes, embalagens, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, suporte técnico e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do ajuste;
- 5.25. Comunicar, por escrito, imediatamente, ao fiscal do contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis;
- 5.26. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas obrigações devem ser prontamente atendidas;
- 5.27. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- 5.28. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 5.29. Manter e proteger, independentemente do término do serviço contratado, a condição de confidencialidade de qualquer informação considerada dessa natureza pelo DETRAN/DF;
- 5.30. Obedecer aos prazos contratuais estabelecidos;
- 5.31. Manter seus funcionários ou representantes credenciados devidamente identificados quando da execução de qualquer serviço nas dependências do CONTRATANTE, referente ao objeto contratado, observando as normas de segurança (interna e de conduta);
- 5.32. Comunicar à fiscalização do CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis que antecedem o prazo de vencimento das entregas, quaisquer anormalidades que ponham em risco o êxito e o cumprimento dos prazos da execução dos serviços, propondo as ações corretivas necessárias para a execução;
- 5.33. Submeter à aprovação do CONTRATANTE qualquer alteração que se tornar essencial à continuação da execução ou prestação dos serviços;
- 5.34. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento do(s) serviço(s);
- 5.35. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de serviço(s) durante a execução do contrato;
- 5.36. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais do(s) serviço(s) sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.37. A CONTRATADA deverá manter escritório no Distrito Federal, onde todos os serviços inerentes ao presente projeto serão processados e executados;
- 5.38. Ficará por conta da CONTRATADA o fornecimento de todo o material necessário a prestação dos serviços e produtos objetos deste Termo de Referência;
- 5.39. Os veículos, bem como os técnicos da CONTRATADA, quando em manutenção e/ou coleta de dados, deverão ser identificados com logotipo da CONTRATADA e uniforme com as características da empresa e inscrição estampada nas laterais e traseira dos

mesmos, dos dizeres: “A SERVIÇO DO DETRAN/DF”;

5.40. A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das leis e normas de segurança, higiene, trabalho e trânsito, bem como sinalização diuturna, fornecendo adequado e específico equipamento de proteção individual a todos os que trabalham na instalação, manutenção e operação dos equipamentos;

5.41. A CONTRATADA providenciará a contratação de todo o pessoal qualificado e suficiente, e o cumprimento das prescrições referentes às Leis Trabalhistas e Previdência Social, correndo por sua exclusiva conta, todas as despesas correspondentes;

5.42. A CONTRATADA responderá, ainda, por todos os acidentes de trabalho e trânsito durante o período de prestação dos serviços, que porventura ocorram por falta ou deficiência de sinalização diuturna ou por qualquer outro motivo;

5.43. A CONTRATADA submeter-se-á à fiscalização permanente do Executor do Contrato, designado pelo Diretor-Geral, ou de seus prepostos, assegurando-lhes amplo acesso aos locais onde estão sendo realizados os serviços, prestando-lhes todas as informações solicitadas;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Durante a execução, o Contratante deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou pendências observadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme o inciso VI do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, e inciso II do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023;

6.11. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, conforme o inciso III do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, conforme o inciso IV do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, conforme o inciso V do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, conforme o inciso VII do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme o inciso II do art. 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.16. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, conforme o inciso IV do art. 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, conforme o inciso IV do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme o inciso IV do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua

competência, conforme o inciso II do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme o inciso VIII do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, de acordo com o inciso X do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, conforme o inciso VI do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.1. Os critérios de medição e pagamento se encontram no Anexo I.

Recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 24, X, e 25, VII, do Decreto nº 44.330, de 2023).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem à parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 24, X do Decreto nº 44.330, de 2023).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 25, VII do Decreto nº 44.330, de 2023).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Considerar-se-á ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por apenas um servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 7 (sete) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Art. 23, VIII do Decreto nº 44.330, de 2023).

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.15.1. o prazo de validade;

7.15.2. a data da emissão;

7.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.15.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.15.5. o valor a pagar; e

7.15.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada a notificação do contratado, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA de correção monetária.

Forma do pagamento

7.24. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

7.25. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação *pro rata tempore* do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

7.26. Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A - BRB, exceto os pagamentos a empresas de outros Estados da Federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. TRATAMENTO PREFERENCIAL PARA ME E EPP

8.1. Por se tratar de serviços, **NÃO** haverá direito de preferência, conforme inciso III, do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006 para esta contratação.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de **menor preço por lote**.

Regime de Execução

9.1.1. O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, segundo o disposto no art. 6º, "c", XXVIII, da Lei nº 14.133/2021.

Modo de Disputa

9.2. Com fundamento nos termos do art. 123, II, do Decreto 44.330/2023, será adotado o modo de disputa aberto e fechado.

9.2.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 1,00 (um real).

Definição de Critérios Técnicos para Julgamento da Proposta

9.3. Os preços deverão ser expressos em reais e conter todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços relativos à esta contratação. Os preços deverão ser cotados com até 2 (duas) casas decimais.

9.4. A licitante classificada e habilitada provisoriamente em primeiro lugar deve preencher o(s) modelo(s) de proposta de preços (ANEXO IV), em que for vencedor, conforme melhor lance ofertado para o Lote.

9.5. No caso de desclassificação da licitante, será convocada a próxima licitante classificada para envio da proposta de preços e assim sucessivamente, até que uma licitante cumpra os requisitos e funcionalidades especificadas e seja declarada vencedora.

Exigências de habilitação

9.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.6.1. Habilitação jurídica

9.6.1.1. Pessoa Básica: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6.1.2. A Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.6.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.6.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.6.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista

9.6.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.6.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.6.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.6.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.6.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes (Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital) relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.6.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda (Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.6.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos (Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital) relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.6.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.6.3. Qualificação econômico-financeira

9.6.3.1. Certidão Negativa de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial, consoante a Lei Federal nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que estejam no prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

9.6.3.2. Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

- 9.9.3.3. As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
- 9.6.3.4. As empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos poderão apresentar o balanço do último exercício;
- 9.6.3.5. A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

- 9.6.3.6. Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento dos índices econômicos previstos no item anterior;
- 9.6.3.7. As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o item/Lote cotado constante deste termo de referência.
- 9.6.3.8. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.6.4. Qualificação Técnica

9.6.4.1 Capacidade Técnica Operacional

9.6.4.1.1 As empresas interessadas deverão apresentar:

9.6.4.1.1.1 Certidão de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA e/ou CAU, do Estado onde a Empresa tem a sua sede, comprovando a sua regularidade e a do(s) seu(s) responsável (is) técnico(s).

9.6.4.1.2 Atestado (s) ou Declarações (s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, com responsabilidade em administração de trânsito, que comprove que ela realizou ou executou serviços com características compatíveis com o objeto deste Termo, ou seja, que se refira no mínimo à contratação de serviços de características semelhantes às parcelas de maior relevância e valores significativos indicados abaixo:

9.6.4.1.3 Os quantitativos mínimos a serem comprovados para fins de habilitação foram calculados atribuindo um percentual aproximado de 50% (cinquenta por cento) da quantidade a ser contratada (tabelas subitem "1.1.2.1"), conforme exigências mínimas abaixo estabelecidas para cada Lote:

Lote 1 – ASV I

QUANTIDADE DE ATESTADOS - ASV I			
Itens	Especificação	Und	Qtde
1	Serviço de pintura acrílico	m²	184.688
2	Serviço de pintura em Termoplástico	m²	29.625
3	Fornecimento e Instalação de Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo	m²	1.625
4	Fornecimento e implantação Tachões	un	5.500

Lote 2 – ASV II

QUANTIDADE DE ATESTADOS - ASV II			
Itens	Especificação	Und	Qtde
1	Pintura em acrílica	m²	111.000
2	Pintura em Termoplástico	m²	22.875
3	Fornecimento e Instalação de Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo	m²	2.625
4	Fornecimento e implantação Tachões	un	10.344

Lote 3 – ASV III

QUANTIDADE DE ATESTADOS - ASV III			
Itens	Especificação	Und	Qtde
1	Pintura em acrílica	m²	142.903
2	Pintura em Termoplástico	m²	25.375
3	Fornecimento e Instalação de Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo	m²	2.500

4	Fornecimento e implantação Tachões	un	6.750
---	------------------------------------	----	-------

Lote 4 – ASV IV

QUANTIDADE DE ATESTADOS - ASV IV			
Itens	Especificação	Und	Qtde
1	Pintura em acrílica	m²	115.856
2	Pintura em Termoplástico	m²	17.812
3	Fornecimento e Instalação de Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo	m²	2.812
4	Fornecimento e implantação Tachões	un	3.975

Lote 5 – ASV V

QUANTIDADE DE ATESTADOS - ASV V			
Itens	Especificação	Und	Qtde
1	Pintura em acrílica	m²	73.894
2	Pintura em Termoplástico	m²	12.062
3	Fornecimento e Instalação de Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo	m²	1.250
4	Fornecimento e implantação Tachões	un	3.500

Lote 6 – ASV VI

QUANTIDADE DE ATESTADOS - ASV VI			
Itens	Especificação	Und	Qtde
1	Pintura em acrílica	m²	92.887
2	Pintura em Termoplástico	m²	16.951
3	Fornecimento e Instalação de Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo	m²	1.875
4	Fornecimento e implantação Tachões	un	5.750

9.6.4.1.4 No caso de uma mesma interessada se sagrar vencedora em mais de um lote, deverá comprovar os quantitativos exigidos somando-se o total para cada item nos respectivos lotes.

9.6.4.1.5 Comprovação, no momento da assinatura do contrato, de que a empresapossui, em seu quadro permanente, profissionais de nível superior detentor(es) de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA e/ou CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CATs, por execução, a qualquer tempo, de serviços de características semelhantes às parcelas de maior relevância e valor significativo indicados no item 9.6.4.1.3.

9.6.4.1.6 Os atestados devem fazer menção expressa aos seguintes aspectos: data, número de contrato e objeto do contrato com a descrição das características dos serviços prestados e/ou produtos ofertados e suas respectivas quantidades, devendo constar, obrigatoriamente, os serviços listados nos itens 9.6.4.1.3.

9.6.4.1.7 O somatório dos acervos técnicos dos profissionais da empresa licitante constitui o acervo técnico da empresa.

9.6.4.1.8 Não serão aceitos atestados referentes a testes, demonstração ou cortesia.

9.6.4.1.9 Somente serão aceitos atestados com a devida comprovação de acervo.

9.6.4.1.10 Pelo menos 01 (um) profissional indicado como Responsável Técnico deverá ser detentor de, no mínimo, 30% dos quantitativos exigidos no item 9.6.4.1.3, sendo que os outros 70% poderão ser o resultado do somatório dos atestados de outros profissionais indicados como Responsáveis Técnicos;

9.6.4.1.11 Anexar as declarações individuais, por escrito dos profissionais apresentados, autorizando sua inclusão na equipe.

9.6.4.1.12 Todos os responsáveis técnicos indicados deverão comprovar a condição de vínculo com a empresa licitante, no momento da assinatura do contrato, em uma das seguintes condições:

9.6.4.1.13 Por contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civilou;

9.6.4.1.14 Por meio de cópia autenticada da CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social acompanhada de cópia do Registro de Empregados, no caso de empregado da licitante ou;

9.6.4.1.15 Por meio do Contrato Social da Empresa ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA e/ou CAU, para o sócio ou proprietário.

9.6.4.1.16 É vedada indicação de um mesmo profissional como Responsável Técnico por mais de uma Empresa proponente, o que implicará a inabilitação de todas as empresas envolvidas;

9.6.4.1.17 Apresentar, no momento da assinatura do contrato, relação explícita dos equipamentos a serem utilizados para a execução dos serviços com declaração formal, sob as penas da lei, que eles estarão em disponibilidade para a execução do objeto deste Termo de Referência/edital.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, e às demais cominações previstas em regulamento específico que trata dos procedimentos de aplicação de sanções, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

10.2. Independente das sanções legais cabíveis, a licitante/contratada ficará sujeita ainda ao ressarcimento das perdas e danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

10.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.4. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.4.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, Lei nº 14.133/2021).

10.4.2. Multa:

10.4.2.1. Moratória, para a infração descrita na alínea "d" do subitem 10.3, a multa será de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

10.4.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.4.2.3. Compensatória, para as infrações descritas acima, alíneas "e" a "h" de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

10.4.2.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de 7% (sete por cento) do valor da contratação.

10.4.2.5. Compensatória, para infração descrita acima na alínea "b", de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

10.4.2.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para infração descrita acima na alínea "d", de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

10.4.2.7. Compensatória, para infração descrita acima na alínea "a", de 3% (três por cento) do valor da contratação.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, Lei nº 14.133/2021).

10.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, Lei nº 14.133/2021).

10.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data da ciência da notificação (art. 157, Lei nº 14.133/2021).

10.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente (art. 156, §8º, Lei nº 14.133/2021).

10.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.11. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.12. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.13. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, Lei nº 14.133/2021):

- 10.13.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 10.13.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 10.13.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 10.13.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 10.13.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 10.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, Lei nº 14.133/2021).

10.16. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter

atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, Lei nº 14.133/2021).

10.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

10.18. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela referida autarquia decorrentes de um futuro contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com a mesma autarquia ora contratante.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor total estimado para a presente contratação é de **R\$ 96.345.403,93** (noventa e quatro milhões, novecentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e dezessete reais e quarenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na planilha de preços – Anexo IX deste Termo de Referência, para o período de 30 (trinta) meses.

11.1.1. Estimativa por lote:

a) Lote 1: R\$ 22.966.916,45 (vinte e dois milhões, novecentos e sessenta e seis mil novecentos e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos);

b) Lote 2: R\$ 16.225.274,63 (dezesseis milhões, duzentos e vinte e cinco mil duzentos e setenta e quatro reais e sessenta e três centavos);

c) Lote 3: R\$ 19.548.339,60 (dezenove milhões, quinhentos e quarenta e oito mil trezentos e trinta e nove reais e sessenta centavos);

d) Lote 4: R\$ 15.052.912,72 (quinze milhões, cinquenta e dois mil novecentos e doze reais e setenta e dois centavos);

e) Lote 5: R\$ 9.810.525,83 (nove milhões, oitocentos e dez mil quinhentos e vinte e cinco reais e oitenta e três centavos); e

f) Lote 6: R\$ 12.741.434,70 (doze milhões, setecentos e quarenta e um mil quatrocentos e trinta e quatro reais e setenta centavos).

11.2. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

11.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11.4. A pesquisa de preços foi realizada na fase instrutória da presente contratação tendo como data-base o dia 16/03/2026, conforme estabelecido no §7º, do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

11.5. Nos termos do art. 104, do Decreto Distrital nº 44.330/2023, avaliou-se os preços públicos e das propostas apresentadas e por se tratar de contratação em até 6 (seis) lotes, adotou-se como referência o menor valor entre a média e a mediana dos preços obtidos, considerando a necessidade do objeto e a paridade aos preços públicos encontrados.

11.6. Em conformidade com o §7º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, o valor total estimado do contrato poderá ser reajustado a cada 12 (doze) meses, pela variação acumulada do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, contados a partir da data do orçamento estimativo previsto neste Termo de Referência.

11.7. Os reajustes dos preços dos serviços a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com o encerramento do ajuste.

11.8. Os reajustes serão formalizados por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, quando deverão ser formalizados por meio de Termo Aditivo.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO ESTABELECIMENTO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE OU COMPLIANCE PREVISTO NA LEI DISTRITAL Nº 6.112/2018

12.1. Considerando que o prazo de vigência do contrato é superior a 180 (cento e oitenta) dias e os valores envolvidos são superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), conforme estabelecido no caput do art. 1º e em seu parágrafo 2º, da Lei Distrital nº 6.112/2018, que foi alterada pela Lei 6.308/2019, a CONTRATADA, às suas expensas, deverá possuir Programa de Integridade implementado e em efetiva aplicação, conforme disposto no art. 3º da Lei nº 6.308/2019, não cabendo à CONTRATANTE o ressarcimento destas despesas, § 2º, do art. 5º, da primeira lei citada neste dispositivo.

12.2. A empresa que tenha implementado o Programa de Integridade deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, declaração informando a existência desse programa, nos termos do art. 7º da Lei Distrital nº 6.112/2018.

12.3. O Programa de Integridade a ser implantado pela contratada consistirá no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria, controle e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública do Distrito Federal, devendo o Programa de Integridade ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e os riscos atuais das atividades da contratada, a qual, por sua vez, deve garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido Programa, visando garantir sua efetividade.

12.4. O Programa de Integridade da empresa será avaliado, e, para isso, deverá ser apresentado, pela pretensa contratada, relatório de perfil e relatório de conformidade do Programa, nos moldes da Lei Distrital nº 6.112/2018, da Lei Federal nº 12.846/2013, no que couber, do Decreto Federal nº 8.420/2015, e pelo Decreto Distrital nº 37.296/2016 e legislação correlata superveniente, no que for aplicável.

12.5. O Programa de Integridade que for implementado de forma meramente formal e que se mostre absolutamente ineficaz para mitigar o risco de ocorrência de atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/2013 não será considerado para fins de cumprimento da Lei Distrital nº 6.112/2018.

12.6. Pelo descumprimento das exigências previstas nas Leis Distritais nº 6.112/2018 e nº 6.308/2019, que tratam da obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal, a Administração Pública do Distrito Federal aplicará à empresa contratada multa diária de 0,08% do valor do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total contratado.

12.7. Somente o cumprimento da exigência estabelecida na lei, mediante atestado do executor do contrato acerca da existência e aplicação do Programa de Integridade, fará cessar a aplicação da referida multa. Caso a exigência não seja efetivamente cumprida, o valor da multa poderá ser inscrito em dívida ativa, com rescisão do respectivo contrato por justa causa, ocasião em que a contratada, além de sofrer a incidência da cláusula penal, ficará impossibilitada de celebrar novas contratações com o poder público do Distrito Federal pelo período de 2 (dois) anos ou até a efetiva comprovação de implantação e aplicação do Programa de Integridade.

12.8. A fiscalização da implementação tempestiva ou intempestiva, da efetividade e da conformidade legal do Programa de Integridade será exercida conforme artigos 13 e 13-A da Lei Distrital nº 6.112/2018, sem prejuízo das demais atividades de fiscalização do Executor do contrato e dos agentes públicos de fiscalização ordinária do Distrito Federal, garantindo a inteira aplicabilidade da lei.

12.9. As ações e as deliberações do executor do contrato não implicarão interferência na gestão das empresas nem ingerência nas suas competências, limitar-se-ão à verificação do cumprimento do disposto na Lei Distrital nº 6.112/2018, o que se dará mediante prova documental emitida pela contratada, comprovando a implantação do Programa de Integridade na forma do art. 7º da Lei Distrital nº 6.112/2018.

12.10. Para se atestar a efetividade do programa de integridade poderão ser adotados ainda os seguintes meios: auditorias externas, a obtenção do Selo Pró-Ética por parte da contratada, concedido pelo Instituto Ethos, em parceria com a Controladoria-Geral da União, ou a obtenção por parte da contratada da certificação ISO 37001, específica para sistemas de gestão antissuborno.

12.11. Será garantida redução de formalidades às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte, para fins de avaliação da existência, aplicação e efetividade do Programa de Integridade, conforme § 2º, do art. 6º, da Lei nº 6.112/2018, no que diz respeito aos parâmetros estabelecidos nos incisos III, IX, XIII e XIV do caput daquele artigo.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A empresa vencedora do certame deverá apresentar, quando da assinatura do contrato, planilha de composição detalhada, item a item, da formação de custos para material e mão de obra.

13.2. As ordens de serviços de sinalização horizontal se darão por meio do sistema eletrônico do Detran/DF, SISTRAN, cabendo ao Detran/DF a responsabilidade de treinar os funcionários da Contratada.

13.3. Os projetos “as built” deverão ser entregues ao Núcleo de Georreferenciamento - Nugeo na forma estabelecida no Anexo III.

13.4. A CONTRATADA deverá apresentar relatórios sobre a execução dos serviços mensalmente, ou sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

13.5. Os relatórios, quando solicitados, poderão ser entregues em mídia eletrônica (CD) ou em outro formato definido pela CONTRATANTE.

13.5.1. Os Diários de Obras deverão ser entregues em formato eletrônico sempre que a Contratante solicitar, ou em outro formato a seu critério.

13.6. A contratada deverá, durante a execução dos serviços, comprovar que está devidamente estabelecida no Distrito Federal. Essa condição se faz necessária pela especificidade do serviço contratado, que demanda uma grande quantidade e variedade de máquinas, equipamentos, veículos e especialmente a disponibilidade de estoque de materiais e tintas em local próximo à execução dos serviços.

13.7. O cronograma físico-financeiro (Anexo II) poderá sofrer alterações decorrentes de fatores operacionais, administrativos ou supervenientes.

13.8. Todos os serviços deverão atender as normas da ABNT e suas respectivas atualizações.

13.9. Havendo alteração na legislação que regulamenta o objeto, deverá a proponente pautar sua atuação no certame licitatório e/ou na execução do serviço pela norma vigente.

13.10. A Contratada deverá atender às principais normas técnicas aplicáveis:

13.10.1. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Sinalização Horizontal – Volume IV.

13.10.2. ABNT NBR 13159 – Termoplástico aplicado por aspersão (hot spray)

13.10.3. ABNT NBR 13132 – Termoplástico extrudado

13.10.4. ABNT NBR 14636 – Tachas

13.10.5. ABNT NBR 14645-1 – Projeto “as built”

13.10.6. ABNT NBR 06831 – Microesferas de vidro

13.10.7. ABNT NBR 15405 – Sinalização provisória

13.10.8. ABNT NBR 15741 – Laminado Elastoplástico

13.10.9. ABNT NBR 15402 – Materiais Termoplásticos

13.10.10. ABNT NBR 14723 – Retrorrefletividade

13.10.11. ABNT NBR 11862 – Sinalização com tintas acrílicas à base de solvente

13.10.12. ABNT NBR 15576 – Tachões

13.10.13. ABNT NBR 16658 – Balizador

13.10.14. ABNT NBR 15870 – Tinta Bicomponente

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - Gestão/Unidade: 22201/220201;

II - Fonte de Recursos: 237;

III - Programa de Trabalho: 06181621724699520;

IV - Elemento de Despesa: 339039;

V - Plano Interno: Não se aplica.

15. ANEXOS

15.1 ANEXO I – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

15.2 ANEXO II – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

- 15.3 ANEXO III – COMPOSIÇÃO DO BDI
- 15.4 ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
- 15.5 ANEXO V – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
- 15.6 ANEXO VI – ATESTADO DE VISTORIA
- 15.7 ANEXO VII – DISPENSA DE VISTORIA
- 15.8 ANEXO VIII – DECLARAÇÕES
- 15.9 ANEXO IX – PREÇOS UNITÁRIOS

16. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO (SE FOR O CASO)

16.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Instrução nº67/2026.

Eduardo Dutra
Integrante Requisitante
Matrícula: 1.725.691-7

Rodrigo Salgado Pires
Integrante Técnico
Matrícula: 1992473

Daniel do Amaral Bispo
Integrante Administrativo
Matrícula: 256.770-9

ANEXO I-A (Forma de execução)

1.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

SERVIÇO	LOCAL DE EXECUÇÃO	HORÁRIO/PERÍODO
Prestação do serviço de sinalização horizontal nas vias urbanas do Distrito Federal, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos.	Nas vias urbanas do Distrito Federal, compreendidas nas áreas de sinalização viária I, II, III, IV, V e VI.	Os serviços poderão ser executados tanto no período diurno quanto no período noturno, de segunda-feira a domingo, independentemente se dia útil ou não, pelo período de 30 (trinta) meses.

1.2. Os serviços poderão ser executados no período diurno e noturno, de segunda-feira a domingo independentemente se dia útil, salvo orientação em contrário, obedecendo-se rigorosamente os prazos definidos em cada ordem de serviço;

1.3. Os materiais a serem utilizados nos serviços deverão ser certificados por laboratório especializado e acreditado junto ao Inmetro, conforme ABNT NBR ISO/IEC 17025 ou norma mais recente em vigor;

1.4. Os serviços deverão estar sob responsabilidade de engenheiro civil ou arquiteto com registro no respectivo Conselho Regional (responsável técnico), conforme dispõe legislação específica.

1.5. Os empregados quando na execução dos serviços deverão estar uniformizados, identificados e se utilizando de equipamento de proteção individual adequado para cada tipo de serviço;

1.6. Os serviços consistirão em sinalização horizontal de todo sistema viário (estacionamentos, calçadas, ciclovias, ciclofaixas, coopervias, vias arteriais, coletoras, locais, bem como, excepcionalmente rodovias);

1.7. A contratada deverá garantir que todos os empregados estejam capacitados para a execução dos serviços;

1.8. A contratada, para início dos serviços, deverá comprovar que está regularmente estabelecida no Distrito Federal;

1.9. A contratada deverá executar, ainda, tarefas como: emissão de relatórios dos serviços executados, lançamento de dados e informações nos sistemas do Detran/DF, emitir atestados de recebimento provisório e definitivo de obra e outros de mesma natureza e complexidade;

1.10. A **CONTRATADA**, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº 13.709/2018. No manuseio dos dados a **CONTRATADA** deverá:

1.10.1. Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da **CONTRATANTE** e em conformidade com estas cláusulas, e, na eventualidade de não mais poder cumprir com estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de

modo formal este fato imediatamente à **CONTRATANTE**, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

1.10.2. Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

1.10.3. Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da **CONTRATANTE**.

1.10.4. Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da **CONTRATANTE** assinaram Acordo de Confidencialidade com a **CONTRATADA**, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à **CONTRATANTE**. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

1.10.5. Os dados pessoais **NÃO** poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da **CONTRATANTE**.

1.10.6. Caso a **CONTRATADA** seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a **CONTRATANTE** para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

1.10.7. A **CONTRATADA** deverá notificar a **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

1.10.7.1. Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais pela **CONTRATADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados;

1.10.7.2. Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da **CONTRATADA**.

1.10.8. A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

1.10.9. Para início dos serviços a Contratada deverá comprovar a disponibilidade de:

- a) Estoque de material e insumos para início imediato da execução do contrato;
- b) Maquinário para serviços a frio, a quente e instalação de dispositivos auxiliares de sinalização; e
- c) Equipes completas para execução imediata de serviços a frio, a quente e instalação de dispositivos auxiliares de sinalização.

ANEXO I-B

(Descrição dos serviços e especificações técnicas)

1. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.1. SUBITEM I: SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA DE RESINA ACRÍLICA REFLETORIZADA À BASE DE SOLVENTE (AUTOMÁTICA E MANUAL)

1.1.1. Objetivo

1.1.1.1. Esta especificação fixa as condições básicas exigíveis para a execução de serviços de demarcação de pavimentos em vias urbanas com tinta à base de resina acrílica retrorrefletiva

1.1.2. Documentos complementares

1.1.2.1. Na aplicação desta especificação é necessário consultar:

NBR 7396 Material para Sinalização Horizontal – Terminologia

NBR 6831 - Microesferas de Vidro retrorrefletivas

NBR 5829 - Tintas, vernizes e derivados

NBR 5830 - Determinação da estabilidade acelerada de resina e vernizes

NBR 7135 - Grau de dispersão dos pigmentos no veículo da tinta

NBR 9676 - Determinação do poder de cobertura

NBR 12027- Tinta para sinalização horizontal

*Determinação da consistência pelo Viscosímetro Stormer

NBR 12034- Tinta para sinalização horizontal

*Determinação da resistência à abrasão

NBR 12035- Tinta para sinalização horizontal

* Determinação do brilho

NBR 12036- Tinta para sinalização horizontal

* Determinação da resistência ao calor

NBR 12040- Tinta para sinalização horizontal

* Determinação da resistência ao intemperismo

NBR 12934- Tinta para sinalização horizontal

* Determinação da cor

1.1.3. Condições gerais

1.1.3.1. Materiais

1.1.3.1.1. A tinta a ser aplicada na demarcação viária deve ser para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento.

1.1.3.1.2. A tinta deve ser aplicada pelo processo de aspersão pneumática, através de equipamento automático ou manual, conforme o tipo de pintura a ser executada.

1.1.3.1.3. Os serviços serão executados no período diurno e noturno de segunda-feira a domingo, salvo orientação em contrário, obedecendo-se rigorosamente os prazos definidos em cada ordem de serviço.

1.1.3.1.4. A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos ou grumos que não possam ser facilmente dispersos por ação manual.

1.1.3.1.5. A tinta deverá apresentar características antiderrapantes.

1.1.3.1.6. A tinta não deve apresentar coágulos, nata, crostas ou separação de cor.

1.1.3.1.7. A tinta deve estar apta a ser aplicada nas seguintes condições:

1.1.3.1.7.1. Temperatura ambiente, de 10°C a 40°C;

1.1.3.1.7.2. Umidade relativa do ar de 10% até 90%;

1.1.3.1.7.3. Suportar temperatura de até 80°C.

1.1.3.1.8. A tinta deve ter condições de ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na viscosidade especificada. No caso da aplicação de microesferas de vidro tipo I-B, no entanto, pode ser adicionado no máximo 5% de solvente em volume sobre a tinta. Quanto ao solvente a ser utilizado, este deverá ser apropriado para a tinta especificada, de preferência do mesmo fabricante.

1.1.3.1.8.1. Os solventes usados na diluição da tinta ou limpeza dos equipamentos devem ser os indicados, preferencialmente, pelo fabricante da tinta.

1.1.3.1.9. A tinta quando aplicada em quantidade especificada deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação ao tráfego no período máximo de 30 (trinta) minutos.

1.1.3.1.10. A tinta aplicada, após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao pavimento, produzir película seca fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil.

1.1.3.1.11. A tinta quando aplicada sobre a superfície betuminosa não deve apresentar sangria, nem exercer qualquer ação que danifique o pavimento.

1.1.3.1.12. As microesferas de vidro deverão ser incorporadas às tintas em duas fases, através de adição antes de sua aplicação Tipo I – B na proporção de 200 g/l de tinta, e posteriormente através de aspersão Tipo II A/B, simultaneamente, com tinta na proporção de 300 g/m².

1.1.3.2. Embalagem

1.1.3.2.1. A tinta deverá ser embalada em recipientes metálicos ou plásticos, cilíndricos lacrados. O lacre deve apresentar o número do laudo laboratorial e deverá ser conferido e retirado pela fiscalização do Detran/DF.

1.1.3.2.2. As embalagens das tintas deverão trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes informações:

a) nome do produto;

b) cor da tinta (Padrão Munsell);

c) referência quanto à natureza química da resina;

d) data de fabricação;

e) prazo de validade;

f) número do lote de fabricação;

g) nome do fabricante;

h) quantidade contida no recipiente, em Quilos/Litros.

1.1.3.3. Limpeza do Pavimento

1.1.3.3.1. A Contratada deverá apresentar aparelhagem necessária para limpar e secar devidamente a superfície a ser demarcada como escovas, vassouras, jato de ar comprimido. Quando estes processos não forem suficientes para remover todo o material estranho, as superfícies deverão ser escovadas com a solução de fosfato trisódico ou similar e então lavadas, 24 (vinte e quatro) horas antes do início efetivo dos serviços de demarcação, ou então quando o Detran/DF determinar.

1.1.3.3.2. Quando o pavimento for de concreto ou de difícil aderência, antes da pintura poderá ser realizada a aplicação de “PRIMER”, cuja função é ajudar a tinta a aderir ao pavimento, de forma rápida e segura.

1.1.3.4. Espessura

1.1.3.4.1. A espessura da tinta após aplicação quando úmida deverá ser de no mínimo 0,60mm; e a sua espessura após a secagem deverá ser no mínimo de 0,30mm quando medida sem adição de microesferas Tipo II A/B.

1.1.3.5. Pré-marcação

1.1.3.5.1. Quando da superfície a ser sinalizada não apresentar marcas existentes que possam servir de guias, deve ser feita a pré-marcação antes da aplicação da tinta na via, rigorosamente de acordo com as cotas e dimensões em projeto.

1.1.3.6. Aplicação

1.1.3.6.1. O material aplicado deverá apresentar as bordas bem definidas, sem salpicos ou manchas, não se admitindo diferenças de tonalidade em uma mesma faixa ou em faixas paralelas.

1.1.3.6.2. A distribuição de microesferas de vidro deverá ser uniforme, não sendo admissível acúmulo em determinadas áreas pintadas.

1.1.3.6.3. A tolerância em relação à extensão e a largura de cada faixa será de até 5%. Este processo não será levado em consideração no pagamento, não se admitindo largura ou extensões inferiores aos indicados em projeto.

1.1.3.6.4. Na execução das marcas retas, qualquer desvio nas bordas excedendo 0,01m em 10m deverá ser corrigido.

1.1.3.6.5. Após aplicada a tinta, deverá ser protegida de todo tráfego de veículos bem como pedestres, durante o tempo de secagem, cerca de 30 (trinta) minutos.

1.1.3.6.6. Equipamentos: A(s) máquina(s) para aplicação de tinta a frio deve(m) estar (em) licenciadas e emplacadas conforme legislação de trânsito e conter, no mínimo, os seguintes equipamentos:

1.1.3.6.6.1. Motor para autopropropulsão;

1.1.3.6.6.2. Compressor de ar, com reservatório;

1.1.3.6.6.3. (dois) reservatórios pressurizados para tinta, sendo um para cada cor;

1.1.3.6.6.4. Misturadores mecânicos para material;

1.1.3.6.6.5. Quadro de instrumentos e válvulas para regulação, controle e acionamento.

1.1.3.6.6.6. Sistema de limpeza das mangueiras e pistolas, com tanque de solvente, válvulas e registros;

1.1.3.6.6.7. Sistema sequenciador para atuação automática das pistolas na pintura de eixos tracejados;

1.1.3.6.6.8. Sistema de pistolas para material, atuados pneumaticamente, permitindo a variação da largura das faixas;

1.1.3.6.6.9. Sistema espalhador de microesfera por aspersão;

1.1.3.6.6.10. Depósito para microesferas;

1.1.3.6.6.11. Sistema de braços suportes para pistola;

1.1.3.6.6.12. Sistema de pistolas manuais, atuados pneumaticamente.

1.1.3.7. Retrorrefletorização

1.1.3.7.1. A retrorrefletorização inicial deverá ser de, no mínimo, 150 mcd/Lux m².

1.1.3.8. Remoção

1.1.3.8.1. A remoção da linha no pavimento poderá ser feita através de métodos de livre escolha, sujeitos a aprovação do Detran/DF.

1.1.3.9. Aplicação

1.1.3.9.1. A aplicação do material será executada nos períodos diurno e noturno, de segunda-feira a domingo, obedecendo rigorosamente os prazos definidos em cada Ordem de Serviço emitidos pelo Detran/DF.

1.1.3.9.2. No caso de qualquer anormalidade observada pela contratada com relação à geometria do local ou qualidade do piso, esta deverá comunicar imediatamente à fiscalização, para as providências necessárias.

1.1.3.9.3. Sempre que uma ordem de serviço não seja cumprida integralmente dentro do prazo programado, por ocorrência de imprevistos (chuvas, obras no local, etc.), a contratada deverá comunicar o fato imediatamente à fiscalização.

1.1.3.9.4. Todos os serviços de execução da sinalização horizontal somente deverão ser iniciados, após a instalação da sinalização de segurança (cones, cavaletes, dispositivos refletivos e piscantes), devidamente vistoriada e aprovada pelo Detran/DF.

1.1.4. Controle de qualidade

1.1.4.1. Materiais

1.1.4.1.1. Para garantia da qualidade dos serviços, serão exigidos da contratada os certificados de análise com respectivos selos de aprovação dos materiais, tinta e microesferas de vidro a serem utilizadas na obra, emitidos por laboratório credenciado para tal. Somente após apresentação dos laudos e conferência dos lotes, com respectivos selos, a contratada poderá iniciar os serviços e, independente dos laudos, o Detran/DF poderá a qualquer momento coletar material para análise de suas características.

1.1.4.2. Serviços

1.1.4.2.1. Quanto à execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes itens:

1.1.4.2.1.1 Espessura

1.1.4.2.1.1.1. O material poderá ser colhido pela fiscalização do Detran/DF durante a aplicação, em chapa de folha de flandres, a intervalos determinados junto a saída do equipamento aplicador. As medidas serão realizadas sem adição de microesferas de vidro do tipo II A/B.

1.1.4.2.1.1.2. Poderão ser retiradas amostras para verificação da espessura da película aplicada, desconsiderando-se os 5% iniciais e finais de carga.

1.1.4.2.1.1.3. A fiscalização do Detran/DF, munida de um medidor de espessura úmida poderá parar a obra, ou exigir que refaça a pintura, caso não esteja na espessura desejada.

1.1.4.2.1.1.4. Deverão ser realizadas, no mínimo, 05 (cinco) medidas em cada amostra, e o resultado deverá ser expresso pela média das medidas (por cada ordem de serviço).

1.1.5. Durabilidade

1.1.5.1. Independentemente dos ensaios e inspeções, e considerando o pavimento em boas condições para sinalização e o volume de tráfego médio de até **10.000 veículos x dia**, o desgaste natural da sinalização no tocante a refletância, com base na refletância inicial (150 mcd/lux./m².), não poderá exceder a:

1.1.5.1.1. 30% de desgaste da sinalização nos 06 (seis) primeiros meses da data de execução dos serviços,

1.1.5.1.2. 50% de desgaste da sinalização nos 09 (nove) primeiros meses da data de execução dos serviços e

1.1.5.1.3. 70% de desgaste da sinalização nos 12 (doze) primeiros meses da data de execução dos serviços.

1.1.6. Critérios para medição e pagamento

1.1.6.1. Linhas Contínuas

1.1.6.1.1. Mede-se o comprimento (C) da faixa contínua e confere-se a largura (L=0, 10), por exemplo. Para linhas duplas considera-se o comprimento de duas linhas contínuas. Área para pagamento: $S = C \times L$

1.1.6.2. Linhas Seccionadas

1.1.6.2.1. Conta-se o número de linha cheias (N), conferindo-se os comprimentos (C) e as larguras (L) unitários, admitindo-se erro de 5% nas dimensões.

1.1.6.2.2. A área para pagamento será: $S = N \times C \times L$.

1.1.6.3. Dizeres e símbolos

1.1.6.3.1. Computa-se a área do retângulo envolvente (comprimento x largura).

1.1.6.4. Canalização em pintura (Cone, Nariz).

1.1.6.4.1. Serão efetuados pagamentos com base na área efetivamente pintada

1.1.6.5. Faixas de pedestres

1.1.6.5.1. Conferem-se as larguras das faixas (L=0,40m ou indicado em projeto) e os comprimentos (C=4,00 m ou indicado em projeto): contam-se as faixas com tais dimensões (N). A diferença aceitável para tais medidas é de até 5%.

1.1.7. Especificação técnica da tinta de resinas acrílicas à base de solvente

1.1.7.1. Objetivo

1.1.7.1.1. Esta especificação tem por objetivo fixar características técnicas para o fornecimento de tintas à base de resina acrílica destinadas à demarcação de pavimentos.

1.1.7.2. Requisitos Gerais

1.1.7.2.1. A tinta não deve apresentar, após a abertura do recipiente, sedimentos que não possam ser facilmente dispersos por agitação manual. Após a agitação deve apresentar aspecto homogêneo.

1.1.7.2.2. Não deve apresentar variação de consistência quando estocada.

1.1.7.2.3. Não deve apresentar coágulos, grumos ou películas, quando em recipiente. A tinta deve apresentar características antiderrapantes.

1.1.7.2.4. A tinta deve ter condições de ser aplicada em condições ambientais a uma temperatura de 10°C a 40°C e umidade relativa do ar de 10% a 90%.

1.1.7.2.5. Requisitos quantitativos

REQUISITOS QUANTITATIVOS	MÍNIMO	MÁXIMO
Consistência, UK	80	90
Estabilidade na armazenagem:		
Alteração de consistência, UK	-	5
Material não volátil, porcentagem em massa	62,8	69
Pigmento, porcentagem em massa	40	50
Para tinta branca: TiO ₂ , % em massa no pigmento	25	-
Para tinta amarela: PbCrO ₄ , % em massa no pigmento, sendo permitindo substituir até 15% do teor utilizado, por TiO ₂	22	-
Veículo não volátil, porcentagem em massa no veículo	38	-
Veículo total, porcentagem em massa na tinta	50	60
Tempo de secagem, "no pick-up time", minutos	-	15
Resistência à abrasão, litros de óxido de alumínio	80	-
Massa específica, g/cm ³	1,30	1,45
Brilho a 60°, unidades	-	20

1.1.7.2.6. Requisitos Qualitativos

REQUISITOS QUALITATIVOS	
Cor (notação Munsell Highway)	N 9,5 (tolerância N 9,0)
- Tinta branca	10YR 7,5/14 e suas tolerâncias exceto notações 2,0Y 7,5/14 e 10YR 6,5/14
- Tinta amarela	
Flexibilidade	Satisfatória
Sangramento	Ausência
Resistência à água	Satisfatória
Resistência ao calor	Satisfatória
Estabilidade na diluição	Satisfatória
Aderência	Satisfatória
Formação de nata	Ausência
Breu e derivados	Ausência
Identificação do veículo não volátil	O espectrograma de absorção de radiações infravermelhas deve apresentar bandas características de resinas acrílicas e/ou vinílicas

1.2. SUBITEM II: SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM MATERIAIS TERMOPLÁSTICOS PELO PROCESSO DE ASPERSÃO (HOT SPRAY)

1.2.1. Objetivo

1.2.1.1. Esta especificação fixa as condições básicas exigíveis para a execução e fiscalização da sinalização horizontal viária com material termoplástico pelo processo de aspersão.

1.2.2. Documentos complementares

1.2.2.1. Deve atender às especificações da ABNT NBR 13159.

1.2.3. Requisitos gerais

1.2.3.1. O material termoplástico deverá ser aplicado pelo processo de aspersão conforme definido em contrato.

1.2.3.2. A sinalização horizontal viária será executada no período diurno e noturno, de segunda-feira a domingo, obedecendo rigorosamente aos prazos definidos em cada ordem de serviço emitidos pelo Detran/DF.

1.2.3.3. No caso de qualquer anormalidade observada pela contratada com relação à geometria do local, qualidade do piso ou outro fato que implique a execução de sinalização incompatível com a existente, esta deverá comunicar imediatamente à fiscalização para as providências necessárias.

1.2.3.4. Sempre que uma etapa do serviço não puder ser cumprida integralmente dentro do prazo programado, por ocorrência de imprevistos (chuvas, obras no local etc.), a contratada deverá comunicar o fato imediatamente à fiscalização e retornar ao local tantas vezes quanto necessário para sua conclusão.

1.2.3.5. Todos os serviços de execução de sinalização horizontal somente deverão ser iniciados, após a instalação da sinalização de segurança (cones, cavaletes, dispositivos refletivos e piscantes), de acordo com o “Manual de sinalização temporária” e conforme os subitens 18.27.2 e 18.27.3 da Norma Regulamentadora Nº. 018 do Ministério do Trabalho.

1.2.3.6. Nos serviços executados, a apuração das quantidades (medições) será calculada tomando-se por base as áreas efetivamente pintadas, com exceção dos dizeres e símbolos.

1.2.4. Requisitos específicos

1.2.4.1. Preparação do pavimento.

1.2.4.1.1. A superfície a ser pintada deve se apresentar seca, livre de sujeira ou qualquer outro material estranho (óleo, graxas, etc.) que possa prejudicar a aderência do material ao pavimento.

1.2.4.1.2. Quando a simples varrição ou jato de ar não forem suficientes para remover todo o material estranho, o pavimento deverá ser limpo de maneira adequada e compatível com o tipo de material a ser removido.

1.2.4.1.3. As sinalizações existentes, a serem repintadas, devem ser recobertas não deixando quaisquer marcas ou falhas que possam prejudicar a nova sinalização.

1.2.4.1.4. Quando o pavimento for de concreto ou apresentar agregado exposto, antes da pintura deve-se fazer uma aplicação de “*tack-coat*”, cuja função é atuar como meio ligante entre o pavimento e o termoplástico.

1.2.4.2. Pré-marcação

1.2.4.2.1. Quando a superfície a ser sinalizada não apresentar marcas existentes que possam servir de guias, deve ser feita a pré-marcação antes da aplicação do material na via, rigorosamente de acordo com as cotas e dimensões fornecidas em projeto.

1.2.4.3. Materiais

1.2.4.3.1. Termoplástico: o material termoplástico a ser utilizado deve satisfazer a especificação para sinalização horizontal pelo processo de aspersão (*hot spray*).

1.2.5. Equipamentos

1.2.5.1. Equipamentos de limpeza: devem incluir aparelhagem necessária para limpar e secar devidamente a superfície a ser demarcada como escova, vassouras, compressores, ventiladores etc.

1.2.5.2. Equipamentos de aplicação

1.2.5.2.1. Devem incluir um aparelho de projeção pneumática, mecânica ou combinada e, conforme descrito no item “1.2.7.1.2”, tantos apetrechos auxiliares para demarcação manual quantos forem necessários a executar satisfatoriamente o serviço.

1.2.6. Execução de sinalização

1.2.6.1. Espessura

1.2.6.1.1. A espessura do termoplástico a ser aplicado é de, no mínimo, 1,5mm, salvo determinação em contrário em projetos.

1.2.6.2. Aplicação

1.2.6.2.1. As marcas devem ser aplicadas nos locais e com as dimensões indicadas nos projetos. Deve ser aplicado material suficiente, de forma a produzir marcas com bordas claras e nítidas e uma película de cor e largura uniformes.

1.2.6.2.2. A pintura dos eixos das vias será efetuada seguindo a proporção 3x6, ou seja, 3 metros pintados intercalados com 6 metros sem pintar ou conforme determinação por escrito do Detran/DF.

1.2.6.2.3. O material deve ser aplicado de tal forma a não ser necessária nova aplicação para atingir a espessura especificada. Na execução das marcas retas, qualquer desvio das bordas, excedendo 0,01m em 10m, deve ser corrigido.

1.2.6.2.4. Os serviços de aplicação devem ser executados quando o tempo estiver bom, ou seja, sem vento excessivo, poeira, neblina ou chuva.

1.2.6.3. Largura das marcas

1.2.6.3.1. A largura das marcas deve obedecer ao que foi especificado no projeto, admitindo-se uma tolerância de mais ou menos 5%.

1.2.6.4. Temperatura da aplicação

1.2.6.4.1. Na utilização de material termoplástico, a temperatura máxima de aplicação deverá ser de:

-Termoplástico branco: 200°C;

-Termoplástico amarelo: 180°C.

1.2.6.5. Retrorrefletorização

1.2.6.5.1. A retrorrefletorização inicial da sinalização é produzida pela aplicação de microesferas de vidro tipo II na proporção mínima de 300g/m².

1.2.6.5.2. A retrorrefletância inicial mínima da sinalização deverá ser de 150 mcd/lux/m².

1.2.6.6. Proteção

1.2.6.6.1. O termoplástico aplicado deve ser protegido, até o seu endurecimento, de todo tráfego de veículos bem como de pedestres. O aplicador será diretamente responsável e deve exigir ou colocar sinais de aviso adequados.

1.2.6.7. Condições ambientais

1.2.6.7.1. O termoplástico deve ser aplicado nas seguintes condições:

1.2.6.7.1.1. Temperatura entre 10°C e 40°C;

1.2.6.7.1.2. Umidade relativa do ar de 10% até 90%.

1.2.7. Inspeção

1.2.7.1. Durante a execução dos serviços de sinalização horizontal, serão realizadas inspeções pela fiscalização do Detran/DF, onde serão verificados os seguintes itens:

1.2.7.1.1. Pavimento - a superfície do pavimento deve atender aos requisitos do item “1.3.4.1” deste Termo de Referência.

1.2.7.1.2. Equipamentos - os equipamentos mínimos necessários para aplicação de material termoplástico pelo processo de aspersão são:

1.2.7.1.2.1. Usina móvel constituída de dois recipientes para fusão do material, provida de aquecedores e agitadores com regulação

automática de temperatura.

1.2.7.1.2.2. Veículo autopropulsor para aplicação contendo recipiente pressurizado para material termoplástico fundido, dispondo de instalação de aquecimento indireto, com dispositivo para controle e regulagem.

1.2.7.1.2.3. Compressor com tanque pulmão de ar destinado a:

1.2.7.1.2.3.1. Pressurização da autoclave, tanque de microesferas e tanque de imprimação.

1.2.7.1.2.3.2. Acionamento pneumático das pistolas para termoplásticos e microesferas.

1.2.7.1.2.4. Gerador de força para alimentação dos dispositivos de segurança e controle.

1.2.7.1.2.5. Dispositivos de aplicação contínua e intermitente para execução das linhas simples e/ou duplas, dos materiais utilizados.

1.2.7.1.2.6. Dispositivos, acessórios de controle e segurança centralizados em painéis na cabine do veículo e na plataforma de comando do conjunto de aplicação.

1.2.7.1.2.7. Termômetro em perfeito estado de funcionamento, caldeiras de fusão e de aplicação.

1.2.7.1.2.8. Dispositivos balizadores e miras óticas para direcionamento da unidade aplicadora durante a execução da demarcação.

1.2.8. Material

1.2.8.1. Os materiais a serem utilizados na execução da sinalização horizontal deverão ser previamente ensaiados de acordo com as especificações técnicas do Detran/DF, item “1.2.15”.

1.2.8.2. A contratada deverá apresentar ao Detran/DF os laudos de laboratório dos ensaios acima citados para liberação dos lotes de materiais a serem utilizados na execução dos serviços.

1.2.8.3. Durante a execução dos serviços, as equipes deverão ter em seu poder e à disposição da fiscalização Detran/DF cópia dos laudos dos materiais em utilização.

1.2.8.4. Quando do consumo dos lotes, os respectivos selos de aprovação dos laboratórios poderão ser encaminhados ao Detran/DF, que ficará de posse dos mesmos.

1.2.8.5. Temperatura de aplicação: a temperatura de aplicação deverá atender ao especificado no item “1.2.6.4.1”.

1.2.9. Controle de qualidade dos serviços

1.2.9.1. Ensaios

1.2.9.1.1. Espessura da película

1.2.9.1.1.1. O material poderá ser colhido durante a aplicação em chapa de folha de flandres (500 mm x 200 mm x 0,25mm), sem adição de microesferas tipo II.

1.2.9.1.1.2. A espessura da película aplicada deve ser medida através da massa do material sobre uma área conhecida e sua massa específica ou pelo método magnético. As medidas devem ser realizadas sem adição de microesferas de vidro do tipo II.

1.2.9.1.1.3. Para cada 200m² de área demarcada ou em cada jornada de aplicação, poderá ser retirada uma amostra para verificação da espessura da película aplicada.

1.2.9.1.1.4. As amostras deverão atender ao especificado no item “1.2.6”.

1.2.9.2. Medida da retrorrefletorização.

1.2.9.2.1. O material colhido durante a aplicação em chapa de folha de flandres (500mm x 200mm x 0.25mm), com as microesferas incorporadas, deverá ser medido em laboratório, com aparelhos do tipo:

1.2.9.2.1.1. Retroreflectometer 710 da Erischsen/1.p.1.

1.2.9.2.1.2. Mirolux 12 da Miro-Bran Assemblers, INC ou similar.

1.2.9.2.2. Deverão ser realizadas no mínimo 10 medidas em cada chapa, e o resultado deverá ser expresso pela média das medidas.

1.2.9.2.3. Para cada 200m² de área demarcada ou em cada jornada de aplicação, poderá ser retirada uma amostra para verificação da retrorrefletorização do material.

1.2.9.2.4. As amostras deverão atender ao especificado no item “1.2.6.5 (1.2.6.5.1 e 1.2.6.5.2.)”.

1.2.9.2.5. Os ensaios referentes à espessura da película e retrorrefletorização serão de responsabilidade da empresa e às suas expensas.

1.2.9.2.6. Os serviços poderão ser rejeitados e sujeitos a serem refeitos sem qualquer ônus ao Detran/DF, nos seguintes casos:

1.2.9.2.7. Espessura não atende ao especificado no item “1.2.6.1.1”.

1.2.9.2.8. Desvios das bordas, superior a 0,01m, em 10m, na execução de marcas retas, conforme especificação no item “1.2.6.2.3”.

1.2.9.2.9. Largura das marcas diferentes do especificado no item “1.2.6.3.1”.

1.2.9.2.10. A temperatura de aplicação não atende ao especificado no item “1.2.6.4.1”.

Os equipamentos para aplicação não atendem ao especificado no item “1.2.5”.

1.2.9.2.11. Utilização de material não ensaiado e/ou sem selo de aprovação do laboratório.

1.2.10. Durabilidade

1.2.10.1. Independentemente dos ensaios inspeções e considerando o pavimento em boas condições para sinalização e o volume de tráfego médio de até **20.000 veículos x dia**, o desgaste natural da sinalização no tocante a refletância, com base na refletância inicial (150 mcd/lux./m².), não poderá exceder a:

1.2.10.1.1. **30%** de desgaste da sinalização nos 12 (doze) primeiros meses da data da execução dos serviços.

1.2.10.1.2. **50%** de desgaste da sinalização nos 18 (dezoito) primeiros meses da data da execução dos serviços.

1.2.10.1.3. **70%** de desgaste da sinalização nos 24 (vinte e quatro) primeiros meses da data da execução dos serviços.

1.2.11. Especificação técnica – material: Termoplástico para sinalização horizontal pelo processo de aspersão (hot spray)

1.2.11.1. Objetivo

1.2.11.1.1. Esta especificação fixa as condições exigíveis básicas para material termoplástico retrorrefletorizado empregado na sinalização horizontal viária pelo processo de aspersão.

1.2.11.2. Definições

1.2.11.2.1. Os termos técnicos utilizados nesta especificação estão definidos na norma TB 125, NBR 13132 e NBR 13159.

1.2.12. Requisitos gerais

1.2.12.1. O termoplástico deve apresentar boas condições de trabalho e suportar temperaturas de até 80°C, sem sofrer deformações.

1.2.12.2. O termoplástico deve ser inerte a intempéries, combustíveis e lubrificantes.

- 1.2.12.3.O termoplástico deve produzir marcas que se agreguem firmemente ao pavimento, não se destacando do mesmo em consequência de esforços provenientes do tráfego.
- 1.2.12.4.O termoplástico deve ser passível de remoção intencional, não ocasionando danos sensíveis ao pavimento.
- 1.2.12.5.O termoplástico não deve possuir capacidade destrutiva ou desagregadora do pavimento.
- 1.2.12.6.O termoplástico não deve ser aplicado sobre pavimento de concreto, a não ser que se faça uma pintura de ligação com material apropriado.
- 1.2.12.7.O termoplástico depois de aplicado deve permitir a liberação do tráfego em 5 (cinco) minutos.
- 1.2.12.8.O termoplástico deve manter integralmente a sua coesão e cor após a sua aplicação no pavimento.
- 1.2.12.9.O termoplástico, quando aquecido à temperatura exigida para sua aplicação, não deve desprender fumos ou gases tóxicos que possam causar danos às pessoas ou a propriedades.

1.2.13. Materiais

- 1.2.13.1.O material termoplástico se constituirá de uma mistura em proporções convenientes de ligante; partículas granulares como elementos inertes; pigmentos e seus agentes dispersores; microesferas de vidro e outros componentes que propiciem ao material qualidade com que venham atender a finalidade a que se destina.
- 1.2.13.2.O ligante deve ser constituído de resinas naturais e/ou sintéticas e um óleo como agente plastificante.
- 1.2.13.3. As partículas granulares serão constituídas por talco, dolomita, calcita, quartzo e outros materiais similares e microesferas de vidro do tipo IA.
- 1.2.13.4. No termoplástico de cor branca, o pigmento deve ser o dióxido de titânio rutilo e, no de cor amarela, deve ser o cromato de chumbo ou sulfeto de cádmio. Os pigmentos empregados devem assegurar uma qualidade e resistência à luz e ao calor, de sorte que a tonalidade das faixas permaneça inalteradas.

1.2.14. Embalagem

- 1.2.14.1.O termoplástico deverá ser acondicionado em sacos plásticos devidamente fechados e lacrados, bem como em embalagens padronizadas, nas quais deve figurar em local visível e legível:

- nome do produto;
- cor da tinta (Padrão Munsell);
- referência quanto a natureza química da resina;
- data de fabricação;
- prazo de validade;
- número do lote de fabricação;
- nome do fabricante;
- quantidade contida no recipiente, em kg.

1.2.15. Requisitos específicos

1.2.15.1. Quantitativos

QUANTITATIVOS	MIN	MAX
Ligante, % em massa na mistura	18	28
Para o termoplástico branco TiO ₂ , % em massa mistura	08	-
Para o termoplástico amarelo em massa mistura - PbCrO ₄	02	-
Para o termoplástico amarelo em massa mistura - CdS	01	-
Microesferas, % em massa na mistura	20	40
Massa específica, g/cm ³	1,85	2,25
Ponto de amolecimento, °C	90	-
Deslizamento, %	-	5
Resistência à abrasão, g	-	0,4

1.2.15.2. Qualitativos

1.2.15.2.1.	Cor munsell -Termoplástico branco- N 9,5 - com tolerância N 9, 0 -Termoplástico amarelo - 10 YR - 7,5/14 com tolerância 10 YR - 6,5/14 e 8,5 YR 7,5/14.
1.2.15.2.2.	- Estabilidade ao calor.....satisfatória
1.2.15.2.3.	- Resistência à luz.....satisfatória

1.2.16. Controle de qualidade

- 1.2.16.1. Caberá ao fornecedor, às suas expensas, ensaiar o lote do material.
- 1.2.16.2. Entende-se como lote o material produzido de uma só vez sob as mesmas condições.
- 1.2.16.3. Será aceito o lote que satisfaça aos requisitos do item “1.2.15.1” e “1.2.15.2” deste, especificação técnica, acompanhado do respectivo laudo e com selo de aprovação do laboratório, individualmente, bem como devidamente embalado, conforme item “1.2.14” deste Termo de Referência.

1.3. SUBITEM III: SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM MATERIAIS TERMOPLÁSTICOS PELO PROCESSO DE EXTRUSÃO

1.3.1. Objetivo

- 1.3.1.1. Esta especificação fixa as condições básicas exigíveis para a execução e fiscalização da sinalização horizontal viária com material termoplástico pelo processo de extrusão.

1.3.2. Documentos complementares

1.3.2.1.ABNT NBR 13132 - especifica as condições exigíveis para materiais termoplásticos retrorrefletorizados empregados na sinalização horizontal viária e aplicados pelo processo de extrusão.

1.3.3. Requisitos gerais

1.3.3.1. O material termoplástico deverá ser aplicado pelo processo de extrusão.

1.3.3.2. A sinalização horizontal viária será executada no período diurno e noturno, de segunda a domingo, obedecendo rigorosamente aos prazos definidos em cada ordem de serviço emitida pelo Detran/DF.

1.3.3.3. No caso de qualquer anormalidade observada pela contratada com relação à geometria do local, qualidade do piso ou outro fato que implique a execução de sinalização incompatível com a existência, esta deverá comunicar imediatamente à fiscalização para as providências necessárias.

1.3.3.4. Sempre que uma etapa do serviço não puder ser cumprida integralmente dentro do prazo programado, por ocorrência de imprevistos (chuva, barro no local etc.), a contratada deverá comunicar o fato imediatamente à fiscalização e retornar ao local tantas vezes quanto necessário, para sua conclusão.

1.3.3.5. Todos os serviços de execução de sinalização horizontal somente deverão ser iniciados após a instalação da sinalização de segurança (cones, cavaletes, dispositivos refletivos e piscantes), de acordo com o “Manual de sinalização temporária” e conforme os subitens 18.27.2 e 18.27.3 da Norma Regulamentadora Nº. 018 do Ministério do Trabalho.

1.3.4. Requisitos específicos

1.3.4.1. Preparação do pavimento

1.3.4.1.1. A superfície a ser pintada deve se apresentar seca, livre de sujeira ou qualquer outro material estranho (óleos, graxas, etc.) que possa prejudicar a aderência do material ao pavimento.

1.3.4.1.2. Quando a simples varrição ou jato de ar não forem suficientes para remover todo o material estranho, o pavimento deve ser limpo de maneira adequada e compatível com o tipo de material a ser removido.

1.3.4.1.3. As sinalizações existentes, a serem repintadas, devem ser recobertas, não deixando quaisquer marcas ou falhas que possam prejudicar a nova sinalização.

1.3.4.1.4. As sinalizações existentes, a serem substituídas, devem ser removidas ou recobertas, não deixando qualquer marca ou falha que possa prejudicar a nova sinalização.

1.3.4.1.5. As sinalizações, a serem retiradas, sejam de qualquer método de aplicação, serão executadas através de métodos a livre escolha da contratada, estando sujeitos, todavia, à aprovação do Detran/DF.

1.3.4.1.6. Os serviços de retirada de sinalização horizontal deverão ser executados em observância aos projetos.

1.3.4.1.7. Quando o pavimento for de concreto ou apresentar agregado exposto, antes da pintura, deve-se fazer uma aplicação de “*tack-coat*”, cuja função é atuar como meio ligante entre o pavimento e o termoplástico.

1.3.5. Pré-marcação

1.3.5.1. Quando a superfície a ser sinalizada não apresentar marcas existentes que possam servir de guias, deve ser feita a pré-marcação antes da aplicação do material na via, rigorosamente de acordo com as cotas e dimensões fornecidas em projeto.

1.3.6. Material termoplástico

1.3.6.1. O material termoplástico a ser utilizado deve satisfazer a especificação para sinalização horizontal pelo processo de extrusão (extrudado).

1.3.7. Equipamentos

1.3.7.1. Equipamentos de limpeza

1.3.7.1.1. Devem incluir aparelhagem necessárias para limpar e secar devidamente a superfície a ser demarcada: escovas, vassouras, compressores, ventiladores etc.

1.3.7.2. Equipamentos de aplicação

1.3.7.2.1. Devem incluir uma usina móvel, conforme descrito no item “1.3.9.1.2” (e subitens), e tantos apetrechos auxiliares para demarcação manual quantos forem necessários a executar satisfatoriamente o serviço.

1.3.8. Execução de sinalização

1.3.8.1. Condições ambientais

1.3.8.1.1. O termoplástico deve ser aplicado nas seguintes condições:

- Temperatura entre 10°C e 40°C;
- Umidade relativa do ar de 12% até 80%.

1.3.8.2. Espessura

1.3.8.2.1. A espessura de termoplástico a ser aplicada é de, no mínimo, 3mm salvo determinação em contrário em projetos.

1.3.8.3. Aplicação

1.3.8.3.1. As marcas devem ser aplicadas nos locais e com as dimensões e espaçamentos indicados nos projetos, ou segundo orientação da fiscalização.

1.3.8.3.2. Deve ser aplicado material suficiente de forma a produzir marcas com bordas claras e nítidas e uma película de cor e largura uniformes.

1.3.8.3.3. O material deve ser aplicado de tal forma a não ser necessária nova aplicação para atingir a espessura especificada.

1.3.8.3.4. Na execução das marcas retas, qualquer desvio das bordas, excedendo 0,01m em 10m, deve ser corrigido.

1.3.8.3.5. Os serviços de aplicação devem ser executados quando o tempo estiver bom, ou seja, sem vento excessivo, poeira, neblina ou chuva.

1.3.8.4. Largura das Marcas

1.3.8.4.1. A largura das marcas deve obedecer ao que foi especificado no projeto, admitindo-se uma tolerância de mais ou menos 5%.

1.3.8.5. Temperatura de aplicação

1.3.8.5.1. Na utilização de material termoplástico, a temperatura máxima de aplicação deverá ser de:

- Termoplástico branco: 200°C;
- Termoplástico amarelo: 180°C.

1.3.8.6. Retrorrefletorização

1.3.8.6.1.A retrorrefletorização inicial da sinalização é produzida pela aplicação de microesferas de vidro tipo II na proporção mínima de 300 g/m².

1.3.8.6.2.A retrorrefletância inicial mínima da sinalização deverá ser de 150mcd/lux.m².

1.3.8.7. Proteção

1.3.8.7.1.O termoplástico aplicado deve ser protegido, até o seu endurecimento, de todo tráfego de veículos bem como de pedestres.

1.3.8.7.2.O aplicador será diretamente responsável e deve exigir ou colocar sinais de aviso adequados.

1.3.9. Inspeção

1.3.9.1. Durante a execução dos serviços de sinalização horizontal, serão realizadas inspeções pela fiscalização do Detran/DF, em que serão verificados os seguintes itens:

1.3.9.1.1. Pavimento: a superfície do pavimento deve atender aos requisitos do item “1.3.4.1” (e subitens) desta especificação técnica.

1.3.9.1.2. Equipamentos: os equipamentos mínimos necessários para aplicação de material termoplástico pelo processo de extrusão são:

1.3.9.1.2.1. Usina móvel montada sobre caminhão constituída de dois recipientes para fusão do material (branco e amarelo), providos de queimadores, controle de temperatura e agitadores com velocidade variável.

1.3.9.1.2.2. Termômetro em perfeito estado de funcionamento para controle de temperatura de fusão;

1.3.9.1.2.3. Gerador de eletricidade para alimentadores dos dispositivos de segurança e controle;

1.3.9.1.2.4. Sistema de aquecimento, podendo ser com queima de gás ou óleo;

1.3.9.1.2.5. Sapatas para aplicação manual com largura variável de 100 a 500mm de abertura de 3,4mm;

1.3.9.1.2.6. Carrinho para aplicação e distribuição de microesfera, com largura variável de 100 a 500mm;

1.3.9.1.2.7. Dispositivos balizadores e miras óticas para direcionamento da unidade aplicadora durante a execução da demarcação.

1.3.10. Material

1.3.10.1. Os materiais a serem utilizados na execução da sinalização horizontal deverão ser previamente ensaiados de acordo com as especificações técnicas do Detran/DF.

1.3.10.2. A contratada deverá apresentar ao Detran/DF os laudos de laboratório dos ensaios acima citados para liberação dos lotes de materiais a serem utilizados na execução dos serviços.

1.3.10.3. Durante a execução dos serviços, as equipes deverão ter em seu poder e à disposição da fiscalização Detran/DF cópia dos laudos dos materiais em utilização.

1.3.10.4. Temperatura de aplicação - deverá atender ao especificado no item “1.3.8.5.1”.

1.3.11. Controle de qualidade dos serviços

1.3.11.1. Ensaios

1.3.11.2. Espessura da película

1.3.11.3. O material poderá ser colhido durante a aplicação em chapa de folha de flandres (500mm x 200mm x 0,25mm), sem adição de microesferas tipo II.

1.3.11.4. Deverão ser realizadas no mínimo 10 (dez) medidas em cada chapa, e o resultado deverá ser expresso pela média das medidas.

1.3.11.5. A espessura da película aplicada deve ser medida através da massa do material sobre uma área conhecida e sua massa específica ou pelo método magnético. As medidas devem ser realizadas sem adição de microesferas de vidro do tipo II.

1.3.11.6. Para cada 200m² de área demarcada ou em cada jornada de aplicação, poderá ser retirada uma amostra para verificação da espessura da película aplicada.

1.3.11.7. As amostras deverão atender ao especificado no item “1.3.16”.

1.3.11.8. Medida da refletorização

1.3.11.8.1.O material colhido durante a aplicação em chapa de folha de flandres (500mm X 200mm X 0,25mm), com as microesferas incorporadas, deverá ser medido em laboratório, com aparelhos do tipo:

Retroreflectometer 710 da Erischsen/1.p.1

Mirolux 12 da Miro-Ban Assemblers, INC ou similar

1.3.11.8.2. Deverão ser realizadas no mínimo 10 medidas em cada chapa, e o resultado deverá ser expresso pela média das medidas.

1.3.11.8.3. Para cada 200m² de área demarcada ou em cada jornada de aplicação, poderá ser retirada uma amostra para verificação da retrorrefletorização do material.

1.3.11.8.4. As amostras deverão atender ao especificado nos itens “1.3.16.1 e 1.3.16.2”.

1.3.11.8.5. Os ensaios referentes à espessura da película e retrorrefletorização serão de responsabilidade da empresa e às suas expensas.

1.3.11.8.6. Os serviços: os serviços poderão ser rejeitados e sujeitos a serem refeitos sem qualquer ônus ao Detran/DF, nos seguintes casos:

1.3.11.8.6.1. Espessura não atende ao especificado no item “1.3.8.2.1”.

1.3.11.8.6.2. Desvios das bordas, superior a 0,01m, em 10m, na execução de marcas retas, conforme especificado nos itens “1.3.8.3.4”.

1.3.11.8.7. Largura das marcas diferente do especificado, no item “1.3.8.4.1”.

1.3.11.8.8. A temperatura de aplicação não atende ao especificado no item “1.3.8.5.1”.

1.3.11.8.9. Os equipamentos para aplicação não atendem ao especificado no item “1.3.9.1.2”.

1.3.11.8.10. Utilização de material não ensaiado, e/ou sem selo de aprovação do laboratório.

1.3.12. Durabilidade

1.3.12.1. Independentemente dos ensaios inspeções e considerando o pavimento em boas condições para sinalização e o volume de tráfego médio de até **20.000 veículos x dia**, o desgaste natural da sinalização no tocante a refletância, com base na refletância inicial (150 mcd/lux./m².), não poderá exceder a:

1.3.12.1.1. **30%** de desgaste da sinalização nos 12 (doze) primeiros meses da data da execução dos serviços.

1.3.12.1.2. **50%** de desgaste da sinalização nos 18 (dezoito) primeiros meses da data da execução dos serviços.

1.3.12.1.3. **70%** de desgaste da sinalização nos 24 (vinte e quatro) primeiros meses da data da execução dos serviços.

1.3.13. Especificação técnica – material (extrudado)

1.3.13.1. Objetivo

1.3.13.1.1. Esta especificação fixa as condições exigíveis básicas para material termoplástico retrorrefletorizado empregado na sinalização horizontal viária pelo processo de extrusão.

1.3.13.2. Definições

1.3.13.2.1. Os termos técnicos utilizados nesta especificação estão definidos na norma TB 125.

1.3.13.2.2. Norma ABNT NBR 13132 - especifica as condições exigíveis para materiais termoplásticos retrorrefletorizados empregados na sinalização horizontal viária e aplicados pelo processo de extrusão.

1.3.13.3. Requisitos gerais

1.3.13.3.1. O termoplástico deve apresentar boas condições de trabalho e suportar temperaturas de até 80°C sem sofrer deformações.

1.3.13.3.2. O termoplástico deve ser inerte a intempéries, combustíveis e lubrificantes.

1.3.13.3.3. O termoplástico deve produzir marcas que se agreguem firmemente ao pavimento, não se destacando do mesmo em consequência de esforços provenientes do tráfego.

1.3.13.3.4. O termoplástico deve ser passível de remoção intencional, não ocasionando danos sensíveis ao pavimento.

1.3.13.3.5. O termoplástico não deve possuir capacidade destrutiva ou desagregadora ao pavimento.

1.3.13.3.6. O termoplástico não deve ser aplicado sobre pavimento de concreto a não ser que se faça uma pintura de ligação com material apropriado.

1.3.13.3.7. O termoplástico depois de aplicado deve permitir a liberação do tráfego em 5 minutos.

1.3.13.3.8. O termoplástico deve manter integralmente a sua coesão e cor após a sua aplicação no pavimento.

1.3.13.3.9. O termoplástico, quando aquecido à temperatura exigida para sua aplicação, não deve desprender fumos ou gases tóxicos que possam causar danos às pessoas ou as propriedades.

1.3.14. Materiais

1.3.14.1. O material termoplástico se constituirá de uma mistura em proporções convenientes de ligante; partículas granulares como elementos inertes; pigmentos e seus agentes dispersores; microesferas de vidro e outros componentes que propiciem ao material qualidades que venham atender a finalidade a que se destina.

1.3.14.2. O ligante deve ser constituído de resinas naturais e/ou sintéticas e um óleo como agente plastificante.

1.3.14.3. As partículas granulares serão constituídas por talco, dolomita, calcita, quartzo e outros materiais similares e microesferas de vidro do tipo I-A.

1.3.14.4. No termoplástico de cor branca, o pigmento deve ser o dióxido de titânio rutilo e, no de cor amarela, deve ser o cromato de chumbo ou sulfeto de cádmio,

1.3.14.5. Os pigmentos empregados devem assegurar uma qualidade e resistência à luz e ao calor, de modo que a tonalidade das faixas permaneça inalterada.

1.3.15. Embalagem

1.3.15.1. O termoplástico deverá ser acondicionado em sacos plásticos devidamente fechados e lacrados, bem como em embalagens padronizadas, nas quais deve figurar em local visível e legível:

- nome do produto;
- cor da tinta (Padrão Munsell);
- referência quanto a natureza química da resina;
- data de fabricação;
- prazo de validade;
- número do lote de fabricação;
- nome do fabricante;
- quantidade contida no recipiente, em kg.

1.3.16. Requisitos específicos

1.3.16.1. Quantitativos

Itens	Mín	Max
Ligante, % em massa na mistura	18	28
Para o termoplástico branco TiO ₂ , % em massa mistura	08	-
Para o termoplástico amarelo, % em massa na mistura - PbCrO ₄	02	-
Para o termoplástico amarelo, % em massa na mistura - CdS	01	-
Microesferas, % em massa na mistura	20	40
Massa específica, g/cm ³	1,85	2,25
Ponto de amolecimento, °C	90	-
Deslizamento, %	-	03
Resistência à abrasão, g	-	0,04

1.3.16.2. Qualitativos

1.3.16.2.1.	Cor munsell -Termoplástico branco- N 9,5 - com tolerância N 9, 0 -Termoplástico amarelo - 10 YR - 7,5/14 com tolerância 10 YR - 6,5/14 e 8,5 YR 7,5/14.
1.3.16.2.2.	- Estabilidade ao calor.....satisfatória
1.3.16.2.3.	- Resistência à luz.....satisfatória

1.3.17. Controle de qualidade

1.3.17.1. Caberá ao fornecedor ensaiar o lote do material às suas expensas.

1.3.17.2. Entende-se como lote o material produzido de uma só vez sob as mesmas condições.

1.3.17.3. Será aceito o lote que satisfaça aos requisitos do item “1.3.16” e seus subitens, da especificação técnica, acompanhado do respectivo laudo e com selo de aprovação do laboratório, individualmente, bem como devidamente embalado, conforme item “1.3.15” e seus subitens.

1.4. SUBITEM IV - MICROESFERAS DE VIDRO RETRORREFLETIVAS PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1.4.1. Objetivo

1.4.1.1. Esta especificação fixa as condições exigíveis das microesferas de vidro retrorrefletivas usadas em material para sinalização horizontal viária.

1.4.2. Normas complementares

1.4.2.1. Na aplicação desta especificação é necessário consultar:

MB 1499- Microesferas de vidro retrorrefletiva verificação da resistência à solução de cloreto de cálcio – Método de ensaio;

MB 1500- Microesferas de vidro retrorrefletivas verificação da resistência do ácido clorídrico – Método de ensaio;

MB 1501- Microesferas de vidro retrorrefletivas verificação de resistência à água – Método de ensaio;

MB 1502- Microesferas de vidro retrorrefletivas verificação de resistência à solução de sulfeto de sódio – Método de ensaio;

MB 1503- Microesferas de vidro retrorrefletivas análise para granulometria – método de ensaio;

MB 1504- Microesferas de vidro retrorrefletivas determinação do teor de sílica – Método de ensaio;

MB 1505- amostragem de microesfera de vidro retrorrefletivas – procedimento.

MB 1507 - Microesferas de vidro retrorrefletivas verificação do índice de refração – Método de ensaio;

MB 1508- Microesferas de vidro retrorrefletivas determinação da massa específica – Método de ensaio.

NBR 16184 - Esferas e microesferas de vidro – requisitos e métodos de ensaio.

1.4.3. Classificação

1.4.3.1. As microesferas de vidro retrorrefletivas classificam-se:

1.4.3.1.1. Tipo I

1.4.3.1.1.1. (INTERMIX) – são aquelas aplicadas incorporadamente às massas termoplásticas, durante sua fabricação, de modo permitindo a retrorrefletorização, apenas após o desgaste da superfície da película aplicada, quando as microesferas de vidro se tornam expostas.

1.4.3.1.1.2. (PREMIX) – são aquelas incorporadas à tinta antes de sua aplicação, de modo a permanecerem internas à película, sendo que após o desgaste da superfície tornam-se expostas, permitindo refletorização.

1.4.3.1.2. Tipo II

1.4.3.1.2.1. A/B (DROP-ON) – são aquelas aplicadas por aspersão concomitantemente com a tinta ou termoplástico, de modo a permanecerem na superfície da película aplicada, permitindo imediata retrorrefletorização da mesma.

1.4.3.2. A seleção das microesferas do tipo II, quanto à granulometria, será A ou B, definida por critérios técnicos entre a Detran/DF e a contratada.

1.4.4. Requisitos gerais

1.4.4.1. A unidade de compra das microesferas de vidro é o quilograma.

1.4.4.2. Embalagem

1.4.4.2.1. A unidade de acondicionamento das microesferas de vidro é saco de 25 Kg.

1.4.4.2.2. Os sacos de papel ou juta devem ter internamente um saco de polietileno.

1.4.4.3. Identificação

1.4.4.3.1. Os lotes de fabricação das microesferas devem ser embalados separadamente em sacos identificados externamente com as informações a seguir:

1.4.4.3.1.1. Microesferas de vidro tipo (classificação);

1.4.4.3.1.2. Especificação: número da norma ABNT;

1.4.4.3.1.3. Nome e endereço do fabricante e identificação da partida de fabricação;

1.4.4.3.1.4. Data de fabricação;

1.4.4.3.1.5. Quantidade de microesferas contidas, em Kg, e se siliconizadas, ou não.

1.4.5. Requisitos específicos

1.4.5.1. Resistência ao cloreto de cálcio

1.4.5.1.1. As microesferas quando ensaiadas de acordo com a MB 1499 não devem apresentar superfície embaçada.

1.4.5.2. Resistência ao ácido clorídrico

1.4.5.2.1. As microesferas quando ensaiadas conforme a MB 1500 não devem apresentar superfície embaçada.

1.4.5.3. Resistência à água

1.4.5.3.1. As microesferas quando ensaiadas conforme a MB 1501 não devem apresentar superfície embaçada e não devem gastar mais de 4,50ml de HCl 0,10N para neutralização da solução.

1.4.5.4. Resistência à solução de sulfeto de sódio

1.4.5.4.1. As microesferas quando ensaiadas conforme a MB 1502 não devem apresentar superfície embaçada.

1.4.5.5. Teor de sílica

1.4.5.5.1. As microesferas de vidro retrorrefletivas devem ser fabricadas com vidro de alta qualidade do tipo soda – cal e não devem ter teor de sílica menor do que 65% quando verificadas conforme MB 1504.

1.4.5.1.2. As microesferas não devem conter chumbo exceto como impureza e, neste caso, no máximo 0,01% da massa total.

1.4.5.6. Aparências e defeitos

1.4.5.6.1. As microesferas devem ser limpas, claras, redondas, incolores, e isentas de defeitos e de matérias estranhas.

1.4.5.6.2. No máximo 3% podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos e no máximo 30% podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

1.4.5.6.3. A verificação dos defeitos deve ser segundo a MB 1505.

1.4.5.7. Índice de refração

1.4.5.7.1. As microesferas quando ensaiadas conforme a MB 1507 não devem ter índice de refração inferior a 1,50.

1.4.5.8. Massa específica

1.4.5.8.1. As microesferas quando ensaiadas conforme a MB 1508 devem ter massa específica entre 2,3 g/cm³ e 2,6 g/cm³.

1.4.5.9. Granulometria

1.4.5.9.1. As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da Tabela, quando ensaiadas conforme MB 1503.

PENEIRAS		% PASSANDO			
Nº	Abertura (M)	TIPO I		TIPO II	
		A	B	A	B
20	850	100	-	100	-
30	600	90 - 100	-	80 - 100	100
40	425	-	-	-	90 -100
50	300	18 - 35	100	20 - 50	-
70	212	-	85- 100	-	0 -10
80	180	-	-	-	-
100	150	0 - 10	15 - 55	0 - 10	0 - 5
140	106	-	-	-	-
200	75	0 - 2	-	0 - 2	-
230	63	-	0 - 10	-	-

1.4.6. Controle de qualidade do material

1.4.6.1. Caberá ao fornecedor ensaiar o lote de material a ser utilizado às suas expensas.

1.4.6.2. A amostragem das microesferas de vidro deve ser realizada de acordo com a NB 855.

1.4.6.3. O fornecimento poderá ser total ou parcialmente rejeitado em vista dos resultados de inspeção visual e independentemente de ensaios.

1.4.6.4. Será aceito o lote que satisfaça aos requisitos do item “1.4.5” e seus subitens, das Especificações Técnicas, acompanhado do respectivo laudo, lacrado e com selo de aprovação do laboratório, bem como devidamente embalados, conforme item “1.4.4.2” e seus subitens.

1.5. SUBITEM V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TACHINHAS E TACHÕES MONODIRECIONAIS OU BIDIRECIONAIS

1.5.1. Objetivo

1.5.1.1. Fornecimento e instalação de tachinhas e tachões, que têm a função de complementar a sinalização horizontal.

1.5.1.2. O fornecimento e implantação serão parcelados e determinados por ordem de serviço expedida pelo executor do contrato.

1.5.2. Definições

1.5.2.1. Tachinha refletiva com pino, bidirecional ou monodirecional

1.5.2.1.1. É um dispositivo com formato de um tronco de pirâmide de base quadrada e arestas arredondas, dotado de retrorrefletor em uma ou duas de suas faces laterais. É usada com finalidade de complementar a sinalização horizontal, fixando-a ao pavimento da via.

1.5.2.1.2. Dimensões - as tachas deverão apresentar dimensões e formato de acordo com o desenho e estas especificações:

- Altura 20+/-1 mm

- Lados 100+/-5 mm

1.5.2.1.3. Composição - as tachinhas deverão ser fabricadas em resina acrílica e base de poliéster com alta resistência à compressão.

1.5.2.1.4. Fixação - as peças deverão ser dotadas de um pino de fixação, na forma de parafusos de cabeça tipo francesa, em aço carbono galvanizado, embutido no corpo do material, com superfície roscada, para permitir uma melhor aderência.

1.5.2.1.5. O pino deverá ter diâmetro de 1/2” e comprimento externo (fora da peça) de, no mínimo, 40 mm.

1.5.2.1.6. O material fornecido e implantado deve ser garantido contra:

a) perda acentuada de retrorrefletividade ao longo da sua vida útil;

b) quebras por 2 (dois) anos, sob condições normais de instalação e uso;

c) soltura por 2 (dois) anos, excetuando-se os casos decorrentes de deterioração, ruptura ou arrancamento do pavimento.

1.5.2.1.7. O tempo de garantia das peças está sujeito à alteração de acordo com VDM - volume diário médio de veículos.

1.5.2.1.8. ABNT 14636/2013.

1.5.2.2. Tachão refletivo com pino, bidirecional ou monodirecional

1.5.2.2.1. É um dispositivo com formato de um tronco de pirâmide de base retangular e arestas arredondadas, dotado de retrorrefletor em uma ou duas de suas faces laterais (de maior comprimento).

1.5.2.2.2. É usado com finalidade de complementar a sinalização horizontal fixando-o ao pavimento da via.

1.5.2.2.2.1. Dimensões - os tachões deverão apresentar dimensões e formato de acordo com o desenho e estas especificações: altura 50+/-2,5 mm, largura 145+/-10 mm e comprimento 240+/-10 mm.

1.5.2.2.2.2. Composição - os tachões deverão ser fabricados em resina sintética a base de poliéster com alta resistência a compressão.

1.5.2.2.2.3. Pino de Fixação - as peças deverão ser dotadas de um pino de fixação, embutido no corpo de material, com superfície roscada, para permitir uma melhor aderência. O pino terá diâmetro de 1/2” e comprimento externo (fora da peça) de, no mínimo, 50

mm.

1.5.2.2.3. A fixação dos tachões e tachinhas deverá ser com cola sintética, com 02 (dois) componentes, pré-acelerada, à base de resina de poliéster, com as seguintes propriedades:

1.5.2.2.3.1. Não sofra retração após a cura, de maneira a não permitir vazios entre as peças e o pavimento e a má fixação do pino;

1.5.2.2.3.2. Tempo máximo de cura de 60 minutos;

1.5.2.2.3.3. Alta aderência em pavimento de concreto ou asfalto;

1.5.2.2.3.4. Ser apresentada em recipientes metálicos, bem conservados, hermeticamente fechados, devidamente rotulados ou marcados na superficial lateral;

1.5.2.2.3.5. Informações no corpo ou rótulo do recipiente: nome do produto, número do lote de fabricação, identificação de componentes, data de fabricação e validade, proporção de mistura dos componentes em massa e volume, indicação do volume e nome e endereço do fabricante.

1.5.2.2.4. O elemento refletivo (retrorefletor) deverá manter a reflexão durante o período de garantia da peça e deverá estar perfeitamente embutido no corpo das tachinhas e tachões, isto é, sua superfície deverá facear a superfície da peça.

1.5.2.2.5. Deverá resistir aos impactos pneumáticos e às condições ambientais.

1.5.2.2.6. Será da mesma cor que o corpo da tachinha e tachão, dotado de ANTI- UV, cristal ou RUBI, tamanhos mínimos 15 mm x 60 mm e 20 mm x 110 mm, respectivamente.

1.5.2.3. Retrorefletância

1.5.2.3.1. A tachinha e o tachão deverão apresentar CIL (Coeficiente de Intensidade Luminosa) de acordo com a Tabela I, quando ensaiada de acordo com a publicação nº 54 da CIE de 1982- "PUBLICATION RETROREFLECTION, DEFINITION AND MEASURENT"

1.5.2.3.1. TABELA I

Valores mínimos de CIL		
Ângulo de entrada		V=0°
Ângulo de observação		0,2°
R(mcd/1x)	Branca	100
	Amarela	50
	Vermelha	20

1.5.2.3.3. Quando do fornecimento das peças a contratada deverá obrigatoriamente apresentar catálogos técnicos do fabricante do elemento refletivo com as especificações técnicas necessárias à sua avaliação, inclusive quanto ao ângulo de incidência ou faixa indicada para o seu uso.

1.5.2.3.4. A cor do corpo será amarelo indelével, conforme código Munsuel 10 YR – 7,5/14, obedecida as tolerâncias 10 YR – 8/16, ou branco código Mansell – N 9,5 obedecida a tolerância N 9,0.

1.5.2.3.5. Resistência à Compressão - todas as peças que compõem as tachinhas e tachões resistirão a uma taxa mínima de tachinhas (15.000 KGF) e tachões (10.000 KGF).

1.5.2.3.6. Quando ensaiadas, de acordo com o descrito a seguir:

1.5.2.3.6.1. Método de instalação: varrição de toda a área; pré-marcação com uso de tinta; perfuração dos orifícios;

1.5.2.3.6.2. Introdução de cola no orifício e na região adjacente da superfície asfáltica, em quantidade suficiente para que a superfície inferior do dispositivo de sinalização, que é plana, fique em contato com a cola, e esse por sua vez com a superfície irregular do pavimento, formando assim, um colchão onde deverá estar assentada a peça, de forma contínua e sem falhas.

1.5.3. Controle de qualidade

1.5.3.1. Os materiais a serem utilizados na execução da sinalização horizontal deverão ser previamente ensaiados de acordo com as especificações técnicas.

1.5.3.1.1. O material fornecido e implantado deve ser garantido contra:

a) perda acentuada de retrorefletividade ao longo da sua vida útil;

b) quebras por 2 (dois) anos, sob condições normais de instalação e uso;

c) soltura por 2 (dois) anos, excetuando-se os casos decorrentes de deterioração, ruptura ou arrancamento do pavimento.

1.5.3.1.2. O tempo de garantia das peças está sujeito à alteração de acordo com VDM - volume diário médio de veículos.

1.5.3.2. Todas as embalagens deverão conter numerações relativas ao lote de fabricação, com objetivo de identificação.

1.5.3.3. De maneira a viabilizar o controle das peças efetivamente usadas, deverá a contratada relacioná-las, identificando-as nos projetos.

1.5.3.4. A contratada deverá apresentar ao Detran/DF os laudos de laboratórios dos ensaios acima citado para liberação dos lotes de materiais a serem utilizados na execução dos serviços.

1.5.3.5. Durante a execução dos serviços, as equipes deverão ter em seu poder e à disposição da fiscalização do Detran/DF cópia dos laudos dos materiais em utilização.

1.5.3.6. Na ocorrência de quaisquer dos defeitos anteriormente apresentados, as tachas e tachões defeituosos devem ser repostos pelos fornecedores, sem qualquer ônus ao Detran/DF. A fiscalização deve fazer a solicitação por escrito e ser atendida dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias.

1.5.3.7. NBR 15576 – Tachões refletivos viários – requisitos e métodos de ensaio.

1.5.4. Critérios de medição e pagamento

1.5.4.1. Os serviços devem ser medidos por unidade de tachões ou taxas refletivas efetivamente aplicadas e atestadas pela fiscalização.

1.5.4.2. Os serviços recebidos e medidos da forma descrita são pagos conforme os respectivos preços unitários contratuais, nos quais estão inclusos: fornecimento de materiais, perdas, transporte, mão de obra com encargos sociais, BDI, equipamentos necessários aos serviços e outros recursos utilizados pela executante.

1.6. SUBITEM VI: LAMINADO ELASTOPLÁSTICO PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

1.6.1. Objetivo

1.6.1.1. Esta especificação fixa condições exigíveis para o fornecimento de película pré-fabricada retrorrefletiva utilizada na sinalização horizontal viária.

1.6.2. Documentos complementares

1.6.2.1. NBR 15741 – Laminado elastoplástico para sinalização – Requisitos e métodos de ensaio.

1.6.2.2. ASTM E 303 Measuring surface frictional properties using the british pendulum tester.

1.6.3. Definição

1.6.3.1. Os termos técnicos utilizados nesta especificação estão definidos na norma TB-125

1.6.4. Dimensões

1.6.4.1. O material deverá ser apresentado preferencialmente em faixas de até 40 (quarenta) cm de largura, em embalagens contendo 25 (vinte e cinco) m lineares cada uma ou conforme medidas solicitadas.

1.6.4.2. Também poderá ser fornecido em forma de símbolos, letras ou números, já cortados na forma especificada pelo Detran/DF.

1.6.5. Requisitos gerais

1.6.5.1. A película pré-fabricada deverá ser aplicada em locais determinados nos projetos e ordens de serviços.

1.6.5.2. A película deverá ser fabricada com materiais que resistam a impactos, dilatação e movimentações do pavimento.

1.6.5.3. A película deve ser inerte e resistente a intempéries, combustíveis e lubrificantes.

1.6.5.4. A película deve apresentar boas condições de trabalho e suportar temperaturas de até 80°C sem sofrer deformações.

1.6.5.5. A película não deve possuir capacidade destrutiva ou desagregadora do pavimento.

1.6.5.6. A película, depois de aplicada ao pavimento, deve permitir a liberação do tráfego em, no máximo, 5 (cinco) minutos.

1.6.5.7. A película após a aplicação no pavimento deve manter a sua coesão e cor.

1.6.5.8. A película deverá ser acondicionada em embalagem adequada e lacrada, protegida do sol e umidade, na qual deve figurar, na face externa, em local visível, uma etiqueta que contenha as seguintes informações:

1.6.5.8.1. Nome do fabricante e nome do produto;

1.6.5.8.2. Número do lote de fabricação e da data de fabricação;

1.6.5.8.3. Cor (nome e código Munsell) e quantidade contida em metro (m);

1.6.5.8.4. Largura da película, número da especificação e prazo de validade.

1.6.5.9. O material deverá possuir selo de segurança, não reutilizável, fixado na superfície da película.

1.6.5.10. O lacre deverá também ser colocado no início da faixa pré-fabricada, isto é, na parte central do rolo, de modo a permanecer intacto até o consumo de toda a peça.

1.6.5.11. O rolo deve apresentar um vão suficiente em sua região central que permita a colagem do selo neste espaço e posteriormente a sua identificação.

1.6.6. Requisitos específicos

1.6.6.1. Quantitativos

REQUISITOS	Mínimo	Máximo
Resistência à abrasão, (g)	-	0,6
Espessura, (mm)	1,5	-
Atrito (BPN)	45	-
Retrorrefletância (mcd/lux.m ²)		
Cor branca	200	-
Cor amarela	150	-
Cor vermelha	80	-
Cor azul	60	-
Cor preta	-	-

1.6.6.2. Qualitativos

REQUISITOS	
Cor	(Notação Munsell highway)
branca	N 9,5 (tolerância N9,0)
amarela	10 YR 7,5/14 com tolerância 10 YR 6,5/14 e 8,5 YR 7,5/14
preta	N 0,5
azul	5PB 2/8 com tolerância 2,5 PB 4/10 e 10B 4/8
vermelha	7,5 R 4/4 com tolerância 7,5 R 5/10 e 5,5 R 5/12
Resistência à luz (100h)	Inalterada

1.6.7. Inspeção

1.6.7.1. Determinação da resistência à abrasão:

1.6.7.1.1. Aparelhagem e material

1.6.7.1.1.1. abrasímetro *Taber* tipo 503 (ou similar) usando rebolos abrasivos H-22, carregados com 500g.

1.6.7.1.1.2. balança analítica com precisão de 0,01g.

1.6.7.1.1.3. lixa d'água nº 70.

1.6.7.1.2. Execução do ensaio

1.6.7.1.2.1. Cortar a película nas dimensões de 100mm X 100mm, ou um disco de 100mm de diâmetro.

1.6.7.1.2.2. Fixar o corpo de prova no disco rotativo do aparelho, baixar as rodas abrasivas e adicionar água até a imersão total do corpo de prova. Após 100 resoluções, retirar o corpo de prova, secar (com uma corrente de ar quente) e pesar até massa constante (Anotar A).

1.6.7.1.2.3. Neste ínterim, colocar um pedaço de lixa d'água (nº 70) no lugar do corpo de prova e efetuar mais 25 resoluções para limpeza das rodas abrasivas, eliminando-se materiais impregnados.

1.6.7.1.2.4. Submeter a amostra a mais 100 resoluções, fazendo depois mais 25 revoluções para limpeza.

1.6.7.1.2.5. Finalmente recolocar o corpo de prova no disco rotativo, efetuando-se a terceira série de 100 resoluções e em seguida retirá-la para secagem (com corrente de ar quente) e pesar até massa constante (anotar B).

1.6.7.1.3. Resultado

1.6.7.1.3.1. Calcular o resultado através da seguinte fórmula:

- Perda da massa = $A - B$, onde: A = massa do corpo de prova após 100 resoluções e B = massa do corpo de prova após 300 resoluções.

1.6.7.1.3.2. O resultado é expresso em perda de massa após 100 resoluções.

1.6.7.1.4. Determinação da espessura

1.6.7.4.1.A espessura da película deve ser medida através da massa do material sobre uma área conhecida e sua massa específica ou com relógio comparador.

1.6.7.1.5. Determinação do atrito

1.6.7.1.5.1. Para a determinação do atrito em laboratório deve ser utilizado o método ASTM E 303.

1.6.7.1.6. Determinação da retrorrefletância

1.6.7.1.6.1. A retrorrefletância da película deverá ser medida com aparelhos dos tipos:

- retroreflectometer 710 da Erichen/ 1.p.1,
- mirolux 12 da Miro – Bran Assemblers, INC;

1.6.7.1.6.2. Deverão ser realizadas, no mínimo, 10 medidas, e o resultado deverá ser expresso pela média das medidas;

1.6.7.1.7. Determinação da cor

1.6.7.1.7.1. Aparelhagem e material

- Código Munsell

1.6.7.1.7.2. Execução do ensaio - cortar a película na dimensão de 100 X 100mm e comparar visualmente com o código Munsell correspondente a sua tonalidade.

1.6.7.1.7.3. Resultado - o resultado será dado pela notação do Código Munsell.

1.6.7.1.8. Resistência à luz

1.6.7.1.8.1. Aparelhagem e material - lâmpada de 275 watts ou similar

1.6.7.1.8.2. Execução do ensaio:

1.6.7.1.8.2.1. Cortar a película nas dimensões de 100 X 100mm, expor o corpo de prova à luz de uma lâmpada de 275 watts “ SUN LAMP ORDER CODE RS” ou similar.

1.6.7.1.8.2.2. O corpo de prova deve ficar a uma distância de 40 cm da lâmpada protegido do pó, durante 100 horas.

1.6.7.1.8.2.3. Retirar o corpo de prova e deixar esfriar à temperatura ambiente para em seguida examiná-la a olho nu.

1.6.7.1.8.2.4. Resultado - o corpo de prova não deve apresentar variação de cor quando comparado com uma amostra do mesmo material não exposto à luz.

1.6.8. Garantia dos serviços executados

1.6.8.1. Independentemente dos ensaios inspeções e considerando o pavimento em boas condições para sinalização e o volume de tráfego médio de até **20.000 veículos/faixa x dia**, o desgaste natural da sinalização no tocante a refletância, com base na refletância inicial (**150 mcd/lux./m².**), não poderá exceder a:

1.6.8.1.1. 30% de desgaste da sinalização nos 12 (doze) primeiros meses da data da execução dos serviços.

1.6.8.1.2. 50% de desgaste da sinalização nos 18 (dezoito) primeiros meses da data da execução dos serviços.

1.6.8.1.3. 70% de desgaste da sinalização nos 24 (vinte e quatro) primeiros meses da data da execução dos serviços.

1.6.9. Aceitação e rejeição

1.6.9.1. Será aceito o lote que satisfaça aos requisitos dos itens “1.6.5 e 1.6.6”, no que se refere à especificação técnica.

1.6.10. Requisitos específicos

1.6.10.1. Materiais

1.6.10.1.1. Os materiais a serem utilizados na execução da sinalização horizontal deverão atender as especificações contidas neste Termo de Referência.

1.6.10.2. Equipamentos de limpeza

1.6.10.2.1. A contratada deverá apresentar a aparelhagem necessária para limpar e secar devidamente a superfície a ser demarcada: escovas, vassouras, compressores, ventiladores etc.

1.6.10.3. Equipamentos de aplicação

1.6.10.3.1. Serão de livre escolha da contratada e a quantidade deverá ser a necessária a execução satisfatória dos serviços. Deverão ser aprovados pelo Detran/DF antes do início dos serviços.

1.6.10.4. Aplicação – Condições ambientais

1.6.10.4.1. Condições ambientais - a película deve ser aplicada, prioritariamente, nas seguintes condições:

1.6.10.4.1.1. Temperatura entre 10°C e 40°C;

1.6.10.4.1.2. Umidade relativa do ar de 15% até 90%.

1.6.10.5. Aplicação do material

1.6.10.5.1. As marcas devem ser aplicadas nos locais e com as dimensões e espaçamentos indicados nos projetos.

1.6.10.5.2. A fixação da película no pavimento deverá ser feita de forma adequada através de meios físicos ou químicos;

1.6.10.5.3. Deve ser aplicado material de fixação suficiente e uniforme, de forma a evitar a formação de ondulações;

1.6.10.5.4. As sinalizações existentes devem ser recobertas não deixando quaisquer marcas ou falhas que possam prejudicar a nova sinalização.

1.6.10.6. Preparação do pavimento

1.6.10.6.1. A superfície a ser sinalizada deve se apresentar seca, livre de sujeira ou qualquer outro material estranho (óleos, graxas, etc.) que possa prejudicar a aderência do material de fixação ao pavimento e a película;

1.6.10.6.2. Quando a simples varrição ou jato de ar não forem suficientes para remover todo o material estranho, o pavimento deve ser limpo de maneira adequada e compatível com o tipo de material a ser removido.

1.6.10.7. Pré-marcação

1.6.10.7.1. Quando a superfície a ser sinalizada não apresentar marcas existentes que possam servir de guias, deve ser feita a pré-marcação antes da aplicação do material na via, rigorosamente de acordo com as cotas e dimensões fornecidas em projeto.

1.6.10.8. Proteção

1.6.10.8.1. A sinalização aplicada deve ser protegida, até a perfeita adesão do material ao pavimento, de todo tráfego de veículos bem como de pedestres.

1.6.10.8.2. O aplicador será diretamente responsável e deve colocar sinais de aviso adequados.

1.6.10.9. Medição

1.6.10.9.1. Para efeito de medição, os serviços serão considerados concluídos depois de executados todos os serviços solicitados e recolhido todo o entulho ou sobras de materiais resultantes de sua execução.

1.6.10.9.2. Nos serviços executados, a apuração das quantidades (medições) será calculada da seguinte maneira:

1.6.10.9.2.1. Na medição de letras, algarismos ou pictogramas será computada a área do retângulo envolvente (comprimento x largura).

1.6.10.9.2.2. Todas as demais medições serão calculadas tomando-se por base as áreas efetivamente aplicadas.

1.7. SUBITEM VII: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL PLÁSTICO A FRIO BASE DE RESINAS METACRÍLICAS REATIVAS – SPRAY (BICOMPONENTE) – ABNT NBR 15.870

1.7.1. OBJETIVO:

1.7.1.1. A presente especificação tem por objetivo fixar as características e condições mínimas para execução de serviço de aplicação de material plástico a frio a base de resinas metacrílicas reativas e agente endurecedor, com incorporação de agregados e retrorrefletorização com microesferas de vidro tratadas com organosilanos compatíveis com a espessura da camada.

1.7.1.2. REFERÊNCIAS NORMATIVAS:

1.7.1.2.1. As normas relacionadas a seguir constituem prescrições para esta especificação técnica.

1.7.1.2.2. Cabe a contratada usar sempre as normas técnicas vigentes da ABNT, sendo de sua responsabilidade buscar tais informações na ABNT:

NBR 15870 - Plástico a frio a base de resinas metacrílicas reativas - Fornecimento e aplicação.

NBR 15438 - Sinalização horizontal viária - Tintas - Métodos de ensaio.

NBR 5829 - Tintas, vernizes e derivados - Determinação da massa específica - Método de ensaio.

NBR 7396 - Material para sinalização - Terminologia.

NBR 14281 - Sinalização horizontal viária - Esferas de vidro - Requisitos.

NBR 6831 - Microesfera de vidro - requisitos.

NBR 7396 - Material para sinalização horizontal - Terminologia.

NBR 15405 - Tintas - Procedimentos para execução da demarcação e avaliação.

EN 1436 - Road marking materials, Road marking performance for Road users.

EN 12802 - Road marking materials, laboratory methods for identification.

EN 53505 - Shore A and Shore D hardness testing of rubbers.

ASTM D 2621 - Standard Test Method for infrared identification of vehicle solids - Identificação do veículo não volátil por infravermelho - Método de ensaio.

Norma regulamentadora NR6 da Lei Federal nº 6514. Aprovada pela portaria nº 31214 do Ministério do Trabalho.

1.7.3. DEFINIÇÕES:

1.7.3.1. Os termos técnicos utilizados nestas especificações são os definidos na NBR 7396 e 15870.

1.7.4. REQUISITOS:

1.7.4.1. Sinalização de Segurança:

1.7.4.1.1. Os serviços de execução de sinalização horizontal só podem ser iniciados após instalação de todos os elementos de segurança para uma sinalização de obra adequada para cada local de serviço. Os elementos devem atender às normas do Código de Trânsito Brasileiro.

1.7.5. Equipamentos:

1.7.5.1. Equipamentos de limpeza

1.7.5.1.1. Devem ser constituídos por vassouras, escovas, compressoras para limpeza com jato de ar ou de água, de forma a limpar e secar apropriadamente a superfície a ser demarcada.

1.7.5.2. Equipamentos de aplicação

1.7.5.2.1. Devem ser utilizados os seguintes equipamentos:

1.7.5.2.1.1. Sistema 1:1

a) Veículo de Transporte Manual (para áreas de difícil acesso) ou Auto propelido.

b) Acionamento de Bombas por Sistema Hidráulico.

c) Equipamento com 2 Tanques Individuais (A e C).

d) Tanque Pressurizado de Microesferas.

e) Equipamento de Alta Pressão, mínimo 3000 PSI.

f) Sistema de Mistura: sistema de controle mecânico de vazão que garante o fluxo simultâneo da mesma quantidade de material nas duas bombas (A e C).

g) Sistema de Mistura: mistura interna dos componentes na pistola (Resina+Catalisador).

h) Pistola com Sistema Limpeza Contínua por meio de Ar Comprimido.

i) Acionamento Manual ou Automático das Pistolas.

j) Aplicação de faixas de 5 cm até 40 cm por meio de 1 pistola.

l) Pistola que possibilite aplicação Manual.

1.7.5.2.1.2. Sistema 98:2

a) Veículo Auto Propelido.

b) Acionamento de Bombas por Sistema Hidráulico.

c) Equipamento com 3 Tanques Individuais: MMA (resina), BPO (catalisador) e solvente (limpeza).

d) Tanque Pressurizado de Microesferas.

e) Equipamento de Alta Pressão, mínimo 3000 PSI.

f) Sistema de Mistura: controle do Tempo de Mistura, por meio de contador (visual) e sonoro (alarme).

g) Sistema de Mistura: controle da Diferença de Pressão das Bombas (resina e catalizador), por meio de contador (visual) e sonoro (alarme).

h) Sistema de Mistura: ajuste da mistura (rateio) de 1,5% a 4%.

i) Sistema de Mistura: mistura interna dos componentes (Resina + Catalisador).

j) Acionamento Manual ou Automático das Pistolas.

h) Aplicação de faixas de 5 cm até 40 cm por meio de 1 pistola.

1.7.5.2.1.3. Outros Equipamentos:

a) Agitadores mecânicos para homogeneização da tinta.

b) Sistemas limitadores de faixa.

c) Dispositivos de segurança.

d) Termômetro para quantificar a temperatura ambiente do pavimento, um higrômetro à umidade relativa do ar, trena e um medidor de espessura.

e) Gabaritos diversos e adequados para execução de setas, símbolos, letras, números e demais sinais gráficos conforme modelo da Diren/Detran/DF.

f) Escovas, compressores para limpeza com jato de ar ou água, de forma a limpar e secar apropriadamente a superfície a ser demarcada.

g) Ferramentas manuais diversas, necessárias à boa execução dos serviços.

1.7.6. Materiais:

1.7.6.1. A natureza química do plástico a frio deve ser a base de resinas metacrílicas, pigmentos opacificantes e inertes, aditivos e agente endurecedor.

1.7.6.2. Os materiais plásticos a frio devem ser fornecidos em dois ou três componentes que, misturados em proporções corretas, após a cura, devem formar um produto sólido, mantendo a espessura úmida igual a espessura seca.

1.7.6.3. A resina metacrílica dos componentes A e C deve ser 100 % metacrílica reativa e livre de solventes. Misturas com outras resinas, líquidos ou solventes não são permitidas.

1.7.6.4. Tipos de Plástico a frio

1.7.6.4.1. Plástico a Frio Spray Tipo II

a) Material bicomponente (componentes A e B), sistema 98:2, isento de Microesfera de vidro em sua composição

b) Componente A: Resina metacrílicas reativas, cargas minerais, pigmentos e aditivos.

c) Componente B: Catalisador

d) Sistema 98:2

e) Mistura de 98% do componente A e 2% do componente B

1.7.6.6. O plástico a frio não contém em sua estrutura químicos solventes orgânicos.

1.7.7. Aparência:

1.7.7.1. As cores do plástico a frio deverão ser: branco, amarelo, azul e preto.

1.7.7.2. O plástico a frio não deve modificar suas características ou deteriorarem-se quando armazenada por um período mínimo de seis meses após a data de entrega.

1.7.7.3. Todo material plástico a frio deve assegurar qualidade e integridade de cor, mesmo sob constante ação de raios ultravioletas e intemperismo natural.

1.7.8. Odor e Toxidade

1.7.8.1. O odor do plástico a frio não deve causar desconforto ao aplicador. Eventuais características de toxidade devem ser claramente expressas na embalagem, de acordo com a legislação vigente.

1.7.9. Embalagem

1.7.9.1. O plástico a frio deve ser acondicionado, sendo o componente líquido em baldes de 25 quilos e o agente endurecedor em sacos plásticos, hermeticamente fechado correspondente a 2% do componente líquido, bem como em embalagens padronizadas, em que devem constar visivelmente: Componente Líquido:

a) Cor do material.

b) Nome de fabricante.

c) Nome do produto.

d) Componente líquido / Plástico a frio.

e) Natureza química do produto.

f) Número do lote de fabricação.

g) Prazo de validade.

h) Quantidade (kg).

i) Data de fabricação.

1.7.9.2. Componente Sódio

1.7.9.2.1. Agente Endurecedor:

1.7.9.3. Identificação do produto

- a) Cor do material.
- b) Nome de fabricante.
- c) Nome do produto.
- d) Componente líquido / Plástico a frio.
- e) Natureza química do produto.
- f) Número do lote de fabricação.
- g) Prazo de validade.
- h) Quantidade (kg).
- i) Data de fabricação.
- j) Número de lote.
- k) Estado físico.
- l) A unidade de compra do plástico a frio é quilograma (kg).

1.7.9.4. Armazenamento e transporte:

1.14.9.4.1. O plástico frio deverá ser armazenado em locais ventilados, não diretamente no solo, longe de fontes de ignição e sob temperatura 10°C à 35°C. O plástico a frio deverá ser transportado em veículos fechados.

1.7.10. Preparação do pavimento

1.7.10.1. A superfície a ser demarcada deve se apresentar seca, livre de sujeira, óleos, graxas ou qualquer outro material estranho que possa prejudicar a aderência da tinta ao pavimento.

1.7.10.2 Quando a varrição ou aplicação de jato de ar comprimido não for suficiente para remover todo material estranho, o pavimento deve ser limpo de maneira adequada e compatível com o tipo de material a ser removido. Em pavimentos novos deve haver um período de cura para execução da sinalização conforme projeto.

1.7.11. Pré-marcação:

1.7.11.1. Antes da aplicação da tinta deve ser feita a pré-marcação, seguindo-se rigorosamente as cotas do projeto. Na repintura é permitido o uso das faixas antigas como referencial, desde que não comprometa as cotas do projeto.

1.7.12. Retro refletividade:

1.7.12.1. As medidas de retro refletividade das faixas de demarcação deve ser feitas no campo, utilizando retro refletômetro portátil. Valores mínimos estipulado pela contratante:

A) O valor mínimo de retro refletância inicial na cor amarela deverá ser 150 (mcd.lx-1.m-2) e após 72 horas da aplicação deverá manter o mínimo especificado. Após 01 (um) ano deverá ser superior a 70 (mcd.lx-1.m-2);

B) O valor mínimo de retro refletância inicial na cor branca deverá ser 250 (mcd.lx-1.m-2) e após 72 horas da aplicação deverá manter o mínimo especificado. Após 01 (um) ano deverá ser superior a 90 (mcd.lx-1.m-2).

1. 7.12.2. Se os valores estiverem abaixo do especificado durante o prazo de garantia, a contratada deverá refazer o serviço de sinalização do projeto vistoriado na qual houve a constatação.

1.7.13. Cor

1. 7.13.1. A avaliação da cor da demarcação deve ser feita através da comparação com uma plaqueta de referência ou utilizando-se um espectrômetro colorimétrico com geometria esférica d/8° ou direcional 45/0° e programa para cálculo CIE L*a*b*.

1.7.13.2. Coordenadas cromáticas

1.7.14. Critérios para medição e pagamento

1.7.14.1. Linhas Contínuas

1.7.14.1.1. Mede-se o comprimento (C) da faixa contínua e confere-se a largura (L=0, 10), por exemplo. Para linhas duplas considera-se o comprimento de duas linhas contínuas. Área para pagamento: $S = C \times L$

1.7.14.2. Linhas Seccionadas

1.14.14.2.1. Conta-se o número de linhas cheias (N), conferindo-se os comprimentos (C) e as larguras (L) unitários, admitindo-se erro de 5% nas dimensões.

1.7.14.2.2. A área para pagamento será: $S = N \times C \times L$.

1.7.14.3. Canalização em pintura (Cone, Nariz).

1.7.14.3.1. Serão efetuados pagamentos com base na área efetivamente pintada.

1.7.14.4. Faixas de pedestres

1.7.14.4.1. Conferem-se as larguras das faixas (L=0,40m ou indicado em projeto) e os comprimentos (C=4,00 m ou indicado em projeto): contam-se as faixas com tais dimensões (N). A diferença aceitável para tais medidas é de até 5%.

1.7.14.4.2. Na medição de letras, algarismos ou pictogramas serão computados a área do retângulo envolvente (comprimento x largura).

1.7.14.5. Todas as demais medições serão calculadas tomando-se por base as áreas efetivamente aplicadas.

1.8. SUBITEM VIII: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA REMOÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

1.8.1. A remoção da linha no pavimento poderá ser feita através de métodos de livre escolha, sujeitos a aprovação do Detran/DF.

1.8.2. Critérios para medição e pagamento

1.8.2.1. O serviço será pago por metros quadrados (m²) de área removida.

1.8.2.2. Linhas Contínuas

1.8.2.2.1. Mede-se o comprimento (C) da faixa contínua e confere-se a largura (L).

1.8.2.2.2. Área para pagamento: $S = C \times L$

1.8.2.3. Linhas Seccionadas

1.8.2.3.1. Conta-se o número de linha cheias (N), conferindo-se os comprimentos (C) e as larguras (L) unitários.

1.8.2.3.2. A área para pagamento será: $S = N \times C \times L$.

1.9. SUBITEM IX: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA REMOÇÃO DE TACHAS, TACHÕES, PRISMA E SEGREGADORES

- 1.9.1. A retirada das peças da pista de rolamento deve ser feita sempre que houver necessidade de manutenção corretiva ou alteração de projeto viário.
- 1.9.2. Em casos de remoção por necessidade de manutenção, implicará na implantação de uma nova peça.
- 1.9.3. Para a remoção das peças devem ser utilizadas alavancas e/ou outro equipamento, que possam ser inseridas em sua parte inferior, de modo alternado, em duas de suas extremidades opostas, até a completa retirada da peça.
- 1.9.4. Todo o processo de remoção deverá ser executado de modo a minimizar os danos ao pavimento.
- 1.9.5. Em caso de quebra da peça com a exposição do pino, este deve ser retirado e uma nova peça deverá ser implantada no local.

1.10. SUBITEM X: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÕES DE CILINDRO DELIMITADOR

1.10.1. Objetivo

- 1.10.1.1. Especificar os requisitos mínimos exigíveis para o fornecimento e implantação de balizadores plásticos.

1.10.2. Definições

1.10.2.1. Cilindro delimitador: Dispositivo de segurança utilizado para melhorar a percepção do condutor quanto aos limites do espaço destinado ao rolamento, bem como para canalizar e direcionar o tráfego.

1.10.2.2. Material flexível: material que apresenta a característica de dobrar ou curvar, retornando à forma inicial, após cessar a aplicação de um esforço.

1.10.3. Características

1.10.3.1. Corpo do cilindro delimitador

1.10.3.1.1. O corpo do cilindro delimitador deve ser oco, confeccionado em resina plástica pigmentada nas cores branca, amarela ou laranja, conforme a sinalização da via ou sinalização de obras.

1.10.3.1.2. O corpo do cilindro delimitador deve ser de material flexível e resistente às intempéries, e ter estabilidade quando exposto ao calor, sem sofrer deformações significativas e descoloramento intenso.

1.10.3.1.3. O cilindro deve apresentar duas faixas retrorreflexivas flexíveis, nas cores brancas ou amarelas, autoadesivas, aplicadas horizontalmente em toda a sua circunferência, sendo o corpo do cilindro amarelo com película retrorreflexiva amarela, o corpo do cilindro branco com película retrorreflexiva branca e o corpo do cilindro laranja com película retrorreflexiva branca.

1.10.3.1.4. O cilindro deve ser instalado de forma a proporcionar um posicionamento estável e perpendicular ao pavimento.

1.10.4. Formas e dimensões

1.10.4.2. Cilindro delimitador tipo II

1.10.4.2.1. O corpo do cilindro delimitador Tipo II deve apresentar as seguintes dimensões:

- a) Altura total de (775+/-25) mm;
- b) Diâmetro do corpo do cilindro de (90 +/-10) mm;
- c) Altura máxima da base de 20 mm;
- d) Largura da base de (110 +/-10) mm.

1.10.5. Fixação

1.10.5.1. Para a instalação dos cilíndricos delimitadores devem ser observados os seguintes procedimentos:

- a) o posicionamento de acordo com o projeto de sinalização do Detran/DF;
- b) o espaçamento e nivelamento acompanhando o greide da via;
- c) a fixação perfeita dos cilindros ao solo, para a necessária flexibilidade e resistência do conjunto, através de chumbador com rosca fêmea introduzida no solo com cola bicomponente; o corpo do cilindro deve ter em sua parte inferior parafuso para encaixe na rosca do pavimento.

1.10.6. Aceitação

1.10.6.1. Materiais

Os critérios de aceitação dos materiais devem ser os previstos nas normas técnicas correspondentes. Todo o material fornecido deve ser submetido previamente a inspeção visual pelo Detran/DF, cabendo a este o direito de recusar os que apresentarem qualquer defeito ou que não estiverem de acordo com o especificado.

1.10.6.2. Execução

Os serviços são aceitos desde que as condições de acabamento sejam satisfatórias e o espaçamento entre os cilindros delimitadores não apresentem divergência maior que 5% em relação ao definido em projeto.

1.10.6.3. Garantias

O material fornecido e implantado deve ser garantido contra:

- perda acentuada de retrorrefletividade ao longo da sua vida útil;
- desbotamento ao longo de sua vida útil.

1.10.6.4. Na ocorrência de qualquer dos defeitos anteriormente apresentados, os cilindros delimitadores defeituosos devem ser repostos pelos fornecedores, sem qualquer ônus ao Detran/DF. A fiscalização fará a solicitação por escrito e deve ser atendida dentro do prazo máximo de 10 dias.

1.10.7. Critérios de medição e pagamento

Os serviços devem ser medidos por unidade de cilindro delimitador efetivamente implantado e atestados pela fiscalização.

Os serviços recebidos e medidos da forma descrita são pagos conforme os respectivos preços unitários contratuais, nos quais estão inclusos: fornecimento de materiais, perdas, transporte, mão de obra com encargos sociais, BDI, equipamentos necessários aos serviços e outros recursos utilizados pela executante.

1.10.8. As propriedades dos materiais devem atender ao especificado na norma **ABNT 16658**, especialmente quanto:

Propriedades mecânicas				
Ensaio	Norma	Unidade	Valor especificado Tipo I	Valor especificado Tipo I
Dureza	ASTM D2240	Shore A	87+- 4	87+- 4
Resistência ao rasgo	ASTM D624	MPa	2,0 – 3,0	

Tabela 2

Coordenadas cromáticas								
Cor	1		2		3		4	
	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y
Branca	0,303	0,280	0,410	0,368	0,385	0,420	0,274	0,329
Amarela	0,487	0,423	0,545	0,454	0,465	0,534	0,427	0,483
Laranja	0,545	0,345	0,630	0,345	0,581	0,418	0,516	0,394

Nota: utilizar espectrofotômetro com geometria esférica d/8 ou direcional 45°/0, com iluminante D65 e ângulo de observação 10°.

Tabela 3

Coeficiente inicial de retrorrefletividade das películas (cd/lx/m²)			
Ângulo de observação	Ângulo de entrada	Branca (cd/lx/m²)	Amarela (cd/lx/m²)
0,2°	- 4°	360	270
0,2°	+ 30°	170	135
0,5°	- 4°	150	110
0,5°	+ 30°	72	54

Tabela 4

Limites de especificações de cor (diurna)									
Cor	1		2		3		4		Y%
	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y	
Branca	0,303	0,300	0,368	0,340	0,393	0,274	0,329	0,329	min 10
Amarela	0,498	0,412	0,557	0,479	0,520	0,438	0,472	0,483	10 a 45

Nota: utilizar espectrofotômetro com geometria esférica d/8 ou direcional 45°/0, com iluminante D65 e ângulo de observação 10°.

1.11. SUBITEM XI: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO “AS BUILT” DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

1.11.1. O trabalho de elaboração de projeto “as built” consiste no levantamento de todas as medidas e ativos existentes na via, transformando as informações aferidas, em um desenho técnico que irá representar a situação da sinalização de trânsito antes ou após a execução da ordem de serviço de sinalização.

1.11.2. As sinalizações horizontais são as linhas demarcadoras de faixas de tráfego, linhas de proibição de ultrapassagem, linhas de dispositivos de canalização, delimitação de faixas de aceleração e desaceleração, linhas de bordo, faixas de pedestres, setas, números, símbolos e legendas pintados ou apostos sobre o pavimento.

1.11.3. Além do projeto “as built” a Contratada deverá confeccionar memorial descritivo contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- Largura da caixa de via;
- Largura das faixas de rolamento;
- Classificação do pavimento (concreto, asfalto e/ou outros);
- Tipo de material aplicado;
- Quantitativo de sinalização existente;
- Contagem volumétrica aproximada;
- A existência, a localização, a tipologia e a condição da sinalização vertical (placas);
- A existência, a localização, a tipologia da sinalização semaforica e dispositivos auxiliares de sinalização (balizadores, tachas, tachões (conhecidos como “tartarugas”), prismas, gradis, defensas metálicas, barreiras de concreto, painéis luminosos).

1.11.4. Elementos do projeto

1.11.4.1. Largura de pista: A largura da pista é dada pela soma das larguras de todas as faixas que compõem a caixa da via. Essa medida tem grande importância para a determinação da largura das faixas que compõem a sinalização horizontal.

1.11.4.2. Interseções: Quando existirem interseções dentro do trecho em análise, estas deverão ser identificadas, e para elas deverá ser realizado cadastro de todas as variáveis pertinentes à sinalização, como por exemplo: sua geometria (rotatória, Y, T, etc.), prioridade de passagem, distância de visibilidade, controle de tráfego, travessias, iluminação existente, etc.

1.11.4.3. Parada de coletivos: Se ao longo do trecho analisado existir paradas de ônibus, as mesmas deverão ser identificadas e suas baias (recuos) e faixas de aceleração/desaceleração, deverão ser sinalizadas.

1.11.4.4. Outros elementos:

1.11.4.4.1. Alteração de velocidade: Identificar os locais onde existem as ocorrências de alteração da velocidade diretriz da via.

- 1.11.4.4.2. Travessia de pedestres: Existindo faixas de travessias de pedestres, as mesmas deverão ser identificadas com sua localização.
- 1.11.4.4.3. Lombadas: As lombadas existentes, físicas ou eletrônicas, deverão ser identificadas com sua localização.
- 1.11.4.4.4. Número de faixas: Deverá ser especificado o número de faixas que compõem a pista.
- 1.11.4.4.5. Separadores de pistas: Quando existir separador entre pistas com sentidos contrários, que não seja somente a sinalização horizontal, deverá ser especificado o seu tipo. De maneira geral têm-se os seguintes dispositivos auxiliares de separação de pistas: tachões, canteiro central (provido ou não de dispositivos separadores de fluxo), muretas de concreto do tipo New Jersey, conforme NBR 14885, com ou sem elementos antiofuscantes conforme NBR 7941, bloco separador de concreto tipo prisma, dentre outros.
- 1.11.5. A elaboração do inventário da sinalização existente deverá ser realizada através da coleta, identificação e armazenamento das informações relativas às sinalizações existentes, incluindo a sinalização horizontal, sinalização vertical e os dispositivos auxiliares de segurança. O inventário deverá conter no mínimo:

Tabela III

(Elementos do Inventário)

Elementos a serem levantados no inventário	Tipo	Informações mínimas
Sinalização Vertical	Placas	Localização, dimensões e dados das condições funcionais dos seguintes elementos: suporte, substrato e película.
	Pórticos	Localização e retroanálise estrutural a fim de se verificar a condição funcional de segurança dos mesmos, inclusive da(s) placa(s) aéreas.
	Semipórticos	Localização e retroanálise estrutural a fim de se verificar a condição funcional de segurança dos mesmos, inclusive da(s) placa(s) aéreas.
Dispositivos de Segurança	Defensas Metálicas	Informações quantitativas e qualitativas, bem como sua localização.
Obras de Artes Especiais	Defensas metálicas	Localização
	Pontes	Localização e altura
	Viadutos	Localização e altura
	Túneis	Localização e altura
Sinalização Horizontal	Faixa de Pedestres	Localização
	Sinalização longitudinal	Linhas, marcações, símbolos e legendas, pintados ou apostos sobre o pavimento das vias.
Sinalização Semafórica	Veículo e Pedestres	Localização

1.11.6. Especificações e normas

1.11.6.1. Os projetos de sinalização “as built” deverão estar em conformidade com a norma ABNT NBR 14645-1 e atender, quando couber, ao determinado nas seguintes normas específicas:

- Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação
- Volume II – Sinalização Vertical de Advertência
- Volume III – Sinalização Vertical de Indicação
- Volume IV – Sinalização Horizontal
- Volume V – Sinalização Semafórica

1.11.7. Layout de apresentação

1.11.7.1. Os projetos deverão ser disponibilizados para a Contratante em mídia, nos formatos: DWG, CAD, PDF, SHP, a critério da Contratante.

1.11.7.2. O Detran/DF definirá os atributos dos formatos acima elencados.

1.11.8. Pranchas de Tamanho A3 ou A1

1.11.8.1. As pranchas, quando requeridas pela Contratante, deverão ser apresentadas em A3 em papel branco plotado com *layers* diferenciadas para cada forma de sinalização, com a indicação georreferenciada de todos os elementos projetados, de acordo com os seguintes itens:

- *Layer* para sinalização vertical existente;
- *Layer* para sinalização horizontal existente;
- *Layer* para sinalização semafórica existente;
- *Layer* para a sinalização vertical projetada;
- *Layer* para a sinalização horizontal projetada.

1.11.8.2. Salienta-se que as *layers* deverão ser apresentadas em cores distintas umas das outras e em diversas escalas e caracterizações, conforme especificado a seguir:

1.11.9. Segmento sem Interferências

1.11.9.1. O desenho desse segmento não possui obstáculos, acessos, saídas, travessias, ou comércios que possam demandar transposições temporárias. É composto somente do leito reto da rodovia. As *layers* dos segmentos sem interferências deverão ser apresentadas na escala solicitada pela Contratante.

1.11.10. Segmentos com Interferências

1.11.10.1. Neste caso, o desenho explicita todo o tipo de interferência no segmento rodoviário analisado. Devem estar desenhadas as situações de carga e descarga, pontos de parada de coletivos e travessias de pedestres demandadas por comércio, indústria e estabelecimentos de ensinos. As *layers* dos segmentos com interferências deverão ser apresentadas na escala solicitada pela Contratante.

1.11.11. Acessos e Retornos

1.11.11.1. O desenho deverá oferecer visão dos acessos e retornos oficiais e suas ramificações. As *layers* dos acessos e retornos deverão ser apresentadas na escala solicitada pela Contratante.

1.11.12. Detalhes da Sinalização Horizontal

1.11.12.1. Para este caso, os desenhos deverão conter as cotas das linhas divisórias de tráfego, as linhas de bordos, as faixas de aceleração e desaceleração, as travessias de pedestres, os sinais de regulamentação e advertência com respectivas deformações e as faixas de estímulo à redução de velocidade. As *layers* dos detalhes da sinalização horizontal deverão ser apresentadas na escala solicitada pela Contratante.

1.11.13. Detalhes da Sinalização Vertical

1.11.13.1. A sinalização vertical será apresentada através de desenhos com cotas da localização de placas e demais elementos verticais, sendo que os textos presentes deverão ser claros e legíveis. As *layers* dos detalhes da sinalização vertical deverão ser apresentadas na escala

1.11.14. Determinação dos tipos de materiais

1.11.14.1. Os materiais a serem especificados no projeto “as built” para utilização na sinalização horizontal, devem atender aos padrões do Contran ou das normas da ABNT, conforme Tabela abaixo:

Tabela IV

Especificação Norma	Descrição
EM – 276/2000	Tinta para sinalização horizontal rodoviária à base de resina acrílica emulsionada em água
EM – 372/2000	Material Termoplástico para sinalização horizontal rodoviária
EM -373/2000	Microesfera de vidro retrorrefletivas para sinalização horizontal rodoviária
ABNT NBR 13731:2008	Tinta à base de resina acrílica emulsionada em água
ABNT NBR 15543:2007	Termoplástico alto relevo aplicado pelo processo de extrusão mecânica
ABNT NBR 15405:2006	Procedimentos para execução da demarcação e avaliação
ABNT NBR 15741:2016	Laminado elastoplástico para sinalização – Requisitos e métodos de ensaio
ABNT NBR 15402:2006	Termoplástico – Procedimentos para execução da demarcação e avaliação
ABNT NBR 15870:2010	Plástico a frio à base de resinas metacrílicas reativas – Fornecimento e Aplicação
ABNT NBR 06831:2001	Microesferas de vidro - Requisitos

ANEXO II
(Cronograma de Execução)

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – 30 MESES													
Mês	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ACUMULADO
%	-	-	-	-	-	-	5	6	5	4	2	1	23%
MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ACUMULADO
%	1	1	1	2	3	5	7	7	5	4	2	1	62%
MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ACUMULADO
%	1	1	1	2	3	5	7	7	5	4	1	1	100%

A Contratada deverá dimensionar sua força de trabalho para atender os períodos mais intensos de serviço, situado entre maio e outubro, período de estiagem no Distrito Federal. O cronograma poderá sofrer alterações em decorrência de fatores climáticos e/ou orçamentários.

O cronograma acima leva em conta a previsão de início da prestação de serviços.

ANEXO III
(Composição do BDI)

COMPOSIÇÃO DE BDI		
COMPONENTES		INCIDÊNCIA
A - DESPESAS INDIRETAS		%
1.	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (AC)	2,57
2.	DESPESAS FINANCEIRAS (DF)	0,99
3.	GARANTIA (G)	0,32
4.	RISCO (R)	0,50
SUBTOTAL "A" (Somatório dos componentes A1, A2, A3 E eA4)		4,38
B - TRIBUTOS		
1.	COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00
2.	PIS – Programa de Integração Social	0,65
3.	ISS – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza	5,00
SUBTOTAL "B" (Somatório dos componentes B1, B2 e B3)		8,65
C - BONIFICAÇÃO		
1.	LUCRO (L)	5,06
SUBTOTAL "C"		5,06
BDI (máximo admissível)		20,05

ANEXO IV
(MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO - SINTÉTICA)

AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

A Empresa _____, inscrita no CNPJ(CGC)/MF sob nº _____ instalada no (endereço completo), *telefone, fax e endereço eletrônico* (e-mail), este último se houver, apresenta proposta para:

PROPOSTA SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL - LOTE N.º. _____							
Itens	Especificação	Und	Qtde	A-Material	B-Mão de obra	Valor unitário (A+B)	Valor Total (A+B)*QTD
1	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Automática - 0,6mm	m²	0.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Manual - 0,6mm	m²	0.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Automática - Temporária 0,3mm	m²	0.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4	Fornecimento e Aplicação de tinta Acrílica – Manual - Temporária 0,3mm	m²	0.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5	Fornecimento e Aplicação de tinta Termoplástico – Extrudado e= 3,00mm	m²	0.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6	Fornecimento e Aplicação de tinta Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – bicomponentes	m²	0.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7	Fornecimento e Aplicação de tinta Termoplástico - Hot Spray e= 1,50mm	m²	0.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8	Fornecimento e Aplicação de Laminado Elastoplástico Retrorefletivo e= 1,50mm	m²	0.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	0.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10	Remoção de Tachas	un	0.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11	Remoção de Tachões	un	0.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	0.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	0.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	0.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	0.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	0.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	Confeção de projeto "as built"	m	0.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I - LOTE N°. _____ - Total							R\$ 0,00
II- COMPOSIÇÃO BDI _____%							R\$ 0,00
TOTAL GERAL ESTIMADO (I+II)							R\$ 0,00

***Valores com BDI incluso.**

1. Validade da Proposta: ____ dias (não inferior a 90 dias).

2. Os Pagamentos deverão ser efetuados no Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente n°: _____

Obs. As empresas que possuem sede, filiais ou representações no Distrito Federal com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do contratado junto ao Banco de Brasília S/A - BRB. Dessa forma deverão indicar número da conta corrente da agência do BRB, em cumprimento ao disposto do Decreto nº 32.767 de 17 de fevereiro de 2011.

3. Declaramos que na nossa proposta os valores apresentados englobam todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive porventura com serviços de terceiros, que incidam direta ou indiretamente no valor dos serviços cotados que venham a onerar o objeto desta licitação.

4. Declaramos que os prazos serão os indicados ou os solicitados na forma do Termo de Referência e Edital.

5. Declaramos que aceitamos acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, de acordo com art. nº 125, 14.133/2021.

Data da Proposta:

Nome, RG/CPF e assinatura do representante da empresa

Carimbo do CNPJ/MF

ANEXO V

(DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA)

Ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF.

Ref.: Concorrência nº / _ – Detran/DF

Declaramos que o(s) engenheiro(s) abaixo relacionado(s) será(ão) o(s) responsável(eis) técnico(s) pela obra discriminada no objeto da concorrência em referência.

1. Nome:

2. CREA nº: ____ Assinatura:

3. Data do registro:

4. Especialidade:

1. Nome:

2. CREA nº assinatura:

3. Data do registro:

4. Especialidade:

Todos os profissionais acima relacionados deverão comprovar vínculo com a empresa através de contrato de prestação de serviços celebrado de acordo com a legislação civil, ou por meio de cópia autenticada da CTPS – carteira de trabalho e previdência social acompanhada de cópia do registro de empregados, no caso de empregado da licitante, ou por meio do contrato social da empresa ou certidão de pessoa jurídica do CREA, para o sócio ou proprietário.

ANEXO VI

(ATESTADO DE VISTORIA)

Atendendo ao item _____ do presente Termo de Referência, atestamos que o Engenheiro

_____ responsável técnico indicado pela empresa _____, tomou conhecimento de todas as informações, obstáculos e condições para a execução das obras e dos serviços necessários à execução do serviço.

Brasília – DF, ____ de _____ de 2026.

Representante do DETRAN/DF

ANEXO VII
(DISPENSA DE VISTORIA)

A empresa _____, CNPJ nº. _____ por intermédio do(a) Sr.(a) _____, indicado expressamente como seu representante, DECLARA ter conhecimento do serviço a ser prestado por intermédio do Edital e seus Anexos, dispensando a necessidade da vistoria "***in loco***" prevista no Edital do Pregão Eletrônico do DETRAN/DF Nº _____/2026.
Declara, ainda, que se responsabiliza pela dispensa da vistoria e por eventuais situações supervenientes.

Brasília – DF, de de 2026.

Nome, RG/CPF e assinatura do representante da empresa Carimbo do CNPJ/MF

ANEXO VIII
(DECLARAÇÕES)

1. DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

ORGÃO/ENTIDADE
PROCESSO
MODALIDADE DE LICITAÇÃO
NÚMERO DA LICITAÇÃO
CNPJ/CPF
INSCRIÇÃO ESTADUAL/DISTRITAL
REPRESENTANTE LEGAL
CPF

A pessoa física ou jurídica acima identificada, por intermédio de seu representante legal, declara que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019.

Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

.....
(Local data)

.....
(representante)
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

2. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI DISTRITAL N.º 4.770/2012

Pregão Eletrônico nº ____/2026 - Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins do disposto no artigo 2º da Lei Distrital 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que receberá, sem nenhum custo para o Detran-DF, bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública, provenientes do objeto do Pregão Eletrônico nº ____/2023 - Departamento de Trânsito do Distrito Federal, e que dará o destino legalmente estabelecido para a deposição e o tratamento adequados de objetos e resíduos.

.....
(Local e data)

.....
(representante)
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

3. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI DISTRITAL N.º 4.799/2012

Pregão Eletrônico nº ____/2026 - Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que atende ou que atenderá durante a vigência do contrato ao disposto na Lei Distrital 4.779, de 29 de março de 2012, para a contratação referente ao objeto do Pregão Eletrônico nº ____/2023 - Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

.....
(Local data)

.....
(representante)
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

4. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI DISTRITAL N.º 6.128/2018

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins do disposto na Lei Distrital 6.128, de 1º de março de 2018, que será oportunizado o preenchimento de 2% de vagas de trabalho a serem destinadas a pessoas em situação de rua, para a contratação objeto do Pregão Eletrônico nº ____/2023 - Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

.....

(Local data)

.....

(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

5. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N.º 13.709/2018

Pregão Eletrônico nº ____/2026 Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que:

1. Tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo DETRAN/DF.
2. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
4. Tem ciência que poderá responder administrativa e/ou judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
5. Está ciente e de acordo que o DETRAN/DF, para a execução do serviço ou aquisição objeto deste edital, tenha acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual.
6. Possui conhecimento de que a LICITANTE/CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao DETRAN/DF, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, ocorridos durante o prazo contratual, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Brasília (DF), _____ de _____ de _____.

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)

6. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI DISTRITAL Nº 6.112/2018

Pregão Eletrônico nº ____/2026 Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins do disposto no caput artigo 1º e em seu parágrafo 2º, da Lei Distrital 6.112/2018, de 02 de fevereiro de 2018, que possui implantado e/ou implantará até a data da assinatura do contrato, Programa de Integridade, não cabendo ao Detran-DF nenhum tipo de ressarcimento dessas despesas, provenientes do objeto do Pregão Eletrônico nº ____/2023 - Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

.....

(Local data)

.....

(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO IX
(PREÇOS UNITÁRIOS)

PREÇOS REFERENCIAIS					
Itens	Especificação	Und	QTD	Valor unitário (A+B)	Valor Total (A+B)*QTD
1	Acrílica – Automática	m²	440.500,00	R\$ 34,14	R\$ 15.038.670,00
2	Acrílica – Manual	m²	521.138,00	R\$ 42,94	R\$ 22.377.665,72
3	Acrílica – Automática temporária 0,3mm	m²	220.250,00	R\$ 22,19	R\$ 4.887.347,50
4	Acrílica – Manual temporária 03,mm	m²	260.569,00	R\$ 27,91	R\$ 7.272.480,79
5	Termoplástico – Extrudado e= 3,00mm	m²	117.153,00	R\$ 88,29	R\$ 10.343.438,37
6	Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray	m²	23.484,00	R\$ 260,00	R\$ 6.105.840,00
7	Termoplástico - Hot Spray e= 1,50mm	m²	154.750,00	R\$ 50,00	R\$ 7.737.500,00
8	Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo e= 1,50mm	m²	25.375,00	R\$ 169,52	R\$ 4.301.570,00
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	72.775,00	R\$ 46,90	R\$ 3.413.147,50
10	Remoção de Tachas	un	8.140,00	R\$ 7,22	R\$ 58.770,80
11	Remoção de Tachões	un	12.526,00	R\$ 7,59	R\$ 95.072,34
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	106.750,00	R\$ 27,97	R\$ 2.985.797,50
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	76.250,00	R\$ 33,69	R\$ 2.568.862,50
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	47.938,00	R\$ 43,04	R\$ 2.063.251,52
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	23.700,00	R\$ 44,94	R\$ 1.065.078,00
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	6.689,00	R\$ 254,17	R\$ 1.700.143,13
17	Confecção de projeto “as built”	m	4.759.086,00	R\$ 0,91	R\$ 4.330.768,26
Total Geral c/BDI					R\$ 96.345.403,93
QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV I					
Itens	Especificação	Und	Qtde	Valor unitário (A+B)	Valor Total (A+B)*QTD
1	Acrílica – Automática	m²	113.000	R\$ 34,14	R\$ 3.857.820,00
2	Acrílica – Manual	m²	133.250	R\$ 42,94	R\$ 5.721.755,00
3	Acrílica – Automática temporária 0,3mm	m²	56.500	R\$ 22,19	R\$ 1.253.735,00
4	Acrílica – Manual temporária 03,mm	m²	66.625	R\$ 27,91	R\$ 1.859.593,75
5	Termoplástico – Extrudado e= 3,00mm	m²	26.250	R\$ 88,29	R\$ 2.317.612,50
6	Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray	m²	5.300	R\$ 260,00	R\$ 1.378.000,00
7	Termoplástico - Hot Spray e= 1,50mm	m²	55.500	R\$ 50,00	R\$ 2.775.000,00
8	Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo e= 1,50mm	m²	3.250	R\$ 169,52	R\$ 550.940,00

9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	20.624	R\$ 46,90	R\$ 967.265,60
10	Remoção de Tachas	un	375	R\$ 7,22	R\$ 2.707,50
11	Remoção de Tachões	un	1.375	R\$ 7,59	R\$ 10.436,25
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	17.750	R\$ 27,97	R\$ 496.467,50
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	5.875	R\$ 33,69	R\$ 197.928,75
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	7.500	R\$ 43,04	R\$ 322.800,00
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	3.500	R\$ 44,94	R\$ 157.290,00
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	1.800	R\$ 254,17	R\$ 457.506,00
17	Confecção de projeto "as built"	m	703.460	R\$ 0,91	R\$ 640.148,60
ASV I - Total					R\$ 22.966.916,45
QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV II					
Itens	Especificação	Und	Qtde	Valor unitário (A+B)	Valor Total (A+B)*QTD
1	Acrílica – Automática	m²	66.750	R\$ 34,14	R\$ 2.278.845,00
2	Acrílica – Manual	m²	81.250	R\$ 42,94	R\$ 3.488.875,00
3	Acrílica – Automática temporária 0,3mm	m²	33.375	R\$ 22,19	R\$ 740.591,25
4	Acrílica – Manual temporária 03,mm	m²	40.625	R\$ 27,91	R\$ 1.133.843,75
5	Termoplástico – Extrudado e= 3,00mm	m²	20.625	R\$ 88,29	R\$ 1.820.981,25
6	Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray	m²	4.125	R\$ 260,00	R\$ 1.072.500,00
7	Termoplástico - Hot Spray e= 1,50mm	m²	25.125	R\$ 50,00	R\$ 1.256.250,00
8	Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo e= 1,50mm	m²	5.250	R\$ 169,52	R\$ 889.980,00
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	9.588	R\$ 46,90	R\$ 449.677,20
10	Remoção de Tachas	un	1.750	R\$ 7,22	R\$ 12.635,00
11	Remoção de Tachões	un	3.188	R\$ 7,59	R\$ 24.196,92
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	29.500	R\$ 27,97	R\$ 825.115,00
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	13.375	R\$ 33,69	R\$ 450.603,75
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	14.813	R\$ 43,04	R\$ 637.551,52
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	5.875	R\$ 44,94	R\$ 264.022,50
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	1.175	R\$ 254,17	R\$ 298.649,75
17	Confecção de projeto "as built"	m	638.414	R\$ 0,91	R\$ 580.956,74
ASV II - Total					R\$ 16.225.274,63
QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV III					
Itens	Especificação	Und	Qtde	Valor unitário (A+B)	Valor Total (A+B)*QTD
1	Acrílica – Automática	m²	89.625	R\$ 34,14	R\$ 3.059.797,50
2	Acrílica – Manual	m²	100.913	R\$ 42,94	R\$ 4.333.204,22
3	Acrílica – Automática temporária 0,3mm	m²	44.812	R\$ 22,19	R\$ 994.378,28
4	Acrílica – Manual temporária 03,mm	m²	50.456	R\$ 27,91	R\$ 1.408.226,96
5	Termoplástico – Extrudado e= 3,00mm	m²	27.500	R\$ 88,29	R\$ 2.427.975,00
6	Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray	m²	5.500	R\$ 260,00	R\$ 1.430.000,00
7	Termoplástico - Hot Spray e= 1,50mm	m²	23.250	R\$ 50,00	R\$ 1.162.500,00
8	Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo e= 1,50mm	m²	5.000	R\$ 169,52	R\$ 847.600,00
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	21.375	R\$ 46,90	R\$ 1.002.487,50
10	Remoção de Tachas	un	1.415	R\$ 7,22	R\$ 10.216,30
11	Remoção de Tachões	un	1.963	R\$ 7,59	R\$ 14.899,17
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	25.000	R\$ 27,97	R\$ 699.250,00
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	11.875	R\$ 33,69	R\$ 400.068,75
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	8.000	R\$ 43,04	R\$ 344.320,00
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	5.500	R\$ 44,94	R\$ 247.170,00
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	900	R\$ 254,17	R\$ 228.753,00
17	Confecção de projeto "as built"	m	1.030.212	R\$ 0,91	R\$ 937.492,92
ASV III - Total					R\$ 19.548.339,60
QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV IV					
Itens	Especificação	Und	Qtde	Valor unitário (A+B)	Valor Total (A+B)*QTD
1	Acrílica – Automática	m²	75.500	R\$ 34,14	R\$ 2.577.570,00
2	Acrílica – Manual	m²	78.975	R\$ 42,94	R\$ 3.391.186,50
3	Acrílica – Automática temporária 0,3mm	m²	37.750	R\$ 22,19	R\$ 837.672,50
4	Acrílica – Manual temporária 03,mm	m²	39.488	R\$ 27,91	R\$ 1.102.110,08
5	Termoplástico – Extrudado e= 3,00mm	m²	14.875	R\$ 88,29	R\$ 1.313.313,75
6	Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray	m²	2.975	R\$ 260,00	R\$ 773.500,00
7	Termoplástico - Hot Spray e= 1,50mm	m²	20.750	R\$ 50,00	R\$ 1.037.500,00

8	Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo e= 1,50mm	m²	5.625	R\$ 169,52	R\$ 953.550,00
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	9.563	R\$ 46,90	R\$ 448.504,70
10	Remoção de Tachas	un	1.650	R\$ 7,22	R\$ 11.913,00
11	Remoção de Tachões	un	2.125	R\$ 7,59	R\$ 16.128,75
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	20.750	R\$ 27,97	R\$ 580.377,50
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	16.000	R\$ 33,69	R\$ 539.040,00
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	5.375	R\$ 43,04	R\$ 231.340,00
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	2.575	R\$ 44,94	R\$ 115.720,50
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	1.025	R\$ 254,17	R\$ 260.524,25
17	Confecção de projeto "as built"	m	948.309	R\$ 0,91	R\$ 862.961,19
ASV IV - Total					R\$ 15.052.912,72
QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV V					
Itens	Especificação	Und	Qtde	Valor unitário (A+B)	Valor Total (A+B)*QTD
1	Acrílica – Automática	m²	45.875	R\$ 34,14	R\$ 1.566.172,50
2	Acrílica – Manual	m²	52.650	R\$ 42,94	R\$ 2.260.791,00
3	Acrílica – Automática temporária 0,3mm	m²	22.938	R\$ 22,19	R\$ 508.994,22
4	Acrílica – Manual temporária 03,mm	m²	26.325	R\$ 27,91	R\$ 734.730,75
5	Termoplástico – Extrudado e= 3,00mm	m²	11.875	R\$ 88,29	R\$ 1.048.443,75
6	Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray	m²	2.376	R\$ 260,00	R\$ 617.760,00
7	Termoplástico - Hot Spray e= 1,50mm	m²	12.250	R\$ 50,00	R\$ 612.500,00
8	Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo e= 1,50mm	m²	2.500	R\$ 169,52	R\$ 423.800,00
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	4.250	R\$ 46,90	R\$ 199.325,00
10	Remoção de Tachas	un	1.250	R\$ 7,22	R\$ 9.025,00
11	Remoção de Tachões	un	1.700	R\$ 7,59	R\$ 12.903,00
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	6.125	R\$ 27,97	R\$ 171.316,25
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	13.750	R\$ 33,69	R\$ 463.237,50
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	4.500	R\$ 43,04	R\$ 193.680,00
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	2.500	R\$ 44,94	R\$ 112.350,00
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	801	R\$ 254,17	R\$ 203.590,17
17	Confecção de projeto "as built"	m	738.359	R\$ 0,91	R\$ 671.906,69
ASV V - Total					R\$ 9.810.525,83
QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV VI					
Itens	Especificação	Und	Qtde	Valor unitário (A+B)	Valor Total (A+B)*QTD
1	Acrílica – Automática	m²	49.750	R\$ 34,14	R\$ 1.698.465,00
2	Acrílica – Manual	m²	74.100	R\$ 42,94	R\$ 3.181.854,00
3	Acrílica – Automática temporária 0,3mm	m²	24.875	R\$ 22,19	R\$ 551.976,25
4	Acrílica – Manual temporária 03,mm	m²	37.050	R\$ 27,91	R\$ 1.034.065,50
5	Termoplástico – Extrudado e= 3,00mm	m²	16.028	R\$ 88,29	R\$ 1.415.112,12
6	Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray	m²	3.208	R\$ 260,00	R\$ 834.080,00
7	Termoplástico - Hot Spray e= 1,50mm	m²	17.875	R\$ 50,00	R\$ 893.750,00
8	Laminado Elastoplástico Retrorrefletivo e= 1,50mm	m²	3.750	R\$ 169,52	R\$ 635.700,00
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	7.375	R\$ 46,90	R\$ 345.887,50
10	Remoção de Tachas	un	1.700	R\$ 7,22	R\$ 12.274,00
11	Remoção de Tachões	un	2.175	R\$ 7,59	R\$ 16.508,25
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	7.625	R\$ 27,97	R\$ 213.271,25
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	15.375	R\$ 33,69	R\$ 517.983,75
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	7.750	R\$ 43,04	R\$ 333.560,00
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	3.750	R\$ 44,94	R\$ 168.525,00
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	988	R\$ 254,17	R\$ 251.119,96
17	Confecção de projeto "as built"	m	700.332	R\$ 0,91	R\$ 637.302,12
ASV VI - Total					R\$ 12.741.434,70

ANEXO B (DO EDITAL)
TABELAS DE PREÇO MÁXIMO ADMISSÍVEL

QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV I (LOTE 01)

Itens	Especificação	Und	Qtde	Valor unitário (A+B)	Valor Total (A+B)*QTD
1	Acrílica – Automática	m²	113.000	R\$ 34,14	R\$ 3.857.820,00
2	Acrílica – Manual	m²	133.250	R\$ 42,94	R\$ 5.721.755,00
3	Acrílica – Automática temporária 0,3mm	m²	56.500	R\$ 22,19	R\$ 1.253.735,00
4	Acrílica – Manual temporária 03,mm	m²	66.625	R\$ 27,91	R\$ 1.859.503,75
5	Termoplástico – Extrudado e= 3,00mm	m²	26.250	R\$ 88,29	R\$ 2.317.612,50
6	Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray	m²	5.300	R\$ 260,00	R\$ 1.378.000,00
7	Termoplástico - Hot Spray e= 1,50mm	m²	55.500	R\$ 50,00	R\$ 2.775.000,00
8	Laminado Elastoplástico Retrorefletivo e= 1,50mm	m²	3.250	R\$ 169,52	R\$ 550.940,00
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	20.624	R\$ 46,90	R\$ 967.265,60
10	Remoção de Tachas	un	375	R\$ 7,22	R\$ 2.707,50
11	Remoção de Tachões	un	1.375	R\$ 7,59	R\$ 10.436,25
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	17.750	R\$ 27,97	R\$ 496.467,50
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	5.875	R\$ 33,69	R\$ 197.928,75
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	7.500	R\$ 43,04	R\$ 322.800,00
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	3.500	R\$ 44,94	R\$ 157.290,00
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	1.800	R\$ 254,17	R\$ 457.506,00
17	Confecção de projeto “as built”	m	703.460	R\$ 0,91	R\$ 640.148,60
ASV I - Total					R\$ 22.966.916,45
QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV II (LOTE 02)					
Itens	Especificação	Und	Qtde	Valor unitário (A+B)	Valor Total (A+B)*QTD
1	Acrílica – Automática	m²	66.750	R\$ 34,14	R\$ 2.278.845,00
2	Acrílica – Manual	m²	81.250	R\$ 42,94	R\$ 3.488.875,00
3	Acrílica – Automática temporária 0,3mm	m²	33.375	R\$ 22,19	R\$ 740.591,25
4	Acrílica – Manual temporária 03,mm	m²	40.625	R\$ 27,91	R\$ 1.133.843,75
5	Termoplástico – Extrudado e= 3,00mm	m²	20.625	R\$ 88,29	R\$ 1.820.981,25
6	Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray	m²	4.125	R\$ 260,00	R\$ 1.072.500,00
7	Termoplástico - Hot Spray e= 1,50mm	m²	25.125	R\$ 50,00	R\$ 1.256.250,00
8	Laminado Elastoplástico Retrorefletivo e= 1,50mm	m²	5.250	R\$ 169,52	R\$ 889.980,00
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	9.588	R\$ 46,90	R\$ 449.677,20
10	Remoção de Tachas	un	1.750	R\$ 7,22	R\$ 12.635,00
11	Remoção de Tachões	un	3.188	R\$ 7,59	R\$ 24.196,92
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	29.500	R\$ 27,97	R\$ 825.115,00
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	13.375	R\$ 33,69	R\$ 450.603,75
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	14.813	R\$ 43,04	R\$ 637.551,52
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	5.875	R\$ 44,94	R\$ 264.022,50
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	1.175	R\$ 254,17	R\$ 298.649,75
17	Confecção de projeto “as built”	m	638.414	R\$ 0,91	R\$ 580.956,74
ASV II - Total					R\$ 16.225.274,63

QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV III (LOTE 03)					
Itens	Especificação	Und	Qtde	Valor unitário (A+B)	Valor Total (A+B)*QTD
1	Acrílica – Automática	m²	89.625	R\$ 34,14	R\$ 3.059.797,50
2	Acrílica – Manual	m²	100.913	R\$ 42,94	R\$ 4.333.204,22
3	Acrílica – Automática temporária 0,3mm	m²	44.812	R\$ 22,19	R\$ 994.378,28
4	Acrílica – Manual temporária 03,mm	m²	50.456	R\$ 27,91	R\$ 1.408.226,96
5	Termoplástico – Extrudado e= 3,00mm	m²	27.500	R\$ 88,29	R\$ 2.427.975,00
6	Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray	m²	5.500	R\$ 260,00	R\$ 1.430.000,00
7	Termoplástico - Hot Spray e= 1,50mm	m²	23.250	R\$ 50,00	R\$ 1.162.500,00
8	Laminado Elastoplástico Retrorefletivo e= 1,50mm	m²	5.000	R\$ 169,52	R\$ 847.600,00
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	21.375	R\$ 46,90	R\$ 1.002.487,50
10	Remoção de Tachas	un	1.415	R\$ 7,22	R\$ 10.216,30
11	Remoção de Tachões	un	1.963	R\$ 7,59	R\$ 14.899,17
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	25.000	R\$ 27,97	R\$ 699.250,00
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	11.875	R\$ 33,69	R\$ 400.068,75
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	8.000	R\$ 43,04	R\$ 344.320,00
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	5.500	R\$ 44,94	R\$ 247.170,00
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	900	R\$ 254,17	R\$ 228.753,00
17	Confecção de projeto “as built”	m	1.030.212	R\$ 0,91	R\$ 937.492,92
ASV III - Total					R\$ 19.548.339,60
QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV IV (LOTE 04)					
Itens	Especificação	Und	Qtde	Valor unitário (A+B)	Valor Total (A+B)*QTD
1	Acrílica – Automática	m²	75.500	R\$ 34,14	R\$ 2.577.570,00
2	Acrílica – Manual	m²	78.975	R\$ 42,94	R\$ 3.391.186,50
3	Acrílica – Automática temporária 0,3mm	m²	37.750	R\$ 22,19	R\$ 837.672,50
4	Acrílica – Manual temporária 03,mm	m²	39.488	R\$ 27,91	R\$ 1.102.110,08
5	Termoplástico – Extrudado e= 3,00mm	m²	14.875	R\$ 88,29	R\$ 1.313.313,75
6	Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray	m²	2.975	R\$ 260,00	R\$ 773.500,00
7	Termoplástico - Hot Spray e= 1,50mm	m²	20.750	R\$ 50,00	R\$ 1.037.500,00
8	Laminado Elastoplástico Retrorefletivo e= 1,50mm	m²	5.625	R\$ 169,52	R\$ 953.550,00
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	9.563	R\$ 46,90	R\$ 448.504,70
10	Remoção de Tachas	un	1.650	R\$ 7,22	R\$ 11.913,00
11	Remoção de Tachões	un	2.125	R\$ 7,59	R\$ 16.128,75
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	20.750	R\$ 27,97	R\$ 580.377,50
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	16.000	R\$ 33,69	R\$ 539.040,00
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	5.375	R\$ 43,04	R\$ 231.340,00
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	2.575	R\$ 44,94	R\$ 115.720,50
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	1.025	R\$ 254,17	R\$ 260.524,25
17	Confecção de projeto “as built”	m	948.309	R\$ 0,91	R\$ 862.961,19
ASV IV - Total					R\$ 15.052.912,72

QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV V (LOTE 05)					
Itens	Especificação	Und	Qtde	Valor unitário (A+B)	Valor Total (A+B)*QTD
1	Acrílica – Automática	m²	45.875	R\$ 34,14	R\$ 1.566.172,50
2	Acrílica – Manual	m²	52.650	R\$ 42,94	R\$ 2.260.791,00
3	Acrílica – Automática temporária 0,3mm	m²	22.938	R\$ 22,19	R\$ 508.994,22
4	Acrílica – Manual temporária 03,mm	m²	26.325	R\$ 27,91	R\$ 734.730,75
5	Termoplástico – Extrudado e= 3,00mm	m²	11.875	R\$ 88,29	R\$ 1.048.443,75
6	Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray	m²	2.376	R\$ 260,00	R\$ 617.760,00
7	Termoplástico - Hot Spray e= 1,50mm	m²	12.250	R\$ 50,00	R\$ 612.500,00
8	Laminado Elastoplástico Retrorefletivo e= 1,50mm	m²	2.500	R\$ 169,52	R\$ 423.800,00
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	4.250	R\$ 46,90	R\$ 199.325,00
10	Remoção de Tachas	un	1.250	R\$ 7,22	R\$ 9.025,00
11	Remoção de Tachões	un	1.700	R\$ 7,59	R\$ 12.903,00
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	6.125	R\$ 27,97	R\$ 171.316,25
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	13.750	R\$ 33,69	R\$ 463.237,50
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	4.500	R\$ 43,04	R\$ 193.680,00
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	2.500	R\$ 44,94	R\$ 112.350,00
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	801	R\$ 254,17	R\$ 203.590,17
17	Confecção de projeto “as built”	m	738.359	R\$ 0,91	R\$ 671.906,69
ASV V - Total					R\$ 9.810.525,83
QUANTIDADE DE SERVIÇOS - ASV VI (LOTE 06)					
Itens	Especificação	Und	Qtde	Valor unitário (A+B)	Valor Total (A+B)*QTD
1	Acrílica – Automática	m²	49.750	R\$ 34,14	R\$ 1.698.465,00
2	Acrílica – Manual	m²	74.100	R\$ 42,94	R\$ 3.181.854,00
3	Acrílica – Automática temporária 0,3mm	m²	24.875	R\$ 22,19	R\$ 551.976,25
4	Acrílica – Manual temporária 03,mm	m²	37.050	R\$ 27,91	R\$ 1.034.065,50
5	Termoplástico – Extrudado e= 3,00mm	m²	16.028	R\$ 88,29	R\$ 1.415.112,12
6	Plástico a frio base de resinas metacrílicas reativas – spray	m²	3.208	R\$ 260,00	R\$ 834.080,00
7	Termoplástico - Hot Spray e= 1,50mm	m²	17.875	R\$ 50,00	R\$ 893.750,00
8	Laminado Elastoplástico Retrorefletivo e= 1,50mm	m²	3.750	R\$ 169,52	R\$ 635.700,00
9	Remoção Sinalização Horizontal	m²	7.375	R\$ 46,90	R\$ 345.887,50
10	Remoção de Tachas	un	1.700	R\$ 7,22	R\$ 12.274,00
11	Remoção de Tachões	un	2.175	R\$ 7,59	R\$ 16.508,25
12	Tachas Monodirecionais/material e implantação	un	7.625	R\$ 27,97	R\$ 213.271,25
13	Tachas Bidirecionais/material e implantação	un	15.375	R\$ 33,69	R\$ 517.983,75
14	Tachões Monodirecionais/material e implantação	un	7.750	R\$ 43,04	R\$ 333.560,00
15	Tachões Bidirecionais/material e implantação	un	3.750	R\$ 44,94	R\$ 168.525,00
16	Fornecimento e implantação de cilindro delimitador Tipo II	un	988	R\$ 254,17	R\$ 251.119,96
17	Confecção de projeto “as built”	m	700.332	R\$ 0,91	R\$ 637.302,12
ASV VI - Total					R\$ 12.741.434,70

ANEXO C
MINUTA DE CONTRATO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

*** MINUTA DE DOCUMENTO**

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

Processo Administrativo nº 00055-00006561/2026-42

Contrato de Prestação de Serviço nº xx/20xx

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN/DF**, autarquia distrital, inscrita no CNPJ sob o nº 00.475.855/0001-79, com sede na SEPS 713/913 BLOCO D - Bairro ASA SUL - CEP 70390-135, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, **XXXXXX**, CPF nº XXXXX, CI nº XXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **[NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **[CONTRATADA_CNPJ]**, com sede em **[ENDEREÇO]**, doravante designada **CONTRATADA**, representada por **[REPRESENTANTE_NOME]**, portador do CPF nº **[CPF]** e CI nº **[CI]**, tendo em vista o que consta no Processo nº 00055-00006561/2026-42 e em observância à Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução de serviços de sinalização viária horizontal nas vias urbanas do Distrito Federal, abrangendo implantação, manutenção, revitalização, remoção e adequação de marcas viárias no pavimento, bem como a instalação e substituição de dispositivos auxiliares de sinalização, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência XXXXX (XXXXXX), no edital e em seus anexos, decorrente de licitação pública, na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço por lote, sob regime de empreitada por preço unitário.

1.2. O objeto será executado em 6 (seis) lotes, assim distribuídos:

I – Lote 1 – Área de Sinalização Viária I: Plano Piloto e Sudoeste/Octogonal;

II – Lote 2 – Área de Sinalização Viária II: Águas Claras, Arniqueiras, Cruzeiro, Guará, SIA, SCIA e Vicente Pires;

III – Lote 3 – Área de Sinalização Viária III: Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Sol Nascente/Pôr do Sol e Taguatinga;

IV – Lote 4 – Área de Sinalização Viária IV: Água Quente, Santa Maria, Gama, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas e Park Way;

V – Lote 5 – Área de Sinalização Viária V: Itapoã, Jardim Botânico, Lago Sul, Paranoá e São Sebastião;

VI – Lote 6 – Área de Sinalização Viária VI: Arapoanga, Fercal, Lago Norte, Planaltina, Sobradinho I, Sobradinho II e Varjão.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2025 e seus anexos (XXXXXX);

1.3.2. O Termo de Referência XXXXX (XXXXXX);

1.3.3. A Proposta da CONTRATADA (XXXXXXX);

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do presente Contrato é de 30 (trinta) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que mantidas as condições exigidas na habilitação e demonstrada a vantajosidade da contratação para a Administração.

2.2. Por se tratar de serviço técnico de natureza contínua, o presente ajuste poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, mediante termo aditivo, até o limite de 10 (dez) anos (120 meses) de vigência total, com base nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que:

I. Haja interesse formal expresso da Administração do DETRAN/DF;

II. Seja comprovada a manutenção da vantajosidade econômica para o órgão;

III. A CONTRATADA tenha cumprido satisfatoriamente as obrigações contratuais e os Níveis Mínimos de Serviço (SLA) previstos no Termo de Referência nº XXXXXX.

2.3. A prorrogação não constitui direito subjetivo da CONTRATADA, dependendo de manifestação expressa e formal da Administração, mediante a celebração do competente termo aditivo.

2.4. A prorrogação somente poderá ser formalizada se a CONTRATADA mantiver, durante toda a execução contratual,

as condições de habilitação exigidas na licitação, bem como se não estiver impedida de licitar e contratar ou declarada inidônea para licitar ou contratar, observadas as limitações legais aplicáveis.

2.5. A eventual prorrogação do prazo de vigência não afasta a possibilidade de reajuste dos preços, na forma da cláusula específica deste Contrato e da legislação aplicável.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)**

3.1. O presente Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto no Termo de Referência nº XXXX, parte integrante e indissociável deste instrumento, abrangendo a contratação de serviços especializados de sinalização viária horizontal nas vias urbanas do Distrito Federal, com fornecimento dos materiais, insumos, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução do objeto.

3.2. Os modelos de execução e de gestão contratual, bem como as condições de execução, fiscalização, recebimento, medição, pagamento, responsabilização e demais regras aplicáveis à contratação, estão detalhadamente previstos no Termo de Referência nº XXXX, especialmente nos itens relativos ao modelo de execução do objeto, ao modelo de gestão do contrato, aos critérios de medição e pagamento e aos níveis mínimos de serviço exigidos.

3.3. A execução dos serviços observará as Ordens de Serviço emitidas pela Diretoria de Engenharia de Trânsito, podendo ocorrer em qualquer Região Administrativa do Distrito Federal, em período diurno ou noturno, inclusive aos finais de semana e feriados, conforme a necessidade operacional do DETRAN/DF e as condições de tráfego das vias.

3.4. A avaliação do cumprimento das obrigações contratuais, da qualidade dos serviços e do atendimento aos níveis mínimos de serviço será realizada pela fiscalização designada pelo CONTRATANTE, nos termos previstos no Termo de Referência nº XXXX, especialmente nos itens 6 e 7, com base nos indicadores, relatórios, medições e demais instrumentos de acompanhamento contratual ali definidos.

3.5. **Da Fiscalização e Critérios de Medição e Glosa:**

3.5.1. A fiscalização da execução contratual será exercida por fiscal técnico e fiscal administrativo formalmente designados pelo DETRAN/DF, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

3.5.2. A medição dos serviços será realizada mensalmente, baseada exclusivamente nos quantitativos de sinalização viária efetivamente implantados, revitalizados ou removidos, medidos em unidades de área (metros quadrados) ou por unidade de dispositivo instalado, conforme valores unitários adjudicados.

3.5.3. O faturamento mensal estará condicionado à avaliação de desempenho da CONTRATADA, consubstanciada no Acordo de Níveis de Serviço (SLA), sendo aplicados os seguintes Indicadores de Qualidade (IQ), conforme detalhado no Anexo I do TR:

- **IQ 1 - Prazo de Atendimento:** Atendimento das Ordens de Serviço (OS) no prazo estipulado. Atrasos injustificados ensejarão glosa de 1% (um por cento) do valor da respectiva OS por dia de atraso, até o limite de 10 dias, após o qual configurar-se-á inexecução parcial.
- **IQ 2 - Qualidade Técnica (Retrorefletância e Espessura):** A sinalização horizontal aplicada deverá atender aos índices mínimos de retrorefletância inicial exigidos pelas normas do CONTRAN/ABNT. O não atingimento dos índices resultará na rejeição do serviço executado, não sendo objeto de medição até o seu total refazimento sem ônus ao DETRAN/DF, observados os prazos e procedimentos previstos nos itens 7 e 7.1 do Termo de Referência nº XX/2026 e seu Anexo I.
- **IQ 3 - Segurança Viária e Limpeza:** A não adoção de medidas de segurança (sinalização de obras) ou a não limpeza do local após a intervenção gerará glosa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva OS, independentemente de sanção administrativa.

3.5.4. O valor final a ser pago na fatura mensal será calculado pela seguinte sistemática: o somatório financeiro dos serviços efetivamente aprovados deduzido dos percentuais de glosa apurados na avaliação dos Indicadores de Qualidade (SLA) do respectivo período de apuração.

3.6. **Do Recebimento Provisório e Definitivo (Art. 140 da Lei nº 14.133/2021):**

3.6.1. O **Recebimento Provisório** dar-se-á no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da entrega do Relatório Mensal de Execução (Boletim de Medição, Registros Fotográficos do "Antes, Durante e Depois", e laudos de retrorefletância) pela CONTRATADA, mediante termo detalhado assinado pelos fiscais técnico e administrativo, atestando o cumprimento das exigências de caráter técnico.

3.6.2. Havendo inconsistências no Relatório Mensal ou falhas nos serviços, a contagem do prazo será interrompida e a CONTRATADA notificada para correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

3.6.3. O **Recebimento Definitivo** ocorrerá no prazo de até 7 (sete) dias corridos, contados da emissão do termo de recebimento provisório, mediante termo detalhado emitido pela autoridade competente (gestor do contrato), após a verificação final da qualidade, quantidade e conformidade documental fiscal e trabalhista.

4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Contrato, sob qualquer pretexto, conforme estabelecido no item 4.4 do Termo de Referência nº XXXXXX, parte integrante e indissociável deste instrumento.

4.2. A vedação à subcontratação justifica-se em razão da natureza do objeto e da necessidade de preservar a unidade da execução contratual, evitando a celebração de instrumentos paralelos e a consequente multiplicação de atribuições e encargos administrativos para o DETRAN/DF.

4.3. A CONTRATADA deverá executar a integralidade dos serviços com recursos próprios, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, insumos, logística e demais meios necessários ao cumprimento integral das obrigações assumidas neste ajuste.

4.4. É vedada a contratação de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigentes do DETRAN/DF ou com agentes públicos que desempenhem função na contratação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, bem como de seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, em observância ao Decreto Distrital nº 32.751/2011.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)

5.1. O valor total global estimado para o presente Contrato, referente ao período de vigência de 30 (trinta) meses, é de **R\$ xxxxx (xxxx)**, conforme estimativa constante do Termo de Referência nº XXXXXX.

5.2. O valor acima indicado é meramente estimativo, de modo que o pagamento devido à CONTRATADA dependerá da efetiva execução dos serviços e do fornecimento dos materiais efetivamente solicitados pelo DETRAN/DF, observados os preços unitários constantes da proposta vencedora e os quantitativos executados, na forma do Termo de Referência nº 9/2026.

5.3. Nos valores contratados estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxas, administração, frete, seguro, deslocamento, veículos, ferramentas, equipamentos, materiais, insumos, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. A contratação observará o regime de empreitada por preço unitário, de modo que a remuneração será apurada com base nas medições dos serviços efetivamente executados, nos termos do Termo de Referência nº XXXXXX.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

6.1. Critérios de medição e faturamento

6.1.1. O pagamento será realizado conforme a execução efetiva dos serviços, mediante medição dos quantitativos efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização, observadas as Ordens de Serviço emitidas pelo DETRAN/DF e os critérios de medição e pagamento previstos no Termo de Referência nº XXXXX (XXXXX).

6.1.2. A remuneração da CONTRATADA será apurada com base nos preços unitários contratados e nos serviços efetivamente executados, não havendo pagamento por serviços não demandados ou não executados, observadas as regras de recebimento, liquidação e ateste previstas no Termo de Referência nº XX/2026.

6.1.3. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal ou Fatura, a documentação comprobatória da execução, incluindo os relatórios e demais registros exigidos pela fiscalização, bem como as Ordens de Serviço correspondentes devidamente atestadas, na forma prevista no Termo de Referência nº XXXXXX.

6.2. Recebimento do objeto

6.2.1. O recebimento provisório e definitivo dos serviços observará os prazos, critérios e procedimentos estabelecidos nos itens 3.6.1 a 3.6.5 deste Contrato e nas disposições do Termo de Referência nº XXXX, especialmente seus itens 7 e 7.1 e Anexo I.

6.3. Liquidação

6.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, prorrogáveis por igual período, observadas as normas de finanças e contabilidade aplicáveis no Distrito Federal.

6.3.2. A liquidação dependerá da verificação da manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da CONTRATADA, inclusive por consulta ao SICAF e às certidões cabíveis, bem como da conferência dos elementos essenciais do documento de cobrança, tais como data de emissão, valor, período de competência, dados contratuais e eventuais retenções tributárias.

6.3.3. Havendo erro no documento de cobrança ou inconsistência na execução contratual, a liquidação ficará sobrestada até a sua regularização pela CONTRATADA, reiniciando-se a contagem do prazo após o saneamento, sem ônus para o DETRAN/DF.

6.4. Prazo e forma de pagamento

6.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

6.4.2. Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 serão realizados exclusivamente mediante crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB, na forma da legislação distrital aplicável.

6.5. Atualização monetária e retenções

6.5.1. No caso de atraso injustificado no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente pela variação pro rata tempore do IPCA, nos termos da regulamentação distrital aplicável.

6.5.2. O DETRAN/DF efetuará as retenções tributárias e contribuições previstas na legislação vigente no momento do pagamento, salvo se a CONTRATADA comprovar, documentalmente, sua condição de optante pelo Simples Nacional, hipótese em que será aplicado o tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

6.6. Suspensão do pagamento

6.6.1. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente a solução de inconsistências na execução,

a regularização de obrigações contratuais ou o cumprimento de penalidades, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

6.6.2. O DETRAN/DF poderá recusar o pagamento caso, no momento do ateste da fatura, os serviços prestados ou materiais fornecidos não estejam em conformidade com as especificações técnicas e contratuais estabelecidas no Termo de Referência nº XXXXXXXX.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)

7.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, observada a data-base indicada na fase instrutória da contratação.

7.2. O termo inicial para a contagem do interregno de 1 (um) ano para concessão do primeiro reajuste é a data de 16/03/2026, correspondente à data-base da pesquisa de preços realizada na fase instrutória, conforme informado no Termo de Referência nº XXXXX.

7.3. Após o interregno de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados mediante a aplicação da variação acumulada do IPCA, apurado pelo IBGE, ou de outro índice que venha a substituí-lo, na forma prevista no Termo de Referência nº XXXXX e na legislação aplicável.

7.4. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, salvo se coincidir com a prorrogação da vigência contratual.

7.5. Caso o índice adotado apresente variação negativa, o reajuste deverá refletir essa oscilação, observada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a disciplina legal aplicável.

7.6. Os reajustes subsequentes observarão o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do último reajuste concedido.

7.7. A concessão do reajuste depende da observância da legislação vigente, da manutenção da vantajosidade da contratação e da existência de previsão orçamentária compatível, na forma da disciplina aplicável às contratações públicas.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. Constituem obrigações do DETRAN/DF, além das demais previstas neste Contrato e no Termo de Referência nº XXXXXXXX, encaminhar à CONTRATADA as demandas de serviços a serem executados, detalhando as informações necessárias, locais de intervenção, quantitativos e especificações técnicas, observando o fluxo estabelecido no Termo de Referência.

8.2. Permitir o acesso dos profissionais da CONTRATADA às dependências do DETRAN/DF e aos locais de execução dos serviços, desde que devidamente identificados e uniformizados, fornecendo as informações e os subsídios necessários à adequada execução contratual.

8.3. Designar formalmente gestor e fiscais do contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução, inclusive quanto ao atendimento dos níveis mínimos de serviço, medição, recebimento, liquidação e pagamento, conforme o Termo de Referência.

8.4. Notificar formalmente a CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades, falhas, imperfeições ou desconformidades verificadas na execução dos serviços ou no fornecimento dos materiais, para fins de correção no prazo cabível.

8.5. Receber o objeto provisória e definitivamente nos prazos fixados, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ou materiais que não atendam às exigências contratuais, técnicas e normativas aplicáveis.

8.6. Efetuar o pagamento das faturas devidamente atestadas, observados os prazos, condições e procedimentos previstos na cláusula de pagamento deste instrumento e no Termo de Referência.

8.7. Facilitar, quando necessário, a interlocução institucional com concessionárias de energia e demais órgãos públicos envolvidos em intervenções conjuntas na infraestrutura viária, sem prejuízo das competências legais de cada ente.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

9.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas no Termo de Referência nº XXXX, executar os serviços de sinalização viária horizontal de forma contínua, com fornecimento de materiais, insumos, equipamentos e mão de obra necessários à plena execução do objeto.

9.2. Executar os serviços conforme as Ordens de Serviço emitidas pelo DETRAN/DF, observando as especificações técnicas, os quantitativos contratados, os prazos definidos e os critérios de medição e pagamento previstos no Termo de Referência.

9.3. Disponibilizar equipe técnica qualificada, bem como todos os equipamentos, maquinários, veículos, insumos e materiais necessários à execução do objeto, mantendo-os em condições adequadas de uso durante toda a vigência contratual.

9.4. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais ônus decorrentes da execução contratual, inclusive pela observância das normas de segurança e saúde do trabalho aplicáveis.

9.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como preposto formalmente designado para representar a empresa perante o DETRAN/DF.

9.6. Responder por eventuais danos causados ao patrimônio público ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços, sem prejuízo da fiscalização exercida pelo DETRAN/DF.

9.7. Manter escritório ou base operacional no Distrito Federal, quando exigido no Termo de Referência, para apoio logístico, administrativo e operacional à execução contratual.

9.8. Manter atualizado o registro, o acompanhamento e a documentação relativos aos serviços executados, inclusive

relatórios, medições, registros fotográficos e demais documentos exigidos pela fiscalização.

9.9. Garantir o sigilo e a proteção de dados e informações técnicas a que tiver acesso em razão do contrato, vedada sua divulgação a terceiros sem autorização expressa do DETRAN/DF.

9.10. Providenciar o descarte ambientalmente adequado dos materiais, resíduos e componentes substituídos, quando aplicável, apresentando os comprovantes de destinação final sempre que solicitado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

10.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia de execução do contrato, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total atualizado do contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária.

10.2. A garantia de que trata o item 10.1 deverá ser apresentada pela CONTRATADA no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste Termo de Contrato, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

10.3. O não cumprimento do prazo estabelecido no item 10.2 sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas neste Contrato, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis, podendo ensejar, conforme a gravidade, a extinção do contrato.

10.4. A garantia prestada será retida ou executada pela CONTRATANTE caso a CONTRATADA:

- a) não cumpra quaisquer das obrigações assumidas neste Contrato;
- b) cause prejuízo à Administração decorrente de culpa ou dolo na execução dos serviços;
- c) deixe de recolher multas ou indenizações devidas à CONTRATANTE.

10.5. A garantia responderá pelas multas aplicadas, pelos prejuízos diretos causados ao DETRAN/DF e pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias eventualmente não adimplidas pela CONTRATADA, quando cabível.

10.6. A reposição da garantia é obrigatória no prazo de até 10 (dez) dias úteis caso o valor seja utilizado, total ou parcialmente, pela Administração, de modo a restabelecer o percentual contratualmente exigido.

10.7. A garantia deverá ser prorrogada, reforçada ou readequada sempre que houver alteração do valor contratual decorrente de termo aditivo, de modo a manter o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do ajuste.

10.8. A garantia somente será liberada após a execução integral do contrato e a comprovação do adimplemento de todas as obrigações contratuais pela CONTRATADA, com atualização monetária quando prestada em dinheiro, na forma da legislação aplicável

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

11.1. A CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas previstas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, e às demais cominações previstas em regulamento específico que trata dos procedimentos de aplicação de sanções, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

11.2. Independente das sanções legais cabíveis, a licitante/contratada ficará sujeita ainda ao ressarcimento das perdas e danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

11.3. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013.

11.4. Pelas infrações cometidas, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, conforme artigo 156 da Lei n.º 14.133, de 2021 e detalhado no **Termo de Referência nº XXXXX**:

I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a instrução de penalidade mais grave (art. 156, §2º, Lei nº 14.133/2021);

II - **Multa**, nas seguintes modalidades e percentuais, conforme o item 10 do **Termo de Referência nº XXXXX**:

a) Multa Moratória: 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para a infração descrita na alínea "d", limitada a 15 (quinze) dias; o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular

de suas cláusulas, conforme o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;

b) Multa Compensatória por inexecução parcial (alínea "a"): 3% (três por cento) do valor total da contratação;

c) Multa Compensatória substitutiva da moratória (alínea "d"): 5% (cinco por cento) do valor total da contratação;

d) Multa Compensatória por documentação falsa, fraude ou ato lesivo (alíneas "e" a "h"): 5% (cinco por cento) do valor total da contratação;

e) Multa Compensatória por grave dano (alínea "b"): 10% (dez por cento) do valor total da contratação;

f) Multa Compensatória por inexecução total (alínea "c"): 7% (sete por cento) do valor total da contratação.

III - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 11.3, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, Lei nº 14.133/2021);

IV - **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 11.3, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, Lei nº 14.133/2021).

11.5. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao DETRAN/DF (art. 156, §9º, Lei nº 14.133/2021).

11.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, Lei nº 14.133/2021).

11.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, Lei nº 14.133/2021).

11.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente (art. 156, §8º, Lei nº 14.133/2021).

11.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

11.11. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF, sendo esses endereços considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.12. Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos (art. 159).

11.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, estendendo-se todos os efeitos das sanções aos administradores, sócios com poderes de administração, pessoa jurídica sucessora ou empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, Lei nº 14.133/2021).

11.15. O DETRAN/DF deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas no CEIS e no CNEP (art. 161, Lei nº 14.133/2021).

11.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.17. Os débitos da CONTRATADA para com o DETRAN/DF, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos devidos por este Departamento decorrentes deste ou de outros contratos que a CONTRATADA possua com o DETRAN/DF.

11.18. A aplicação das multas acima previstas não exclui a aplicação de glosas nas faturas mensais, quando cabíveis, em decorrência do descumprimento dos níveis mínimos de serviço e demais condições de execução previstos neste Termo de Referência e em seus anexos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

12.1. O presente Contrato será extinto nas hipóteses e condições previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2. A extinção por ato unilateral da Administração poderá ocorrer, entre outras hipóteses legalmente previstas, em caso de descumprimento das cláusulas contratuais, dos níveis mínimos de serviço estabelecidos no Termo de Referência, ou por razões

de interesse público devidamente justificadas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade: **22201/220201** - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DF - DETRAN-DF;

13.1.2. Fonte de Recursos: 237;

13.1.3. Programa de Trabalho: 06181621724699520;

13.1.4. Elemento de Despesa: 339039;

13.1.5. Nota de Empenho: XXXX, emitida em xx/xx/xxxx;

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e distritais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da execução deste Contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

16.1. Conforme disposto na Lei nº 6.112/2018, alterada pela Lei nº 6.308/2019, e regulamentada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 40.388/2020, é obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2020, o adjudicatário após a assinatura do CONTRATO, deverá implantar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica.

16.2. Para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos ou despesas resultantes correm à conta da empresa CONTRATADA, não cabendo ao órgão CONTRATANTE o seu ressarcimento.

16.3. Em caso de descumprimento da exigência prevista, será aplicada à empresa CONTRATADA:

i) multa de 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do CONTRATO, sendo que o montante correspondente à soma dos valores básicos da multa é limitada a 10%, do valor do CONTRATO;

16.3.1. O não cumprimento da obrigação implicará:

i) inscrição em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;

ii) sujeição a rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade CONTRATANTE;

iii) impedimento de contratar com a administração pública do Distrito Federal, de qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

16.4. Caso a empresa possua o programa implantado, deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência.

16.5. A implementação do Programa de Integridade limita-se aos contratos com valor global igual ou superior ao que consta na tabela atualizada, publicada pelo Gabinete da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF e, aplica-se em sua plenitude às pessoas jurídicas que firmem relação contratual com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (ART. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1. Fica proibido o uso de mão de obra infantil, conforme disposto na Lei nº 5.061/2013.
- 20.2. Nos termos da Lei Distrital nº 4.794/2012, a CONTRATADA se obriga ao aproveitamento dos empregados vinculados à empresa antecessora, conforme o caso.
- 20.3. Decreto-DF nº 32.767/2011, que estipula que os pagamentos às empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, referentes a créditos de valores iguais ou superiores a R\$5.000,00, serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A- BRB.
- 20.4. Fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório contra a mulher, homofóbico, racista ou sexista, nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015.
- 20.5. A CONTRATADA fica obrigada a comprovar mensalmente a regularidade no atendimento às suas obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária relativas a seus empregados, nos termos da Lei Distrital nº 5.087/2013.
- 20.6. Lei-DF nº 4.770/2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental.
- 20.7. Lei-DF nº 5.575/2015, que determina que as súmulas dos contratos devem ser publicadas no Portal da Transparência.
- 20.8. Caso a CONTRATADA possua 100 (cem) ou mais empregados, fica obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas, na proporção estabelecida pela Lei Distrital nº 3.985/2007.
- 20.9. Lei-DF nº 6.679/2020, que determina como condição para assinatura de contrato, a comprovação ou o compromisso de adoção de mecanismos para garantir a equidade salarial entre homens e mulheres.
- 20.10. Decreto-DF nº 46.174/2024, que dispõe sobre a Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal.
- 20.11. Decreto-DF nº 32.751/2011, que trata da vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal.
- 20.12. Decreto-DF 39.620/2019, que versa sobre a análise prévia dos pagamentos pela unidade de controle interno.
- 20.13. Fica estabelecido o canal da Ouvidoria de Combate à Corrupção da Controladoria Geral do Distrito Federal (Telefone: 0800-644-9060) para comunicação de eventuais irregularidades, conforme Decreto Distrital n.º 34.031/2012.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento.

Brasília, XXX de XXX de 2026.

Pelo DETRAN/DF:

XXXXXXXXXX

Diretor Geral

Pela Contratada:

XXXXXXXXXX

Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **MARCU ANTÔNIO DE SOUZA BELLINI - Matr.1724906-6, Diretor(a)-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal**, em 11/06/2026, às 15:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **205379445** código CRC= **81446B62**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SEPS 713/913 BLOCO D - Bairro ASA SUL - CEP 70390-135 -
Telefone(s): 3448 5007
Sítio - www.detran.df.gov.br